

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 26/04/2020	



PONTE SALVADOR-ITAPARICA TEM PRAZO DE CONTRATO É PRORROGADO



admin 26 Abril, 2020

Diante das dificuldades operacionais causadas pela pandemia do coronavírus, o contrato para construção da ponte entre Salvador e Itaparica não foi assinado no prazo estipulado inicialmente. Nesta sexta-feira, 24, o governo baiano anunciou que o prazo para assinatura foi prorrogado por 90 dias. A decisão foi tomada após acordo entre o governo e o Consórcio Ponte Salvador-Itaparica, constituído pelas empresas estatais chinesas CCCC e CR 20. O novo prazo passa a contar a partir deste sábado, 25. “A solicitação de prorrogação foi feita ao Governo do Estado, por meio da Secretaria de Infraestrutura da Bahia (Seinfra), e não altera as condições ofertadas no leilão realizado em dezembro de 2019, como preço e prazo da construção”, diz o governo em comunicado.

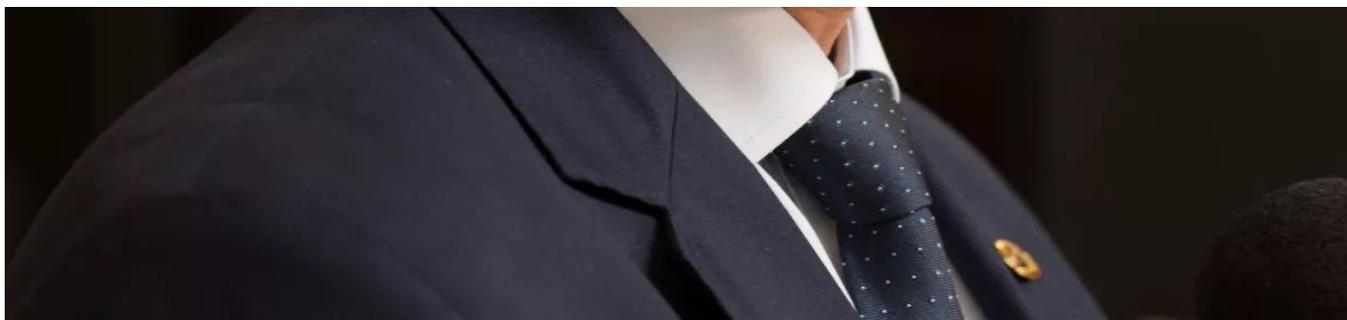
Prevista para 2013, ampliação da Fiol é a “nova” prioridade no Pró-Brasil

Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, pediu suplementação orçamentária de R\$ 480 milhões, até 2022, para obras no setor ferroviário

Por Daniel Rittner — De Brasília

27/04/2020 05h00 · Atualizado há 3 horas





Tarcísio Freitas pediu suplementação orçamentária de R\$ 480 milhões, até 2022, para obras no setor ferroviário — Foto: Silvia Zamboni/Valor

O avanço da Ferrovia Oeste-Leste (Fiol) é uma das principais apostas do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, no plano Pró-Brasil. Ele pediu uma suplementação orçamentária de R\$ 480 milhões, até 2022, exclusivamente para obras no setor ferroviário. O grosso disso, caso confirmados os recursos adicionais, iria para a construção do segundo trecho da Fiol - entre os municípios de Caetité e Barreiras (BA).

A ideia do ministro é que os trabalhos fiquem sob responsabilidade da nova Infra S.A., fusão das estatais Valec e Empresa de Planejamento e Logística (EPL, com a atribuição hoje de desenvolver estudos de viabilidade para concessões de rodovias e portos). A Infraero, que inicialmente se juntaria à nova companhia, será deixada de fora, disse Freitas ao **Valor**.

Projetada para transformar o interior da Bahia em um novo corredor ferroviário de exportação e prometida para entrega até julho de 2013, a Fiol nunca foi concluída. Vive uma crônica mistura de falta de orçamento e problemas contratuais com empreiteiras. No entanto, o primeiro trecho da ferrovia (Ilhéus-Caetité) está em estágio avançado de construção. O governo pretende concedê-lo à iniciativa privada ainda em 2020 e já mandou os estudos de viabilidade para o Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo o ministro, um investidor fortemente interessado em assumir a concessão da Fiol - ele não revela o nome - foi consultado após a pandemia e confirmou que permanece disposto a entrar no leilão. O foco desse grupo, porém, seria o trecho Ilhéus-Caetité. A futura concessionária arcaria com gastos bilionários de equipamentos (locomotivas e vagões), sinalização e sistemas de comunicação.

“Às vezes me questionam por que não incluir o trecho Caetité-Barreiras no mesmo contrato. Se fizermos isso, o VPL [valor presente líquido] da concessão torna-se negativo. Não adianta querer vender o que ninguém quer comprar.”

O segundo trecho da Fiol tem, conforme os últimos dados da Valec, 36% de execução física. Uma ponte ferroviária sobre o rio São Francisco, a maior da América Latina, está pronta - mas sem nenhum uso. São três lotes diferentes em construção. Dois estão com canteiros abertos, com cerca de mil trabalhadores em campo e bastaria injetar mais recursos para acelerar as obras. Outro, o lote 06F, é o mais atrasado até agora.

Para esse lote específico, Freitas tem uma solução em mente: acionar o Departamento de Engenharia e Construção (DEC) do Exército. Mais precisamente o Batalhão Ferroviário localizado em Araguari (MG). O ministro lembra que os militares já tocaram obras importantes no setor, mas estão fora dos canteiros desde a construção da Ferroeste (PR) nos anos 1980 e seria conveniente preservar a expertise verde-oliva.

Já são dez anos, com vaivéns, de obras na Fiol. À medida que o segundo trecho avance mais - e eventualmente seja concluído -, pode-se pensar mais concretamente privatizá-lo. “Quando começar a dar cheirinho de viabilidade, vamos estruturar a concessão.”

O orçamento da Valec para 2020 está em R\$ 348,5 milhões. O terceiro trecho da Fiol, entre Barreiras e Figueirópolis (TO), precisa de atualização do projeto de engenharia. Essa obra pode ser iniciada com recursos públicos. Uma vez pronta, permitiria a conexão dos trens com a Ferrovia Norte-Sul.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Anti-calvície da Anvisa! Fórmula ativa matriz capilar pró-folículos
FENODIL | ANTI-CALVÍCIE

LINK PATROCINADO

[Agora lentes verdes em alta, confira!](#)
SHOW DE ÓCULOS

Tribuna

Mais de 146 mil estudantes já receberam o vale-alimentação

Mais de 146 mil estudantes receberam o vale-alimentação, de segunda-feira (20) até esse sábado (25), em Salvador e mais 21 cidades do interior que têm as redes Assaí e Cesta do Povo, com suas lojas credenciadas. O benefício, no valor de R\$ 55 por estudante, está sendo entregue pelo Governo do Estado, podendo ser retirado em qualquer dia da semana e enquanto durar o período de suspensão das aulas.

O vale-estudantil é destinado, exclusivamente, para a compra de gêneros alimentícios, como feijão, arroz, macarrão, carne, frango, frutas, verduras, café e leite. A Rede Assaí funciona das 7h às 22h. A Cesta do Povo e as lojas conveniadas, na capital, abrem das 7h às 20h, e, no interior, das 8h às 20h. Por conta do decreto municipal de Salvador, os super-

mercados atendem, preferencialmente, aos idosos das 7h às 9h.

VALENÇA

No sábado (25), os estudantes do anexo do Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) em Saúde do Leste Baiano, da comunidade de Serra Grande, a 57 km de distância de Valença, puderam fazer as compras no distrito. A rede credenciada à Cesta do Povo enviou um caminhão com os gêneros alimentícios para a comunidade e os estudantes puderam fazer as suas compras sem a necessidade de se deslocarem até a cidade. A Secretaria da Educação do Estado reforça a orientação: só vão ao supermercado apenas uma pessoa.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Raio Laser
Data: 25 e 26/04/2020	Página: 02

Tribuna

Prazo

Em decorrência da necessidade do afastamento social, pelo enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) decidiu alterar os prazos de apresentação das prestações de contas das empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações com personalidade jurídica de direito privado. A Resolução 021/2020, alterando os prazos, de forma excepcional, foi publicada ontem. O prazo era até o dia 29 de abril.

Tribuna

Prefeitura e Estado não falam sobre relaxamento

Prefeitura e estado se mantêm cautelosos em relação ao abrandamento da quarentena, por enquanto as medidas prosseguem, sem nenhuma alteração

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Após mais de um mês da edição das medidas editadas pelo Governo do Estado da Bahia e Prefeitura de Salvador, em relação ao distanciamento social por conta do Coronavírus, a Tribuna procurou saber qual planejamento para o relaxamento das regras. A prefeitura informou que só irá se pronunciar sobre o assunto após o dia 4 de maio e o governo informou que está analisando a situação seletivamente de acordo com cada uma das regiões e por enquanto seguem as restrições.

Em nota ao jornal Tribuna da Bahia, a assessoria do governador Rui Costa esclareceu que o Governo do Estado da Bahia vem mantendo a posição adotada desde o início da operação contra a pandemia, analisando medidas específicas por região.

De acordo com Rui Costa, "a Bahia é um estado continental, do tamanho da França. Desde o início, tomamos a decisão de não uniformizar as medidas de proteção social e de restrição porque não faz sentido uma cidade



sem casos de pessoas com sintomas ou confirmação da doença, que está a 300 quilômetros da que tem registro, sofrer as mesmas medidas."

O governador ainda finalizou, "o planejamento do Estado contempla ações seletivas, não estadualizadas, de acordo com o cenário em cada re-

gião, a exemplo da suspensão do transporte intermunicipal em algumas cidades e recomendação de fechamento progressivo, sendo que, as cidades que tem mais de 14 dias (prazo máximo que uma pessoa pode transmitir o vírus a outra) sem ocorrência de contaminações são recomendadas a rever es-

tas medidas preventivas. "

Já a assessoria do prefeito de Salvador ACM Neto informou, "Não há previsão de relaxamento das medidas de restrição. O prazo previsto dos decretos é 4 de maio, mas pode haver nova prorrogação. A Prefeitura só vai se posicionar oficialmente no início de maio, após avaliar a situação.

Tribuna

Quarentena faz disparar preços de alimentos

Foto: Reginaldo Ipi

POLIANA ANTUNES
REPORTER

A pandemia do Coronavírus está fazendo baianos pagarem mais caro em alguns produtos. Nos supermercados e feiras livres de Salvador, já é possível notar a elevação do valor de alguns alimentos. Segundo o comerciante Josué Lima, o ovo foi o que mais teve aumento nos últimos dias. "O custo da produção do alimento cresceu muito este ano em comparação com o mesmo período do ano passado", explicou.

De acordo com Josué Lima, um dos motivos foi a elevação do dólar. "Este fator fez com que uma placa de ovo, com 30 unidades, passasse a ser vendida para os supermercados por R\$ 12, dois reais a mais do que no ano passado, quando vendíamos placas de R\$ 10". Já nas feiras, o valor ainda é maior. Consumidor chega pagar R\$ 15 por uma placa com 30 ovos.

O comerciante conta que como se não bastasse a demanda naturalmente mais alta, o coronavírus fez com que as pessoas comessem a estocar ovos em casa, contribuindo ainda mais para a procura deste alimento. "Quando as pessoas começam a comprar muito, é preciso reabastecer, mas nem sempre o produtor possui a quantidade necessária do produto. Nesta hora acontece a oferta e a procura", frisou.

A reportagem da Tribuna da Bahia encontrou a dúzia sendo vendida pelo preço médio de R\$ 15 nos mercados da capital. A expectativa do setor é que o



SE LIGUE

Alimentar a família está custando muito caro, por conta dos preços dos produtos

valor do ovo caia após a pandemia. Porém os comerciantes e produtores ressaltam que o preço não deve voltar ao patamar antigo, em que era possível comprar 30 ovos por R\$ 8.

Para a dona de casa Eveline Rocha, 56 anos, ficou mais caro colocar comida na mesa. "Cada semana que venho ao supermercado, sou surpreendida com os valores dos produtos. Na semana passada conseguia comprar tudo que precisava para dentro de casa com R\$ 100, agora com esse valor estou levando quase a metade dos produtos", contou Eveline.

Para os amantes do feijão, também não está muito favorável seu consumo nesta quarentena. Na feira da

Sete Portas, o queridinho dos baianos foi encontrado por até R\$ 8. "Está cada vez mais difícil consumir todos os produtos da cesta básica. Ou a gente come uma coisa ou come outra. Comer de tudo gostaríamos, está bem complicado agora", declarou a secretária Larissa Santos.

Já o vendedor do grão, Ariovaldo Oliveira, destacou que o avanço dos preços se deve por causa do aumento da demanda por alimentos. "Pois todas as refeições estão sendo feitas agora em casa, aí houve aumento da estocagem de alimentos por receio de que o vírus se propague ainda mais, podendo causar falta dos produtos".

Em entrevista para o jornal Correio, o presidente da

Associação Bahiana de Supermercados (Abase), Joel Feldman, apontou que ovos, leite, feijão, arroz, óleo de soja e açúcar foram os que ficaram mais caros. Segundo ele, as indústrias que produzem essas categorias aumentaram os preços e algumas redes até trabalharam sem fazer ajuste nos valores por um período.

"Agora essas tabelas chegam, os supermercados evitam comprar de empresas que fizeram o aumento, mas em certos produtos foi uma alta simultânea em todos os fornecedores. Produtos como ovos e feijão são de primeira necessidade que não é possível substituir por outro fornecedor como podemos fazer em itens de higiene e perfumaria", disse.

Tribuna

Com nova crise no governo, Bolsa fecha em baixa de 5,45%

LUIS EDUARDO LEAL, CÍCERO
COTRIM E THAÍS BARCELLOS
ESTADÃO CONTEÚDO

A saída do ministro Sergio Moro com o dedo apontado para ingerência política do presidente Jair Bolsonaro na Polícia Federal criou tempestade perfeita ontem, com dólar em novos níveis recordes e o Ibovespa ameaçando chegar a "circuit breaker" no pior momento do dia, aos 72.040,82 pontos (-9,58%), para depois moderar perdas e fechar em baixa de 5,45%, aos 75.330,61 pontos, vindo de duas semanas de recuperação. Pouco antes do fechamento, o presidente iniciava entrevista no Planalto na qual buscou explicar os motivos para a substituição de Mauricio Valeixo no comando da PF, e para a

suspensão da "carta branca" que havia concedido a Moro para atraí-lo ao governo, em novembro de 2018.

"Sabia que não seria fácil. Uma coisa é você admirar uma pessoa, outra é conviver e trabalhar com ela", disse Bolsonaro logo na abertura, tendo atrás de si alguns de seus ministros mais alinhados, como Ernesto Araújo (Relações Exteriores), Damara Alves (Família), Onyx Lorenzoni (Cidadania) e o recém-empossado da Saúde, Nelson Teich.

"A indicação para o comando da PF inicialmente foi de Moro, porque eu confiava nele", afirmou o presidente. "Estou lutando contra o sistema, contra o establishment", acrescentou Bolsonaro, retomando mote da campanha eleitoral.

MADSON SOUZA*

A situação da pandemia do novo coronavírus (covid-19) é problemática em todos os aspectos e atinge em cheio as empresas. Porém essa mesma situação gera uma série de demandas como álcool em gel e máscaras, por isso empresas têm se reorganizado para produzir os produtos em alta e, assim, conseguir pagar suas contas e não ter que demitir funcionários.

O sócio líder da região Nordeste da Deloitte – empresa de consultoria empresarial –, Edson Cedraz, indica que “as empresas têm que realizar as mudanças de maneira cada vez mais rápida. As ações devem ser estudadas com cautela, mas isso é diferente de morosidade”.

Um exemplo dessa agilidade nas decisões é o da marca baiana de cosméticos Avatim, que reforçou a produção de álcool em gel e abriu uma linha de venda para os grandes varejistas,

COVID-19 Empresários estão adaptando linha de produção e unindo esforços com outros do mesmo segmento para fabricar produtos com alta demanda

Empresas mudam atuação e conseguem manter funcionários e pagar contas



Debora Teles / Distrogação

“O objetivo é sobreviver a essa situação para quando isso passar poderemos sair na frente”

HARI HARTMAN, empresário

é sobreviver a essa situação para quando isso passar poderemos sair na frente”, explica Hari Hartman, sócio-diretor da Polo Salvador e um dos fundadores da Central das Máscaras.

Atualmente o movimento está produzindo em torno de 15 a 20 mil máscaras por dia e as empresas não demitiram nenhum dos 200 funcionários ao todo. A primeira leva dos produtos foram direcionadas aos funcionários e a venda para as pessoas dos grupos de risco do covid-19.

Entretanto Hari ressalta: “Essa é uma maneira de não fecharmos as empresas e ajudarmos as pessoas. Não estamos lucrando com esse movimento, mas estamos conseguindo pagar as contas”.

Para Edson Cedraz o objetivo das empresas agora deve ser garantir a sobrevivência do negócio e a saúde das pessoas. Ele também conta as 3 fases do plano de 100 dias que a Deloitte tra-

como supermercados e farmácias. Antes a empresa tinha apenas uma pequena linha de produção do produto e só comercializava suas peças com seus franqueados. “Com esse movimento de abertura de uma nova linha de venda e o reforço da produção de álcool em gel estamos conseguindo pagar as contas. Hoje estamos atingindo 40% da nossa receita normal, mas pagamos as contas e não demitimos ninguém”, afirma Mônica Burgos sócia da marca

A empreendedora diz que o maior empecilho para o lucro é a dificuldade para encontrar Carbopol – matéria prima do álcool em gel – e o preço elevado do material quando é encontrado o que afeta diretamente no valor final do produto.

A franquia não trabalhava com comércio online, por isso Mônica ressalta que foi necessário pensar em uma estratégia para agir rápido e lidar com as consequências do covid-19 em seu negócio.

“Agimos rapidamente na venda do álcool em gel, tanto que não nos preocupamos nem com a divulgação



A fábrica de cosmético da baiana Avatim passou a produzir álcool em gel

Layson Machado / Ag. A TARDE



Margarida Nêde / Ag. A TARDE / 9.11.2020

O QUE OBSERVAR ANTES DE MUDAR

DEMANDA É preciso observar se há um público que está buscando esse novo produto ou serviço que você quer oferecer

CLIENTELA Os clientes precisam ver que a sua empresa está atenta a situação e se importa com a população e os clientes, porque isso humaniza a empresa e a aproxima das

çou para as empresas lidarem com a atual situação.

“As medidas agora devem visar sobreviver, para reagir, e em seguida se recuperar. A primeira parte é responder à crise, depois recuperar o nível mínimo de operações e a última parte é aprender com a crise para seguir em frente”, explica.

Ampliar atuação

Cinthia Cohen franqueada autorizada da Jan-Pro também teve que alterar o funcionamento do seu negócio. O serviço de desinfecção eletroestática que só era vendido para ambientes hospitalares por ser usado para combater vírus e bactérias passou a ser oferecido também para outros espaços.

“Diante da demanda do mercado estamos trazendo algo que atende os empreendedores, porque dá uma segurança maior e os empresários estão buscando meios de proteger os clientes e funcionários”, aponta Cinthia Cohen.

A empresária comenta que mesmo com a situação da pandemia ela tem conseguido lucrar, pois outros espaços estão buscando os

to que não nos preocupa-
mos nem com a divulgação
da marca, nem com a pro-
dução de um logo para o pro-
duto, porque o objetivo era
gerar receita e pagar as con-
tas”, explica a sócia da Ava-
tim. Todavia ela ressalta que
é preciso agir rápido, mas de
maneira pensada e não ser
guiado pelo desespero.

Outro exemplo de quem
mudou a forma de funcio-
namento é a Central das
Máscaras, movimento que
reúne 5 empresas do setor
têxtil. A Polo Salvador, Ca-
misas da Latinha, Loygus,
Nação Bahia e a Expresso se
organizaram e mudaram
sua produção para realizar a
confeção de máscaras.

“Nos unimos para produ-
zir em grande escala um pro-
duto que pudesse atender a
população e que fosse uma
solução para pagar as contas
e os funcionários. O objetivo

Laryssa Machado / Ag. A TARDE



Cynthia oferece hoje o serviço de desinfecção para clientes que antes não atendia

clientes, porque isso
humaniza a empresa
e a aproxima das
pessoas

CUIDADOS É
importante tomar
cuidado para que seja
um movimento
rentável. Tem que ver
se há estrutura para
realizar a mudança e
se essa alteração não
vai gerar prejuízo

SOBREVIVÊNCIA Esse
é um momento de
pensar em
sobrevivência. Acho
difícil mudar
esperando grandes
lucros. O objetivo
agora é arrecadar
para que no mínimo
se consiga pagar as
contas

FONTE: WAGNER GOMES,
ANALISTA TÉCNICO DO SEBRAE

se produzirem em casa
seguido lucrar, pois outros
espaços estão buscando os
serviços de desinfecção ele-
trotática.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA
CASSANDRA BARTELO

**“As empresas
têm que
realizar as
mudanças. As
ações devem
ser estudadas
com cautela,
mas isso é
diferente de
morosidade”**

EDSON CEDRAZ, da Deloitte

Embraer ajusta níveis de produção com fim de acordo

AVIAÇÃO A fabricante de aviões brasileira Embraer informou ontem que, após o fim do acordo de US\$ 4,2 bilhões com a norte-americana Boeing, anunciado no final de semana, trabalha para ajustar os seus níveis de produção e as despesas de capital para economizar recursos. A empresa acrescentou, em um comunicado, que terminou 2019 com uma "sólida posição de caixa" e não tinha "dívida significativa para os próximos dois anos".

"Estamos tomando medidas adicionais para preser-

var nossa liquidez e manter nossas finanças sólidas durante esses tempos turbulentos", acrescentou a empresa. Outras medidas incluem ajustes no estoque, extensão dos ciclos de pagamento, redução de despesas e busca de financiamento, disse a Embraer.

O acordo entre a Embraer e a Boeing foi anunciado há quase dois anos. As empresas estavam em fase final de fechamento da negociação antes da Boeing tomar a iniciativa de desfazer o acordo. A Boeing deveria controlar

80% da divisão de aviação comercial da Embraer, que fabrica aviões de até 150 assentos.

A Boeing e a Embraer já haviam recebido a aprovação dos organismos antitruste de todos os governos necessários, exceto a União Europeia, e a Embraer gastou milhões criando o segmento de negócios que a Boeing assumiria.

A empresa brasileira, terceira maior fabricante de aviões do mundo, via o acordo como necessário para sua sobrevivência a longo prazo, a medida que o duopólio da Boeing-Airbus se fortalecia.

Em um comunicado divulgado no sábado, a Embraer afirmou que a Boeing rescindiu "indevidamente o Acordo Global da Operação e fabricou falsas alegações co-

mo pretexto para tentar evitar seus compromissos de fechar a transação e pagar à Embraer o preço de compra de US\$ 4,2 bilhões".

A empresa brasileira afirmou ainda que irá buscar as "medidas cabíveis" para ser ressarcida pelos danos causados pela decisão da Boeing.

O anúncio da Boeing se deu em meio a maior crise de sua história, que envolve dois acidentes com seu principal avião, o 737 MAX, e a paralisação do setor aéreo em decorrência da pandemia da Covid-19. A companhia responsabilizou a Embraer pela não conclusão do negócio. Em nota, afirmou que "exerceu seu direito de rescindir (o contrato) após a Embraer não ter atendido as condições necessárias", mas não especificou quais eram as condições.

O rompimento do acordo foi visto dentro do governo brasileiro como um desfecho já esperado, diante da crise enfrentada pela empresa americana e pelo baque que a pandemia do novo coronavírus provocou no setor aéreo. Na ala militar, o negócio não era unanimidade e, por esse motivo, o desmanche do acordo não foi lamentado, pelo contrário, foi até comemorado.

A brasileira Embraer acusou, em nota, a americana Boeing de ter rescindido o contrato de forma indevida

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 27/04/2020	Página:

Correio*

24H ECONOMIA

Conta de luz segue sem tarifa extra em maio, decide Aneel

ENERGIA A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou, nessa sexta-feira (24), que manterá no mês de maio a bandeira tarifária na cor verde, sem cobrança extra na conta do consumidor. A bandeira foi a mesma aplicada em abril. Este é o quarto mês consecutivo que a bandeira segue no mesmo patamar.

De acordo com a agência, a decisão de manter a bandeira na cor verde se deve à recuperação nos níveis dos reservatórios em virtude do volume

de chuvas próximo ao padrão histórico do mês de abril.

Em abril, os principais reservatórios de hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN) apresentaram recuperação de níveis em razão do volume de chuvas próximo ao padrão histórico do mês. A combinação de reservatórios mais elevados com o impacto das medidas de combate à pandemia do Covid-19 sobre o consumo de eletricidade sinaliza manutenção da elevada partici-

pação das hidrelétricas no atendimento à demanda de energia do SIN, sem a necessidade de acionamento do parque termelétrico de forma sistêmica", informou a Aneel, em nota.

Segundo a agência, o volume de chuvas refletiu-se na manutenção do preço da energia no mercado de curto prazo (PLD) e dos custos relacionados ao risco hidrológico (GSF). O PLD e o GSF são as duas variáveis que determinam a cor da bandeira a ser acionada.

Criado pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias sinaliza o custo real da energia gerada, "possibilitando aos consumidores o bom uso da energia elétrica. O funcionamento das bandeiras tarifárias tem três cores:

verde, amarela ou vermelha (nos patamares 1 e 2) que indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração.

O acréscimo cobrado na conta pelo acionamento da bandeira amarela passou é R\$ 1,34 a cada 100 kWh consumidos. Já a bandeira vermelha patamar 1, o valor a mais cobrado é R\$ 4,16 a cada 100 kWh e no patamar 2 da bandeira o valor é R\$ 6,24 por 100 kWh consumidos. A bandeira verde não tem cobrança extra.

Ontem, a associação das empresas de energia solar, Absolar, propôs à Aneel que créditos excedentes de energia elétrica da geração solar distribuída (GD) sejam doados para serviços essenciais no combate à pandemia.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 25 e 26/04/2020	Página:

Correio*

CONFIANÇA DA INDÚSTRIA RECUA 39,5 PONTOS, DIZ PESQUISA

CRISE O Índice de Confiança da Indústria (ICI) recuou 39,5 pontos na prévia de abril, na comparação com o resultado consolidado de março. Assim, o indicador chegou a 58 pontos, em uma escala de zero a 200 pontos. Se o resultado se confirmar no consolidado de abril, essa será a maior queda mensal e o menor patamar da série histórica do ICI.

A queda da confiança é resultado da piora da percepção dos empresários em relação à situação atual e ao futuro. O Índice de Expectativas, que mede a confiança no futuro, caiu 47,3 pontos e passou para 48,9 pontos. Já o Índice da Situação Atual teve recuo de 31 pontos, passando para 67,8 pontos.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 25 e 26/04/2020	Página:

Correio*

MIRIAM LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



NA VERDADE, QUEM CONSPIROU
CONTRA SEU GOVERNO FOI O
PRÓPRIO BOLSONARO

Bolsonaro implode o próprio governo

A duração do governo Bolsonaro agora dependerá do Congresso. Diante da acusação do ex-ministro Sérgio Moro, fica difícil para o presidente da Câmara engavetar mais um pedido de interrupção do mandato. As condições para um processo de impeachment estão dadas. Bolsonaro queria informações da Polícia Federal de processos e investigações, inclusive alguns nos quais tem interesse direto. Pressionou ao ponto da demissão do ministro da Justiça que era uma das bases de sustentação do seu governo.

Moro apresentou seu pedido de demissão em uma entrevista na qual tratou diretamente dos fatos que o levaram à decisão. A resposta do presidente veio em forma de um pronunciamento longo, confuso, contraditório. No que disse de substância, ele ne-

gou que tivesse pressionado Moro. No final do dia Moro expôs ao Jornal Nacional uma troca de mensagens que mostra que Bolsonaro queria trocar Valeixo por causa do inquérito que investiga parlamentares bolsonaristas. No pronunciamento, Bolsonaro confirmou que queria sim "interagir" com a Polícia Federal. "Quero um delegado que eu possa interagir com ele. Interajo com as Forças Armadas, Abin, com qualquer um do governo". Nesse aspecto, segundo um delegado da Polícia Federal, ele misturou coisas bem diferentes.

— A Abin, o Exército e as polícias militares analisam cenários e fazem relatórios da situação do país. Nesta crise da saúde, por exemplo, sobre situação de UTI, oferta de equipamento de proteção. A PF é polícia judiciária. Produz relatório para investigação,

para apurar fato, materialidade e autoria de crime. Não tem sentido político algum ter conhecimento disso. Mesmo aqui dentro a gente tem o conceito de compartimentar a investigação, e só sabe a equipe de investigação ou quem possa auxiliar — explicou.

Na opinião de juristas que ouviu, o que há na fala do ex-ministro Sérgio Moro se configura em crime de obstrução de justiça. O procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu a abertura de um inquérito de forma capciosa, em que pelos crimes arrolados ele investigará a ambos, caso o Supremo Tribunal Federal autorize o inquérito. De um lado, investigará falsidade ideológica, coação no curso do processo, advocacia administrativa, obstrução de Justiça. Delitos que o presidente pode ter cometido. Por outro lado, fala em denuncia-

ção caluniosa e crimes contra a honra, neste caso, tentando atingir Sérgio Moro.

Um membro do MPF avalia que Aras errou ao incluir apuração de denúncia caluniosa, porque assim desestimula exatamente aquilo que o Ministério Público tenta incentivar que é denúncias no serviço público. A decisão de Aras "serve como forma de intimidar whistleblowers". Há mais um erro no processo do PGR: Moro perdeu prerrogativa de foro, disse um ministro do STF. Não pode estar no mesmo inquérito.

Com o inquérito, por mais que Aras continue tentando ajudar Bolsonaro, o presidente e Moro se encontrarão na Justiça. Terão que levar provas do que disseram ou testemunhas. O próprio presidente terá que depor, ainda que tenha a prerrogativa de fazê-lo por escrito.

"A prova de falsidade ideológica é fácil. Basta requisitar ao governo que apresente a cópia do pedido de demissão assinado por Valeixo e o decreto de demissão com a assinatura de Moro", informou a fonte.

Bolsonaro errou também ao falar que a Polícia Federal deveria explicar a investigação do assassinato de Marielle, porque a federalização não foi decidida ainda.

Ao lado do presidente, ali naquele palco no Planalto, havia pessoas que estavam em profundo desacordo com o presidente nos eventos que culminaram com a saída. Um deles me disse ter um "sentimento de desalento e tristeza profunda". Ministros militares tentaram demover o presidente do confronto com Moro, mas Bolsonaro estava decidido a ter mais acesso às investigações da PF.

Bolsonaro agora está encurralado. Tirou um ministro da Saúde popular no meio de uma pandemia e colocou outro que em uma semana ainda não disse a que veio. Na quinta-feira, quando o Brasil teve 407 mortos pelo Covid-19 — o equivalente à queda de um Boeing 747 —, Bolsonaro estava ocupado em demitir o diretor-geral da Polícia Federal. Com isso, derubou um dos pilares do seu governo. Tão importante quanto o ministro da Economia.

Bolsonaro sai menor e mais isolado após esta demissão. Seu patético pronunciamento dessa sexta-feira mostra o quanto ele está perdido. Há uma semana, ele acusou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, de conspirar contra ele. Na verdade, quem conspirou contra seu governo foi o próprio Bolsonaro.

Veículo: Política Livre	
Data: 26/04/2020	Caderno: Economia



26 de abril de 2020 | 16:45

Governo vai permitir 'empréstimo' de trabalhadores entre empresas durante crise

BRASIL

O governo vai permitir a cessão de trabalhadores entre empresas durante o período da calamidade pública provocada pela pandemia do novo coronavírus. Uma Medida Provisória (MP), com vigência imediata, está sendo elaborada pela equipe econômica para ampliar o leque de opções das companhias e dos empregados para o enfrentamento da crise.

As empresas e os trabalhadores já podem hoje negociar acordos individuais e coletivos de redução de jornada e salários ou suspensão de contratos, com o pagamento pelo governo de um benefício emergencial para compensar parte da perda na remuneração.

Pela nova MP, segundo apurou o Estadão/Broadcast, uma empresa poderá ceder um trabalhador a outra companhia por até 120 dias, prorrogáveis por igual período, desde que o País ainda esteja em calamidade pública – o decreto que declarou esta situação prevê vigência até 31 de dezembro de 2020.

O trabalhador precisará concordar com a cessão, o que precisa ficar registrado por escrito. Como incentivo, ele fica blindado de demissões sem justa causa durante o período em que é 'emprestado'.

A medida não vale para empregados com contrato de trabalho suspenso. A transferência temporária não gerará pagamento de compensação pelo governo.

Embora a crise tenha, em geral, trazido prejuízo às empresas e levado à necessidade de ajustes na mão de obra, alguns setores estão percebendo maior demanda no período, como parte do segmento de supermercados, que tiveram aumento nas vendas online e procura por entregas em domicílio. Outro setor com alta demanda é o de produção de equipamentos de proteção para os profissionais de saúde.

A alternativa desenhada pelo governo cria uma solução de deslocamento de mão de obra e permite que, ao mesmo tempo, as empresas em baixa evitem a demissão e as companhias com demanda em alta consigam suprir o aumento temporário de serviço.

Segundo apurou a reportagem, a MP está pronta e deve ser editada em breve pelo presidente Jair Bolsonaro. O texto pode ser juntado a outras medidas que ainda estão em estudo dentro do governo.

Condições

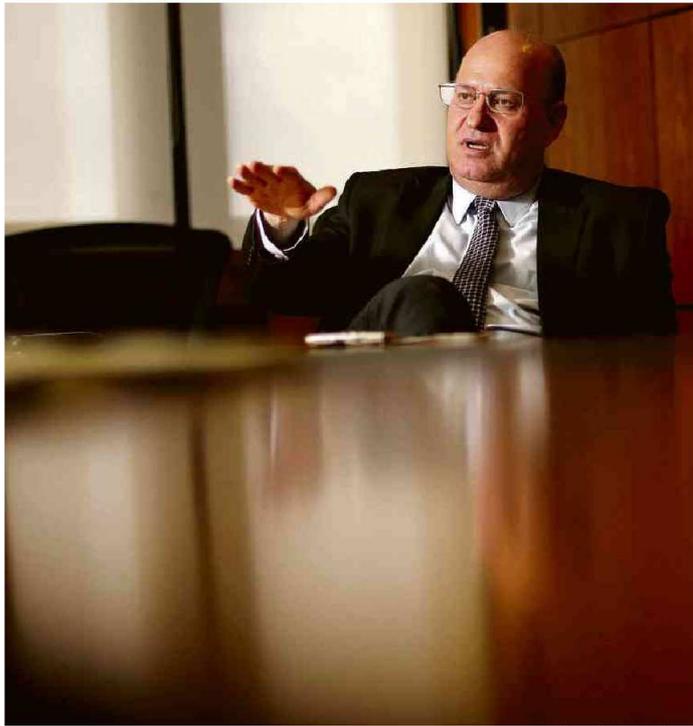
A MP garante ao trabalhador cedido a garantia de todas vantagens e direitos previstos no contrato de trabalho original, salvo algum acerto mais vantajoso com a companhia que solicitou a transferência temporária do empregado. O trabalhador receberá o mesmo salário, a não ser que haja aumento na jornada em relação ao contrato original – neste caso, a remuneração será elevada na mesma proporção. Por outro lado, caso após a cessão ele comece a exercer uma função que paga mais na nova empresa, ele não terá direito à equiparação salarial durante o período de seu empréstimo.

Caso a empresa que recebe o trabalhador cedido precise da mão de obra para atividades no período noturno ou em condições insalubres e perigosas, em condições diferentes do contrato original do empregado, ele precisará concordar expressamente com esses termos. Ele também receberá os pagamentos adicionais devidos em razão dessas características do trabalho temporário. O objeto do contrato poderá ser alterado diretamente pelo empregado e pela empresa que o recebeu durante o período da cessão, por meio de acordo individual, mas isso não valerá para reduções de salário ou suspensão de contrato. Os acordos individuais para esse fim são vedados no caso de trabalhador cedido.

A companhia que cede o funcionário continuará responsável pelo pagamento em dia de todos os tributos e contribuições que incidem sobre a folha, como contribuição previdenciária e recolhimento ao FGTS, mas terá direito ao reembolso pela empresa que fez a requisição do trabalhador. A MP, no entanto, veda que haja qualquer remuneração entre as empresas pelo ato da cessão do trabalhador, como uma espécie de compensação financeira pelo acerto.

As empresas que não respeitarem as regras estarão sujeitas à fiscalização e ao pagamento de multa. Acordos já celebrados desde 1º de março de 2020 para o deslocamento de funcionários poderão ser repactuados segundo os termos da Medida Provisória.

entrevista da 2ª coronavírus



Adriano Machado - 3.abril/Reuters

Ilan Goldfajn

Não é momento de grandes planos, obras públicas, foco tem de ser nos vulneráveis

Ex-presidente do BC critica voluntarismo do plano Pró-Brasil e diz que tomar medidas incorretas pode comprometer a próxima década

MERCADO

Érica Fraga

SÃO PAULO Ilan Goldfajn, ex-presidente do Banco Central, acredita que o governo de Jair Bolsonaro flerta com o voluntarismo ao anunciar planos de investimento em obras públicas, quando deveria focar todos os esforços no socorro aos mais vulneráveis à crise atual.

Para o economista, uma eventual insistência nessa rota, somada à instabilidade causada pela recente troca de ministros em meio à pandemia da Covid-19, pode levar o Brasil a perder uma década consecutiva de crescimento, além de ameaçar vidas. "Não é o campeonato mundial de quem gasta mais, mas de quem consegue proteger mais", diz ele, que, hoje, preside o conselho do banco Credit Suisse no Brasil.

Segundo Goldfajn, o governo deu passos na direção certa ao anunciar medidas para resguardar estratos da população e pequenas empresas mais sensíveis aos efeitos econômicos da pandemia. Agora, deveria se preocupar em garantir que os recursos estejam, de fato, chegando aos mais necessitados.

O economista diz que o plano Pró-Brasil, que prevê investimentos em obras de R\$ 30 bilhões nos próximos três anos, assim como outras ideias defendidas atualmente — como a venda de reservas internacionais —, destruiriam avanços

institucionais do país.

Ele enfatiza que especialistas e a mídia deveriam fazer um alerta ao governo para que este evite transformar "esta crise temporária em algo que passaremos décadas tentando resolver".

A fragilidade econômica do Brasil, na opinião de Goldfajn, é ameaçada ainda pela instabilidade institucional, que levou às saídas recentes de Luiz Henrique Mandetta e Sergio Moro, respectivamente, dos ministérios da Saúde e da Justiça.

Há evidências sobre medidas econômicas que ajudam a combater essa crise? Está cada vez mais evidente que não há um trade-off [escolha] entre saúde e economia. Não é um contra o outro. Quanto mais rápido resolvermos o problema de saúde, mais rápido conseguiremos sair e a recuperação da economia correrá melhor.

Um segundo ponto, que discutimos agora, é a melhor forma, de começarmos a sair. Não queremos sair e depois ter que voltar. Para a economia, isso seria desastroso.

O governo brasileiro entendeu essas questões? Acho que ainda estamos na discussão da primeira fase, se estamos isolando demais, como ficaria a economia. Tem muita discussão na sociedade sobre esse trade-off. Mas é o vírus que vai determinar nossa capacidade de sair do isolamento.

to. O resto é voluntarismo.

Mas o maior problema, na minha opinião, é o que temos que fazer como todo o mundo e focar o que precisa ser feito. Não temos recursos, energia, dinheiro, para fazer tudo.

Onde deveria estar esse foco? Em termos da política fiscal, em medidas que dão suporte e mitigam os efeitos da crise, asseguram que os mais vulneráveis conseguirão através deste período.

Não é o momento de grandes planos, de obras públicas. Nós não tínhamos dinheiro há um mês para obras públicas, tanto que estávamos partindo para concessões, privatizações, e te garanto que, neste último mês, o dinheiro ficou ainda mais escasso, porque estamos gastando em áreas absolutamente necessárias.

O plano de obras anunciado na semana passada não cabe nas nossas possibilidades neste momento? Não cabe. Assim como não cabem várias propostas legislativas de empréstimos, compulsórios, aumentos enormes de imposto, afetando empresas que já vão sofrer na crise. O mundo todo está reduzindo impostos, e não aumentando, porque é preciso segurar essas empresas até passar esta crise.

Se o governo insistir no plano de obras, de onde sairá o dinheiro? Tem que se endividar de alguma forma e vai amanhecer no dia seguinte,

Ilan Goldfajn, 54

Presidente do conselho do Credit Suisse no Brasil, comandou o Banco Central entre junho de 2016 e março de 2019; em 2018, foi eleito presidente do BC do ano pela revista The Banker; foi economista-chefe do Itaú Unibanco, sócio-fundador da Ciano Investimentos e sócio da Gávea Investimentos; economista, tem graduação na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), mestrado pela PUC-Rio e doutorado no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts).



Temos que proteger aqueles que mais precisam. Não podemos perder o foco e começar a gastar em estados, municípios, em um plano de obras que nunca tivemos condição de fazer, em um setor que quer ajuda mesmo não sendo essencial

daqui a três meses, com uma dívida insustentável.

Já está claro que nossa dívida vai aumentar. Só que tem um detalhe: quem vai pagar no futuro somos nós mesmos, 95% da dívida é retida por nós.

A classe média, quem detém fundos, quem tem dinheiro no banco. Enquanto nós, a sociedade, estamos tentando resolver todos os problemas de uma vez, nós mesmos vamos ter que pagar isso. Não há solução mágica. Não há dinheiro que aparece do nada.

Acho que cabe a todos nós, neste momento delicado, dizer o seguinte: temos que proteger aqueles que mais precisam. Não podemos perder o foco e começar a gastar em estados, municípios, em um plano de obras que nunca tivemos condição de fazer, em um setor que quer ajuda mesmo não sendo essencial.

Qual é sua avaliação sobre as outras medidas do governo, como linhas de crédito emergencial e a ajuda para a população mais vulnerável? São medidas que estão no caminho certo, porque envolvem, de um lado, um recurso público, via o Tesouro Nacional, e uma alavancagem.

Ou seja, você pega esse dinheiro do governo, monta um fundo e tenta usar esse fundo para conseguir mais dinheiro, do setor privado. E usa também a capilaridade dos bancos para fazer os recursos chegarem aos clientes pequenos e médios.

Esses recursos estão chegando às pessoas e às empresas que precisam? A demanda por crédito pelas pequenas e médias empresas aumentou muito, e os bancos estão emprestando muito mais para elas. Mas vamos saber, ao longo das próximas semanas, se os recursos são suficientes ou se será necessária uma correção de rota.

Tem uma parte das empresas que não são as maiores, nem as pequenas, são, digamos, a meiuca, que talvez esteja perdida e com a qual ainda teremos que lidar.

Essa meiuca não está contemplada? Por enquanto, não. Eu acho que está certo começar com as pequenas, só que tem que pensar no resto agora. Tem que ser por ordem, pequenas, depois médias e, depois, vê as maiores. De novo, temos que focar. Não é o campeonato mundial de quem gasta mais, mas de quem consegue proteger mais.

Então, o Ministério da Economia vai na direção certa, mas outros setores do governo preocupam? Não dá para falar de fulano e sicrano. O fato é que nós, como sociedade, temos um viés de resolver os problemas usando mais recursos do que temos.

Nas últimas três décadas, gastamos muito além de qualquer outro país. Aumentamos nossos impostos e dívidas a tal ponto que estamos por excesso de impostos e perdemos o grau de investimento por excesso de dívida.

Nosso problema nunca foi gastar, foi focar. Focar o que precisa, e, hoje em dia, tem que focar as pequenas, depois as médias, depois as grandes. Os autônomos, os informais, depois os formais, e assim vai.

Se há voluntarismo, como no caso do programa de obras, nos projetos de lei que estão negociando no Congresso.

São as chamadas pautas-bomba? Tem pauta-bomba no Congresso, projetos-bomba fora do Congresso, desejos-bomba em relação ao Banco Central. "Ah, deixa o BC comprar todos os títulos públicos do Brasil", dizem. Se você fizer isso, vai para o balanço do Banco Central. Depois, o que conseguir salvar, ótimo. E o que não conseguir, quem vai pagar?

Há a ideia também de que, se vender reserva [internacional], consegue ter dinheiro. Ao longo dos últimos dez anos,

comparamos as reservas emitindo dívida. Suponha que você vá vender as reservas e quer gastar. Legalmente, você não pode, mas suponhamos que conseguisse. O que iria acontecer? Você teria a mesma dívida, mas sem o ativo. Tudo o que a gente gastar é dinheiro meu, seu, nosso. Quem falou isso mesmo?

Foi Arminio Fraga [ex-presidente do BC]. Então, qualquer medida que a gente pensar vai chegar ao meu, ao teu, ao nosso, no futuro. Isso não quer dizer que a gente não deveria fazer o máximo que podemos nesse momento. Tem que fazer, é um momento crítico.

O que é o mais urgente nas próximas semanas? Por exemplo, eu queria saber se os R\$ 600 chegaram às pessoas que precisam. Tenho escutado que a demanda pelos R\$ 600 ultrapassou muito o que se imaginava no começo. Eu não sei. Concentraria meus esforços nessa questão, se estamos chegando a eles e, senão, como chegar, qual critério adotar etc.

Quão grande será a recessão no Brasil neste ano? Acho que será uma queda maior do que já experimentamos na nossa carreira profissional, passará a recessão de 2014, 2015. Agora, o quanto, é difícil saber. A economia está em casa e deveria mesmo estar, porque a saúde depende disso.

Que riscos corremos se não adotarmos as políticas corretas neste momento? Significará que você, em razão de uma crise grave, temporária, que pode ser circunscrita a este ano, comprometerá uma década inteira pela frente.

Além da década perdida que encerramos agora? É, porque ficaremos com uma dívida impagável, destruiremos instituições, acabando com o teto de gastos. Na parte monetária, por exemplo, tem gente propondo que o Banco Central volte a financiar o Tesouro.

Destruiríamos décadas de desenvolvimento. "Ah, vamos inflacionar", alguns dizem. Eu até acho que não haveria inflação, a curto prazo, por causa da recessão, mas medidas que tiram a âncora do sistema [de metas de inflação] exigiriam décadas para voltar.

Esse risco é grande? Estou sentindo que está começando essa vontade de fazer voluntarismo, por isso, nós, especialistas, a mídia, temos de alertar, de dizer: "Olha, vamos fazer tudo que podemos por quem precisa, mas não vamos perder as instituições, não vamos tornar esta crise temporária em algo que passaremos décadas tentando resolver".

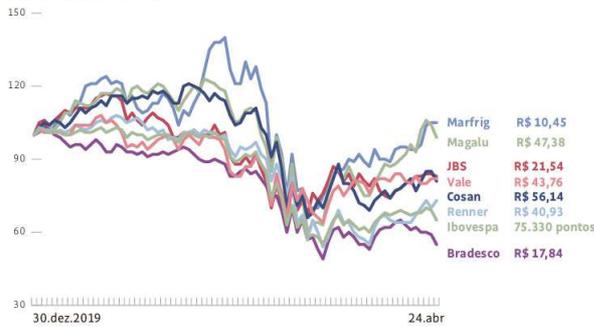
Há risco de que a instabilidade institucional recente, com a saída de ministros, afete a economia? Não há como isolar a economia dessa instabilidade institucional. As economias do mundo todo estão com dificuldades de lidar simultaneamente com a crise da saúde e sua consequência grave na economia.

Se além dessas crises se somam conflitos desnecessários, a economia vai sofrer. Sem falar no risco a vidas, por desvios do foco, a doença é séria. É absolutamente essencial focar em salvar vidas e empregos. Não temos tempo, energia e recursos para mais do que isso.

O quão ruim seria uma eventual troca também no comando da economia? A troca na economia seria ruim, mas a percepção de falta de liderança preocupa ainda mais. Não se muda o comandante no meio da crise. Muito menos dois comandantes: o da saúde e da economia. Quase que a receita perfeita de como não se deve agir no meio da crise.

Empresas recomendadas em meio à crise

Valorização das ações em base 100



Fonte: Bloomberg e CMA

Gestores recomendam ações tradicionais para atravessar instabilidade

Empresas líderes e consolidadas, com grande volume de negociação na Bolsa e caixa confortável, são aposta na crise

Júlia Moura

SÃO PAULO O cenário de instabilidade política e econômica no Brasil levou gestores a voltar suas recomendações para as empresas líderes de mercado e com grande volume de negociação na Bolsa, as chamadas blue chips —alusão aos cassinos, onde as blue chips (fichas azuis, em inglês) valem mais. Entre as mais recentes recomendações de bancos, gestoras, casas de análise e corretoras, algumas ações são figurinhas famosas, como Bradesco, JBS e Vale, empresas consolidadas e com forte caixa.

Apesar de a crise do coronavírus afetar a economia como um todo, reduzindo ganhos de quase todos os setores, elas devem ser menos impactadas e, no longo prazo, até beneficiadas pela crise.

“O cenário é ruim, todo o mundo se desvalorizou, mas empresas que são líderes se consolidam. A crise pune as empresas menores, e as grandes absorvem esse mercado”, afirma Jorge Junqueira, sócio da gestora Gauss Capital.

Dentre suas preferências estão a locadora Localiza e as Lojas Renner, por terem situação de caixa mais confortável.

“Elas têm condições de melhorar a relação com parceiros e complicar a vida dos concorrentes. Fora que a Localiza

pode se beneficiar das restrições ao uso do transporte coletivo com a pandemia.”

Outra recomendação, também em alta, é a Marfrig. “A demanda por carne bovina está aumentando, especialmente na China. Como há a suspeita de o coronavírus vir de carnes exóticas, acreditamos que o mercado por lá pode aumentar ainda mais.”

Além de Marfrig, a JBS também é uma das favoritas do momento. Para a XP, que indica a compra de ambas, o impacto do coronavírus no segmento deve ser baixo. “Vemos uma combinação positiva de consumo em alta por alimentos, sobretudo dos supermercados, margens sólidas, dólar alto, normalização da China e baixo endividamento”, afirma Betina Roxo, analista da XP, em relatório.

De acordo com a corretora, para cada 10% de depreciação no real, o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da JBS e da Marfrig aumenta 8% na média.

Na mesma lógica, a Vale segue nas carteiras recomendadas, com o início da retomada na China, principal importador de minério de ferro.

A expectativa positiva se reflete no preço da matéria-prima, que teve leve queda de 2,5% no ano, enquanto o petróleo despensa cerca de

“O cenário é ruim, todo mundo se desvalorizou, mas empresas que são líderes se consolidam. A crise pune as empresas menores, e as grandes absorvem esse mercado”

Jorge Junqueira
sócio da gestora Gauss Capital

70%. Com a desvalorização da commodity e a queda na demanda, as ações da Petrobras passaram a ser pouco recomendadas.

Já no setor bancário, os dois maiores bancos privados do país, Bradesco e Itaú, são os mais citados devido ao provimento de crédito elevado para arcarem com as dificuldades decorrentes da crise.

A grande preferência, porém, é o Bradesco, que tem as ações mais descontadas do que o Itaú. De acordo com relatório do Santander, os papéis do Bradesco estão sendo negociados 23% abaixo da média histórica. Segundo Junqueira, da Gauss, outra vantagem do banco ante seus pares é que um terço do seu resultado vem do Bradesco Saúde.

A pandemia do coronavírus levou diversos serviços de saúde a serem suspensos e adiados, o que reduziu os custos de planos, outro setor muito recomendado por analistas.

“Gostamos da Hapvida. Ela cresce bem, com um modelo de negócio interessante. Muitos acharam que a empresa seria prejudicada com pessoas usando mais os planos, mas as cirurgias eletivas que foram canceladas eram mais custosas”, diz Evandro Buccini, diretor de renda fixa e multimercado da Rio Bravo.

O economista aponta que, antes da forte queda do Ibovespa em março, as ações estavam “muito caras”. “Com quedas bruscas e até irracionais, aproveitamos para selecionar empresas mais interessantes, com fundamentos sólidos. E elas acabam sendo as tradicionais, com balanço forte e participação relevante no mercado”, diz.

Nesse perfil, estão Magazine Luiza e Lojas Renner. Apesar de serem prejudicadas com o fechamento das lojas físicas, elas têm uma forte atuação no e-commerce e caixa para aguentar a queda nas vendas.

“Esperamos que o Magazine Luiza seja um dos principais beneficiários da mudança em direção ao comércio eletrônico”, diz relatório do Santander.

O banco também vê a Lojas Renner como beneficiária da crise, podendo quase dobrar a participação no mercado até 2022, atingindo 12%.

“Esperamos que a Renner saia mais forte da atual crise da Covid-19, pois esperamos que vários varejistas menores entrem em falência devido à grande queda nas vendas do segundo trimestre.”

Além disso, a empresa, que foi uma das primeiras a fechar a unidades físicas, anunciou plano de reabertura de 20 a 30 lojas em quatro estados.

Outra aposta do momento é a Cosan. Relatório da Guide Investimentos destaca a “recente ótima performance” da Comgás, distribuidora de gás natural controlada pela empresa.

Para bater recorde real, dólar teria de subir mais 39% e chegar a R\$ 7,86

SÃO PAULO Apesar de ter fechado no patamar inédito de R\$ 5,66 na sexta (24), o recorde do dólar não é real, ou seja, não é o valor máximo da moeda americana no Brasil em termos corrigidos pela inflação. Dessa forma, é chamado de recorde nominal, que se refere apenas ao número em si.

Em 10 de outubro de 2002, entre o primeiro e o segundo turno das eleições que levaram Lula à Presidência, a moeda dos EUA foi ao recorde de R\$ 4,00 durante o pregão —fechou a R\$ 3,99.

Naquela época, R\$ 4 tinham um poder de compra maior do que têm hoje, devido à inflação.

A inflação é a alta contínua no nível geral de preços, ou seja, o quanto o custo das coisas fica maior ao longo do tempo. Como consequência, a moeda perde poder de compra.

Ela é medida por meio de índices de preços, que reúnem diversos bens e serviços de acordo com o gasto médio das famílias de determinada faixa de renda.

O índice mais utilizado é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE e considerado a inflação oficial do país.

De 10 de outubro de 2002 até março deste ano, o IPCA acumula variação de 179,41%, o que faz os R\$ 4 daquela época equivalerem a R\$ 11,88 hoje.

“Como temos uma inflação forte no Brasil, ela amplia a desvalorização do real”, e, se olharmos só para a cotação nominal, a comparação é limitada. O valor do dinheiro muda conforme a inflação”, afirma Joelson Sampaio, coordenador do curso de economia da FGV.

Há também quem considere a inflação americana.

Do mesmo modo que o real perde valor ao longo dos anos, o dólar desvalorizou, e US\$ 1 em 2002 equivalia a US\$ 1,42 hoje, uma perda de 42%, segundo o CPI (Índice de Preços ao Consumidor, na sigla em inglês) dos Estados Unidos.

Levando em conta a inflação dos dois países de outubro de 2002 a março de 2020 —dado mais recente disponível—, o dólar teria que subir mais 39% e superar os R\$ 7,86 para bater o recorde real.

“Pelo andar da carruagem, não é um recorde difícil de bater”, diz Sampaio, da FGV.

Além da pandemia de coronavírus, que gera fortes impactos econômicos, o Brasil vive uma crise política, com a saída de Sérgio Moro do governo de Jair Bolsonaro e o atrito do presidente com os demais Poderes.

“É possível bater esse recorde, mas não me arrisco a fazer projeções. Entre economistas, há a máxima de que o câmbio foi feito para nos humilhar, porque é difícil de prever”, diz Alan Ghani, professor de finanças do Insper.

Além do cenário de aversão ao risco, no qual investidores procuram ativos mais seguros como o dólar, a Selic em 3,75% ao ano e a perspectiva que ela caia para 3% também aumentam a pressão sobre o real devido ao carry trade.

Nessa prática de investimento, o governo está na diferença do câmbio e do juro. Nela, o investidor toma dinheiro a uma taxa de juros menor em um país, para aplicá-lo em outro, com outra moeda, onde o juro é maior. Com a Selic na mínima histórica, investir no Brasil fica menos vantajoso, o que contribui com uma fuga de dólares do país, elevando assim sua cotação. JM

Apesar da forte alta, dólar ainda está longe de seu recorde real

Cotação do dólar ajustada pela inflação brasileira (IPCA)



Fontes: Bloomberg, CMA e Economatica

Reserva para uma vida melhor

Troque o medo pela esperança e adote um novo nome para a reserva de emergência

Marcia Dessen

Planejadora financeira CFP (“Certified Financial Planner”), autora de “Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro”

Não foram poucas as vezes em que escrevi sobre a importância de termos uma reserva de emergência para enfrentar períodos de escassez, desemprego ou doença que nos impede de trabalhar e ganhar dinheiro.

Embora importante, é fato a resistência das pessoas em adotar a prática de destinar parte da renda, do salário, para formar essa reserva.

Talvez o problema esteja na abordagem, na forma como os argumentos vêm sendo apresentados. Mudar a perspectiva, o nome, talvez ajude a alte-

rar o comportamento das pessoas, despertar a percepção acerca da importância, do motivo pelo qual devem economizar, poupar, guardar dinheiro.

Aqui entre nós, reserva de emergência não é um bom nome. Uma situação de emergência não apenas não atrai como nos afasta dessa prática. Embora seja importante nos prepararmos para enfrentar uma emergência, pensar nela não é uma coisa agradável. A forma mais fácil de afastar o medo é não pensar nele, achar que não vai acontecer conosco.

Então vamos mudar a perspectiva, a maneira de refletir sobre o assunto, pensar em poupar para realizar os sonhos, o dinheiro da felicidade, da esperança, da autonomia, de fazer as coisas que queremos ou precisamos, sem depender de ajuda externa.

Desemprego, outra situação que queremos manter longe. Ninguém quer antever a perda do contrato de trabalho, nossa única fonte de renda; dor e sofrimento só de pensar nessa possibilidade. Que tal olhar pela perspectiva de liberdade, de

escolher fazer o que queremos, em vez de ficar preso a um trabalho pouco gratificante, que não nos motiva a sair de casa para o trabalho todos os dias?

Doença? Nem preciso dizer quão negativo o impacto na nossa vida e nas nossas finanças. Mais uma vez vamos focar o outro lado da moeda, investir na saúde, no bem-estar, no conforto e na segurança de termos capacidade financeira para cuidar da vida e zelar por ela.

Crise econômica, no país e no mundo, situações as quais não temos a menor chance de

prever ou evitar, outra situação que pode prejudicar ou impossibilitar a geração de renda, especialmente a de empreendedores, formais ou informais, dependentes de uma economia pungente para manter os negócios de vento em popa.

Então vamos pensar na reserva financeira para explorar oportunidades, de abrir ou expandir o próprio negócio, de criar uma fonte de renda alternativa ao trabalho formal que não pretendemos manter.

O dinheiro poupado ajuda a alçar voo, mas também pode ser a tábua de salvação para atravessar águas turbulentas.

Encontre um novo significado e motivação para guardar dinheiro e sentir-se seguro. Dê um nome que represente o sonho que você quer realizar. Cuide desse sonho, cultive esse projeto, coloque um pouco de dinheiro nesse sonho sempre que puder.

Ele é mais importante do que todas as contas que você paga, algumas relevantes, tão importantes quanto, mas todas tiram dinheiro do seu bolso, enquanto pagar pelo seu sonho, em parcelas, deposita esperança e dinheiro no que você deseja realizar na vida.

Pé-de-meia, tábua de salvação, meu sossego, paz de espírito, projetos de vida, cofrinho dos sonhos, chama como quiser, desde que contenha a chave, o gatilho que fará você investir em você, hoje e amanhã, priorizar o que é realmente importante na sua vida.

A trajetória é desafiadora, haverá tropeços ao longo do caminho, e essa reserva será útil nesses momentos também. Recomponha essa reserva tão logo a condição financeira anterior seja recuperada, mantendo o conforto e o bem-estar de estar prevenido.

mardadessen@gmail.com

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Novo normal

A Câmara Municipal de SP quer obrigar os estabelecimentos abertos ao público na pandemia a oferecerem luva e máscara aos funcionários e álcool em gel aos clientes nos balcões e caixas. A medida também obriga bancos, farmácias, padarias e outros negócios a reservarem a primeira hora de atendimento a pessoas com 60 anos ou mais. O projeto de lei, de autoria dos 55 vereadores, foi aprovado em primeiro turno na sessão virtual por 51 votos a favor e nenhum contra.

ATESTADO O projeto também cria um selo de responsabilidade social para empresas paulistas que estão ajudando no combate ao coronavírus, a ser emitido por órgãos públicos. A ideia é dar o reconhecimento a companhias que fizeram doações a comunidades carentes na cidade.

TEMPO O texto ainda prorroga por mais um ano os prazos de licenças e alvarás já emitidos e dilata, além das licenças a serem expedidas nos próximos seis meses.

TRAMITAÇÃO O projeto de lei, que também aborda questões como a prevenção de casos de violência doméstica no confinamento, deve ser votado em segundo turno na Câmara Municipal nos próximos dias. Ainda cabem emendas.

VITRINE O Iguatemi São Paulo enviou comunicado a lojas sobre o boleto de abril, que vence no começo de maio. Vai dar isenção total do aluguel para as marcas proibidas de funcionar por decreto, desde que todos os outros encargos devidos no mês sejam pagos em dia. Quem funcionou com delivery terá um desconto.

LIQUIDAÇÃO A cobrança das despesas condominiais será feita com redução de 40%. No fundo de promoção, a queda é de 60% para todas as lojas, mesmo as que puderam operar em abril.

ATERRISSAGEM Aurélio Valporto, presidente da associação de investidores Abradin e um dos maiores opositores da venda do braço de aviação do civil da Embraer à Boeing, cancelada neste final de semana, afirma que a fabricante brasileira de aeronaves precisará de um subsídio estatal para se recuperar.

TURBULÊNCIA "A Embraer gastou centenas de milhões fazendo a separação para a venda. Essas despesas foram as maiores culpadas pelo prejuízo da empresa em 2019", diz.

TERMÔMETRO A Afya Educacional afirma que cerca de 12 mil profissionais da saúde se inscreveram em seu curso online gratuito sobre condutas para emergências relacionadas à Covid-19.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JURO

Abril, em % ao mês



Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência abril*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado
Até R\$ 1.045 Aliquota 7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

*O prazo para empresas vence no dia 20, e para pessoas físicas, vence em 15, maio

BOLSO O Tribunal de Contas do Estado de SP, que neste mês recuou de um aumento na remuneração de seus servidores após repercussão negativa do caso em meio à crise do coronavírus, também se mobilizou para regulamentar suas gratificações mensais, que podem chegar a R\$ 13 mil no mês, fora o salário.

REGULAMENTAÇÃO O presidente do TCE, Edgard Camargo Rodrigues, enviou no mês passado a Cauê Macris, o presidente da Assembleia Legislativa de SP um projeto de lei complementar para regulamentar a gratificação, que já é paga atualmente.

OUTRO LADO Procurado pela coluna, o TCE afirma que o projeto de lei não cria despesa nova e não impacta o Orçamento. Macris não quis conceder entrevista sobre o tema.

EQUILÍBRIO O Hospital do Graacc, especializado no atendimento a crianças com câncer, reduziu em R\$ 6 milhões a expectativa de arrecadação para o segundo trimestre deste ano. A organização afirma que a mudança na projeção considera a queda das doações provocada pelo cancelamento de eventos em razão do isolamento social.

ÁGUA A Colgate-Palmolive vai produzir 25 milhões de sabonetes embalados com instruções para lavar as mãos. A ação abrange cinco fábricas da marca em três continentes e faz parte da campanha #SafeHands da OMS, que tem celebridades como o goleiro Alison. No Brasil, a meta é alcançar 200 mil famílias, com produtos no valor de R\$ 1 milhão.

ALFINETE Reclamação de uma costureira paulistana que foi comprar elástico para fazer as máscaras caseiras de pano que está doando: o produto, que costuma sair por cerca de R\$ 5, subiu para R\$ 12,10.

DISTÂNCIA O Banco Inter vai começar a vender seguros de automóvel, vida e residência por aplicativo. O serviço virá com a opção de fazer a vistoria do carro online, por meio de fotos e vídeos. A empresa vai usar inteligência artificial para sugerir produtos conforme o perfil de cada cliente.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Aliquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	Aliquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5% a 14%	97,04	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

*O prazo para o patrão da doméstica vence no dia 7, maio. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, a FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário.

Crise do coronavírus acentua desigualdade de gênero e cor, diz estudo

Representatividade de mulheres e negros é maior nas atividades mais afetadas pela Covid-19 e com vínculos de emprego mais instáveis

Ricardo Balthazar

SÃO PAULO A crise provocada pelo coronavírus deverá acentuar desigualdades existentes no mercado de trabalho brasileiro, entre homens e mulheres, brancos e negros, de acordo com estudo feito por pesquisadores de uma rede articulada por várias instituições acadêmicas para monitorar o impacto da pandemia no país. Conforme a análise do grupo, mulheres e negros foram atingidos pela crise em situação mais desfavorável, com vínculos de emprego mais instáveis ou porque trabalham em atividades econômicas que foram mais afetadas pelo avanço da Covid-19 e agora correm maiores riscos de perder emprego e renda.

"Por terem vínculos mais frágeis com seus empregadores, essas pessoas tendem a ser mais prejudicadas pela crise, por causa do potencial de rompimento desses vínculos", observa o sociólogo Ian Prates, pesquisador do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e um dos autores do estudo.

Muitos homens e mulheres brancos também sofreram com a crise, embora tenham vínculos mais estáveis com seu trabalho, porque exercem atividades que foram mais prejudicadas pela pandemia.

"São pessoas menos vulneráveis, mas que mesmo assim talvez não resistam ao impacto da crise atual", diz Prates.

Para estimar o grau de vulnerabilidade da força de trabalho, os pesquisadores analisaram sua composição antes da epidemia, de acordo com o

vínculo com o empregador e o setor de atividade, conforme os dados mais recentes publicados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), referentes a dezembro. Informações do Google sobre a mobilidade em estabelecimentos comerciais, boletins da Cielo sobre transações com cartões de crédito e levantamentos do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) foram usados para avaliar os efeitos da epidemia nos diferentes setores da economia.

Segundo os cálculos do grupo, 38% da força de trabalho pode ser considerada altamente vulnerável, por causa da informalidade de seus vínculos. São trabalhadores sem carteira assinada que atuam em empresas ou realizam serviços domésticos, ou que trabalham por conta própria sem registro formal.

Os membros de outro grupo, equivalente a 46% da força de trabalho, têm vínculos formais e mais estáveis, mas atuam em setores prejudicados por não terem sido considerados essenciais pelas políticas de combate ao coronavírus ou por terem sido especialmente afetados pela paralisação da economia.

A participação de homens e mulheres brancas nesse contingente, que os pesquisadores classificam como "novos vulneráveis", é mais significativa do que na força de trabalho em geral, assim como a de homens e mulheres negras é maior nos grupos considerados mais vulneráveis, de acordo com o estudo.

Há uma forte correlação em

38% dos trabalhadores estão no grupo mais vulnerável, formado por informais em serviços não essenciais

64% é o quanto a participação das mulheres negras nesse grupo é maior que na população ocupada total

tre escolaridade, gênero e raça na distribuição da população ocupada entre os vários grupos de risco, dizem os pesquisadores, mas a crise do coronavírus representa a primeira vez que grupos relativamente mais protegidos, e mais brancos, encontram-se ameaçados também.

No grupo mais vulnerável, formado por trabalhadores informais em serviços não essenciais, a participação de mulheres negras é 6,4% maior do que na força de trabalho, diz o estudo. A participação de homens brancos nesse mesmo grupo é 36% inferior à encontrada na população ocupada total.

Nun grupo que reúne trabalhadores com registro formal e vínculos mais estáveis, empregados em serviços não essenciais, a participação de mulheres brancas é 28% maior do que a observada na força de trabalho, e a de homens negros é 23% inferior à verificada na população em geral.

Para atenuar o impacto da pandemia, o governo começou a pagar um auxílio emergencial de R\$ 600 por mês para trabalhadores do setor informal e lançou um programa que promete compensar parte das perdas sofridas pelos que tiveram redução da jornada e dos salários.

Especialistas preveem que essas medidas se revelem insuficientes com o aprofundamento da crise, que empurrará o mundo inteiro para uma recessão neste ano, atingindo uma parcela maior dos trabalhadores que hoje se encontram nos grupos menos ameaçados da população.

Trabalhadores PJ têm renda reduzida e ficam sem benefício e auxílio emergencial

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Para quem trabalha com carteira assinada, há o benefício emergencial. Ao informal o governo concedeu um auxílio de R\$ 600 que será pago por três meses — o primeiro já foi depositado.

Há, no entanto, um parcela de trabalhadores que não terão direito a nenhum dos dois benefícios. São os trabalhadores pessoa jurídica que prestam serviços a empresas como se fossem funcionários, os chamados PJs.

Se as empresas para as quais trabalham decidirem cortar jornada de trabalho e salário ou mesmo suspender os contratos, eles não terão o direito ao benefício calculado com base no seguro-desemprego, criado pelo governo Jair Bolsonaro na medida provisória 936, de 1º de abril.

Na produtora em que o editor de vídeos Fabio Procópio, 47, trabalha, a redução adotada foi de 25%. Com isso, ele passou a trabalhar um dia a menos por semana e, ao fim do mês, receberá menos.

A nova rotina inclui ser o único a ainda frequentar o local de trabalho. Os demais colegas seguem na ativa, mas em suas casas. O cumprimento de 25% do valor do seguro-desemprego a que os trabalhadores com carteira assinada terão direito não chegará a Procópio, que é PJ.

O advogado Luiz Antonio dos Santos Júnior, sócio do Veirano Advogados, diz que,

em algumas situações, esses profissionais se enquadrariam nos requisitos para o auxílio emergencial.

O benefício de R\$ 600 pode ser pago para quem é MEI (Microempreendedor Individual), por exemplo, desde que o rendimento tributável, em 2018, não tenha sido maior do que R\$ 28.559,70.

Na semana passada, o Senado aprovou a ampliação do benefício emergencial e retirou esse limite. A mudança precisa ser sancionada pelo presidente. Outros requisitos continuarão valendo, como a renda máxima de até R\$ 3.135 por grupo familiar ou de até R\$ 522,50 por pessoa na família.

A limitação da renda é um dos impedimentos. O outro, diz o advogado, é o fato de esses profissionais continuarem trabalhando. "O cruzamento de dados acabaria acusando que os recolhimentos [de impostos] estavam mantidos".

É o caso da arquiteta Mariana (nome trocado a pedido da entrevistada), que atua como MEI, mas trabalha como funcionária de um escritório.

Pelo trabalho de segunda a sexta e por oito horas diárias, ela emite notas de prestação de serviços. Recebe por fora benefícios obrigatórios aos contratos feitos sob as regras da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), como férias remuneradas e 13º salário, além de uma valor correspondente ao vale-refeição.

No início de abril, Marina foi informada de que, das oito

MEDIDAS NA CRISE

Carteira assinada

- Quem ganha até R\$ 3.135 pode ter redução de salário e jornada por acordo individual
- Quem tiver redução de 25% terá o mesmo percentual do seguro-desemprego a que teria direito
- Se a empresa suspender o contrato, o benefício será igual ao seguro-desemprego nas empresas do Simples; o valor máximo é de R\$ 1.813

Informais e autônomos

- Três parcelas de auxílio de R\$ 600
- Mães que chefiem a família têm duas cotas
- MEI sem trabalhar também recebe

horas diárias, passaria a trabalhar seis. Como recebe por hora, já sabe que a renda mensal cairá. "Como estou em casa e continuo recebendo o valor do vale-refeição, isso está ajudando bastante".

Para Santos Júnior, nos casos em que empregados estão travestidos de pessoas jurídicas, o que resta ao trabalhador é buscar uma negociação com o empregador.

"Quando ele é, de fato, pessoa jurídica, fica sujeito à rescisão integral dos contratos já assinados, situação em que também está totalmente excluído das MPs emergenciais publicadas pelo governo". A adoção da "pejotização" pelas empresas ocorre porque o modelo tem menos encargos para quem contrata, que fica livre da contribuição previdenciária (20% do valor do salário) e de FGTS. Esses recolhimentos fazem falta ao trabalhador em situações como em uma demissão.

O advogado Cristóvão Macedo Soares, sócio do Bosisio Advogados, diz que, se a prestação de serviços for fraudulenta e houver a possibilidade de comprovada a existência da relação de emprego, o trabalhador poderá ir à Justiça buscar reparação.

Em meio à crise do coronavírus, o Comitê Gestor do Simples Nacional prorrogou o vencimento dos impostos de abril, maio e junho, que ficaram para outubro, novembro e dezembro. A medida vale também para quem é MEI.

Países europeus vão proibir socorro a empresas registradas em paraíso fiscal

Lista, no entanto, não inclui paraísos na UE, que reduzem receita de nações mais afetadas pela Covid-19

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS Ao menos cinco países europeus vão proibir que empresas registradas em paraísos fiscais recebam dinheiro público dos programas de socorro contra a crise do coronavírus.

França, Itália, Bélgica, Polónia e Dinamarca anunciaram medidas para evitar que companhias que evitam pagar tributos ao declarar lucros em outras jurisdições recebam agora verbas bancadas pelos contribuintes.

De forma geral, o termo "paraíso fiscal" se refere a locais que não exigem residência no país nem sede física para o registro de uma empresa e atraem as companhias com alíquotas mínimas de imposto.

É o caso dos 12 elencados pela União Europeia, que preferem o termo "jurisdições fiscais não colaborativas": Panamá, Samoa, Samoa Americana, Ilhas Cayman, Fiji, Guam, Oman, Palau, Trinidad e Tobago, Ilhas Virgens Americanas, Seychelles e Vanuatu.

A lista europeia foi criada em 2017, depois de escândalos como LuxLeaks, Panama Papers e Paradise Papers, e leva em conta três critérios: seus integrantes não trocam informações tributárias com outros países, cobram alíquotas agressivamente menores que a média dos países da UE e não adotam as reco-

mendações de justiça tributária da OCDE.

Os membros da UE nunca chegaram a um acordo sobre que sanções impor a esses países, deixando a lista sem efeito prático. Agora, França, Polónia e Dinamarca usam listas iguais ou parecidas com a da UE para impor condições ao socorro corporativo.

O resultado é que as restrições não têm impacto relevante sobre distorções de concorrência provocadas por essa guerra tributária, segundo entidades que acompanham transações fiscais.

Dependendo do critério adotado, estão no continente europeu alguns dos maiores "desviadores de tributos", como Irlanda, Holanda, Suíça e Luxemburgo, que atraem sedes de grandes corporações com alíquotas muito mais baixas que a de seus vizinhos.

O fato de gigantes da internet terem suas sedes em alguns desses países, por exemplo, está na origem da decisão do presidente francês, Emmanuel Macron, de propor um tributo nacional sobre os ganhos de Google, Apple, Facebook e Amazon em seu país. Mas, se incluíse agora em sua lista os chamados "paraísos europeus", a França teria que negar recursos à parceria automobilística Renault-Nissan, que tem sede na Holanda.

Além de França, que tem um pacote de ajuda de € 10

bilhões até agora, Polónia, com € 5,5 bilhões, e Dinamarca, com € 4,0 bilhões, Itália e Bélgica também têm projetos para cortar o socorro a quem usa os paraísos fiscais.

O governo belga ressaltou que há empresas nacionais com atividades concretas em alguns dos países listados como "paraísos fiscais": no caso da Bélgica, um exemplo são companhias de dragagem marinha que atuam no Panamá.

Uma solução mais efetiva que usar a sede das companhias para impor barreiras seria obrigá-las a declarar publicamente onde pagam tributos e qual o valor, segundo a seção europeia da Oxfam. Hoje, só autoridades tributárias têm acesso aos números de multinacionais.

Segundo a entidade, a transparência tornaria mensurável o impacto dos paraísos fiscais e poderia ainda desincentivar a transferência de tributos, por aumentar a pressão de acionistas e consumidores.

Já no caso italiano, há argumentos econômicos e políticos para incluir vizinhos europeus nas barreiras.

A concorrência dos "paraísos europeus" reduz em até 84% tributos corporativos que poderiam ser cobrados pela Itália, calculam estudos das universidades Berkeley e de Copenhague.

Segundo a Tax Justice Network (TJN, rede de justiça tri-

butária), a Holanda, cuja alíquota corporativa na prática é menor que 5%, drena mais de US\$ 10 bilhões (cerca de R\$ 570 bilhões) por ano de tributos que deixam de ser pagos por empresas americanas nos países mais atingidos pela pandemia (Itália, Espanha, França e Alemanha).

Esses países cobram alíquotas corporativas que chegam a cinco (no caso da Espanha) ou seis vezes a praticada na Holanda.

Com base em dados informados ao governo americano em 2017, a TJN calcula que a França tenha perdido para a Holanda US\$ 2,7 bilhões em tributos, a Itália e a Alemanha tenha deixado de receber US\$ 1,5 bilhão cada uma e a Espanha tenha perdido US\$ 1 bilhão em arrecadação.

No caso italiano, além do impacto nos cofres, há embates políticos. País mais atingido pela pandemia, a Itália tem no governo holandês o principal opositor a sua proposta de emissão conjunta de títulos de dívida para reconstruir as economias do bloco.

Segundo o executivo-chefe da TJN, Alex Cobham, a pandemia expôs o custo social da competição tributária entre os países da UE, com a transferência de riqueza dos Estados para as corporações (eles recebem menos tributos, eles aumentam seus lucros).

Cobham defende que a UE

adote uma regra tributária comum que obrigue as companhias a pagar tributos onde realizam suas operações, "e não onde seus contadores ocultam seus lucros".

"A UE não pode reconstruir sua economia em cima de um alçaço de paraíso fiscal. As receitas tributárias devem surgir onde está a atividade real, trabalho de seus funcionários e, por consequência, as necessidades de saúde pública", afirma ele.

A posição é a mesma do ministro das Finanças da Polónia, Tadeusz Kościński, para quem a UE deveria aproveitar este momento, em que será preciso muito investimento público na reconstrução econômica, para adotar restrições severas aos paraísos fiscais.

Segundo a Comissão Europeia, no nível mais amplo o que está em estudo no momento é impedir que empresas ajudadas pelos governos dos 27 membros do bloco distribuam dividendos, comprem concorrentes ou paguem bônus a seus administradores.

França e Dinamarca já incluíram a restrição a dividendos em suas condições de socorro.

Outras condições que têm sido estudadas ou impostas por países europeus são a redução das emissões de carbono ou a manutenção de empregos.

Paraisos fiscais

PAÍSES CONSIDERADOS 'NÃO COLABORATIVOS' PELA UNIÃO EUROPEIA

- Panamá
- Samoa
- Samoa Americana
- Ilhas Cayman
- Fiji
- Guam
- Oman
- Palau
- Trinidad e Tobago
- Ilhas Virgens Americanas
- Seychelles
- Vanuatu

Fonte: Conselho Europeu, 27 fev. 2020

OUTROS LOCAIS CONSIDERADOS 'PARAÍSO FISCAL' POR ESTUDOS E ORGANIZAÇÕES

- Irlanda
- Singapura
- Suíça
- Holanda
- Luxemburgo
- Porto Rico
- Hong Kong
- Bermudas

O que é paraíso fiscal?

Em geral, o termo se refere a locais que não exigem residência no país nem sede física para o registro de uma empresa e atraem as companhias com alíquotas mínimas de imposto

• A lista europeia leva em conta três critérios: seus integrantes não trocam informações tributárias com outros países, cobram alíquotas agressivamente menores que a média da UE e não adotam as recomendações de justiça tributária da OCDE

INCLUI
AUDIO LIVRO EM INGLÊS
COLEÇÃO FOLHA
★
★
★

Contos e Fábulas Bilingues

Era uma vez Once upon a time

texto português texto em inglês

Você leu os clássicos da literatura infantil em português. Agora, chegou a hora do seu filho ler e ouvi-los também em inglês na Coleção Folha Contos e Fábulas Bilingues. 30 livros para gostar de ler e aprender inglês se divertindo com Mogli, Chapeuzinho Vermelho, O Gato de Botas e muitos outros personagens.

GRÁTIS
4 LIVROS E O FRETE*

APENAS R\$ 19,90*
GADA LIVRO

PEÇA JÁ A SUA COLEÇÃO COMPLETA, GANHE 4 LIVROS E O FRETE*

Ligue (11) 3224 3090 (Grande São Paulo) ou 0800 775 8080 (outras localidades).

folha.com.br/contosbilingues

PAGUE EM ATÉ **10x** SEM JUROS NO CARTÃO*

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.

*Preço e frete válidos para os Estados de SP, RJ, MG e PR. Para outras localidades, consulte folha.com.br/contosbilingues. Confira as datas de entrega no site. Promoção válida na compra da coleção completa. Condição de parcelamento válida apenas no cartão de crédito.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartsman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Apostas de Bolsonaro

Presidente põe sua sobrevivência política acima das necessidades do país em meio a uma pandemia

Incapaz de governar, Jair Bolsonaro se movimentou freneticamente nas últimas semanas para tentar romper o isolamento político e evitar que seu mandato seja abreviado. Tudo que conseguiu até aqui foi aumentar o fosso ao seu redor.

Ao ensaiar uma aproximação com partidos do chamado centro, oferecendo cargos em troca de apoio no Congresso, desagradou os seguidores que ainda acreditavam em sua disposição de manter distância da política tradicional.

Logo depois, quando se juntou ao comício golpista realizado em frente ao quartel-general do Exército em Brasília, incitou fanáticos que pregam contra as instituições democráticas e constrangeu a ala militar de seu governo, que se mantém fiel à Constituição.

Ao permitir o anúncio prematuro de um plano de recuperação da economia após a recessão causada pelo coronavírus, o presidente minou a credibilidade de seu ministro da Economia, Paulo Guedes, que torce o nariz para a ideia.

Por fim, após fornecer a Sérgio Moro os motivos que ele usou para justificar seu rompimento com o governo, Bolsonaro viu o ex-juiz da Operação Lava Jato se transformar em seu adversário e lhe imputar crimes de responsabilidade.

No caótico pronunciamento em que rebateu as acusações, o chefe do Executivo sugeriu não ver nada errado em suas interações com a

Policia Federal —oferecendo combustível para investigações que em breve terão início.

Indiferente aos perigos criados pela estreitada separação, que tende a aliar parte relevante de seu apoio na opinião pública, o presidente tratou o ministro mais popular de sua administração como mentiroso, desleal e oportunista.

Bolsonaro aprecia o confronto e a confusão, mas nunca fez aposta tão arriscada. Que o faça quando o país se defronta com uma epidemia devastadora e seu impacto brutal na economia é prova suficiente da irresponsabilidade com que exerce suas funções.

Ao tumultuar o ambiente político, seu comportamento suga energias que deveriam estar concentradas no combate à calamidade, como se fosse tolerável subordinar os interesses do país ao instinto de sobrevivência do mandatário.

Cabe ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso autorizar as investigações necessárias para esclarecer as acusações feitas ao presidente e aplicar as medidas que suas conclusões exigirem. Cabe à sociedade confiar na capacidade de suas instituições de exercer esse papel com o devido rigor.

As autoridades na linha de frente do combate ao coronavírus, que Bolsonaro sabotou sistematicamente, cabe persistir nos esforços —a melhor resposta que podem oferecer aos desatinos do mandatário.

Ajuda condicionada

Socorro federal a estados e municípios deve ao menos exigir suspensão de reajustes salariais

Estudo recém-divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apresenta dados alarmantes a respeito de políticas de pessoal periculadas conduzidas pelos governos estaduais.

Com base em estatísticas de 24 estados do Distrito Federal, o trabalho estima que as remunerações médias dos servidores desses entes federativos cresceram 93% acima da inflação entre 2004 e 2018 —e, em alguns casos, os reajustes prosseguiram no período de crise orçamentária a partir de 2014.

Tais informações precisam ser consideradas na formulação de planos de socorro financeiro em debate no Congresso e no Executivo federal. Se a ajuda da União é sem dúvida imprescindível neste momento de calamidade, cumpre limitá-la e condicioná-la.

Nisso falha o texto já aprovado pela Câmara dos Deputados, que o Senado tem o dever de aprimorar.

A versão atual prevê compensação total a governos estaduais e municipais para a queda da arrecadação de ICMS e ISS, por seis meses, ao custo estimado de R\$ 93 bilhões. Tal valor não é fixo, contudo, e pode restar ao final uma conta bem maior para a União.

A garantia irrestrita permite que governadores e prefeitos sejam le-

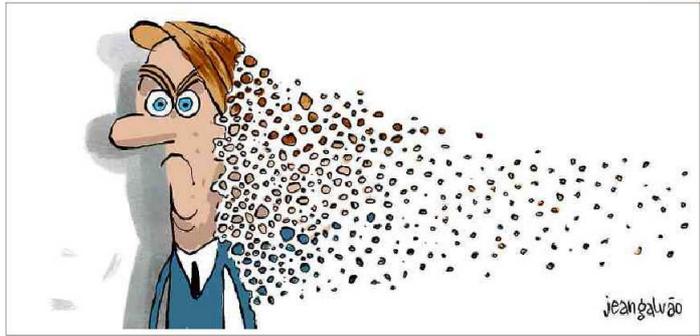
nientes e concedam incentivos tributários sem arcar com as consequências. A definição prévia de um montante, além de um prazo menor, seria mais apropriada.

Mais importante, é preciso exigir contrapartidas. Não há contradição entre disponibilizar o necessário ao combate à pandemia e aperfeiçoar a gestão orçamentária. Mais recursos para saneamento, saúde, educação e segurança também salvarão vidas a longo prazo.

O ideal seria avançar em reformas que permitam uma melhor administração da folha de pagamento, abrindo a possibilidade de redução de jornada e salários do funcionalismo, além de reformulação das carreiras e de salários de entrada. O exemplo do Rio Grande do Sul, que conseguiu avançar nessa agenda, merece atenção.

Não parece viável uma mudança dessa estrutura agora. Mas no mínimo, como se mostra provável, o Senado deverá proibir aumento de salários e proventos por dois anos. Tal vedação deve abranger inclusive as gratificações e progressões automáticas, que vão inflando a folha de forma vegetativa.

Trata-se de providência básica para que o amparo federal não termine por encorajar demandas das poderosas corporações estatais.



Jean Galvão

jean@uol.com.br

O vírus chinês

Hélio Schwartsman

SÃO PAULO As doenças mudam, mas o ser humano continua o mesmo. Duas de nossas obsessões são equiparar nossos inimigos a agentes infecciosos e batizar agentes infecciosos com o nome de nossos inimigos. Não surpreende, portanto, que representantes da direita nacionalista se apressem em culpar a China pela Covid-19. Numa só tacada, acham o seu bode expiatório, que ainda calha de ser comunista.

A história da sífilis se encaixa nessa tendência de forma tão conspicua e bem documentada que adquire uma dimensão até cômica. Infectologistas ainda debatem a real origem dessa doença, que adquiriu características epidêmicas na Europa no século 16. Mas não há dúvida de que ela era uma arma de propaganda perfeita contra inimigo ou desfeitos.

Os franceses rapidamente a batizaram de "mal de Nápoles", enquanto os italianos a chamaram de "mal francês" ou, no bom latim corrente à época, "morbus gallicus". Cada nação que era afetada pela moléstia a

denominava com o objetivo de responsabilizar o outro. "Mal germânico", "mal polonês", "mal espanhol" e "mal cristão" foram alguns dos nomes que o treponema recebeu.

O termo "sífilis", que soa quase poético, foi cunhado justamente num poema, escrito em 1530 por Girolamo Fracastoro, sobre a história do jovem pastor Syphilus, que recebeu uma doença horrível —a sífilis— como punição por ter insultado Apolo. Fracastoro é um daqueles gênios do Renascimento, que antecipou a teoria do contágio por partículas infecciosas e criou o termo "fômites", usado até hoje em infectologia. Mas Fracastoro também era italiano e, por isso, intitulou seu poema "Syphilis sive morbus gallicus", que se lê "sífilis ou o mal francês".

Obviamente, essa guerra de palavras nada fez para conter a epidemia, que só foi parcialmente controlada quando a ciência desenvolveu medicamentos eficazes. Entre seus impulsos atávicos e a ciência, fique com a ciência.

helio@uol.com.br

Uma república a seus pés

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Jair Bolsonaro admitiu que trabalha para transformar a Polícia Federal em milícia particular. Sem muito constrangimento, o presidente confessou que mandou delegados investigarem casos de seu interesse e que ameaçou o chefe do órgão de demissão por interesses pessoais.

A crise que culminou na saída de Sérgio Moro exibiu de maneira explícita o modo como Bolsonaro enxerga o poder. O presidente se acomodou tanto na cadeira que nem tentou disfarçar a intenção de explorar o governo como uma máquina a serviço de sua família e de aliados.

Bolsonaro decidiu atropelar a independência da Polícia Federal e pagar o preço de um choque com uma das estrelas de seu governo simplesmente para blindar seu projeto político.

Uma conversa divulgada por Moro mostra que o presidente demitiu Maurício Valeixo do órgão para barrar investigações sobre a fábrica montada pelo Planalto para atacar autoridades des. No diálogo, Bolsonaro cita a notícia de uma apuração contra deputados amigos e comple-

ta: "Mais um motivo para a troca".

Na sexta (24), quando quis se defender da delação de Moro, o presidente reconheceu que tentou interferir ao menos três vezes em investigações da PF e que pediu ao ministro acesso diário a relatórios do órgão. Talvez ele devesse procurar uma agência de detetives particulares.

Bolsonaro confunde comando com subserviência. Na semana passada, soltou um "minhas Forças Armadas" e, depois, questionou se um presidente não pode cobrar informações "da sua Polícia Federal".

Essa é a lógica que rege suas relações com o aparelho público. Bolsonaro é o político que embolsava auxílio-moradia enquanto tinha apartamento próprio em Brasília. Agora, finge austeridade e pede confetes ao anunciar que desligou o aquecedor da piscina do Palácio da Alvorada.

O presidente quer convencer seus seguidores de que a eleição lhe conferiu poderes para impor suas vontades e submeter estruturas independentes a seus desejos. Bolsonaro quer uma república a seus pés.

Razões do fracasso

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Um dia, se indagado por que o governo de Jair Bolsonaro saiu-lhe pela cultura, eu direi que tudo se deveu à ingratidão que ele cometeu contra um aliado, apaixonado e capacho: o ex-senador, cantor de pagode gospel e pastor evangélico baiano Magno Malta, a quem ele deve de certo modo a vida.

Você se lembra. Bolsonaro foi esfaqueado num comício em Juiz de Fora. Mal arrancada a faca de Bolsonaro, Magno Malta já estava ao seu lado no quarto, resfolegando sobre sua cicatriz e, como se ele estivesse morto, orando suavemente por sua ressurreição. O fato de Magno Malta ter adentrado o recinto cercado de aspones, um dos quais gravando o ágio para veiculação nacional, não invalida o caráter tocante da cena. Via-se claramente que Magno Malta, pelas ordens que dava a Jesus Cristo em sua prece, tinha grande influência no além. E Ele não o desapeou —Bolsonaro salvou-se e se elevou. Quem decepcionou Magno Malta foi Bolsonaro, ao negar-lhe o

ministério —qualquer um— de que ele se julgava credo.

Foi um erro de Bolsonaro. Magno Malta teria sido um verdadeiro coringa em seu ministério —apto a assumir qualquer pasta. Afinal, não é mais analfabeto do que vários dos atuais titulares. E, sabe-se agora, seria mais leal do que muitos.

Como ministro da Saúde, por exemplo, Magno Malta teria enfrentado a Covid-19 como Bolsonaro gostaria, sem essa história de gente trancada em casa e lojas fechadas —quem morresse, morresse, paciência, é a vida. Sem falar na liberação geral da cloroquina, que Bolsonaro, travestido de garoto-propaganda ou camêlo, tentou vender como se fosse óleo de cobra.

E, como ministro da Justiça, Magno Malta teria franqueado a Bolsonaro passar o rodo nas investigações da Polícia Federal que perigam explorar as sujeiras de seus filhos. Magno Malta, que nunca deixou de lhe abrir o coração, o teria ajudado até a desligar o aquecedor da piscina.

Descontrole

Marcos Lisboa

Presidente do Insper, ex-secretário de Fazenda (2003-2005). Escreve aos domingos

A ausência de uma agenda clara por parte do Executivo para enfrentar a pandemia e seus desdobramentos tem resultado em um descontrole que pode inviabilizar a recuperação da economia.

Caberia ao governo federal definir as prioridades da política pública, analisar os impactos esperados das propostas e alertar sobre restrições existentes.

Na sua ausência, Legislativo e Judiciário, casas de iguais, ficam submetidos às pressões dos diversos grupos para resolver, por maioria, problemas específicos, ignorando seus efeitos sobre o restante da sociedade.

Limitares são concedidas para o não pagamento de obrigações, pondo em risco a solvência de muitos fornecedores. Multiplicam-se programas de auxílio sem saber da sua prioridade.

A crise é grave. Certamente a política pública deve assegurar os recursos necessários à saúde e aos desassistidos pela perda de renda.

Muitas medidas recentes, no entanto, têm ido muito além do auxílio temporário nesta crise. Programas são criados em duplicidade, como a concessão de crédito para pequenas empresas. Benefícios permanentemente aprovados, como a ampliação do acesso ao BPC.

Com o governo distante do debate, falta quem possa arbitrar conflitos e garantir a consistência das medidas, por vezes com lesivos efeitos colaterais.

Um exemplo, entre muitos, é a proposta de tributar em até 10% o lucro dos últimos 12 meses das empresas com mais de R\$ 1 bilhão de patrimônio.

Esquecem que empresas estão perdendo boa parte do seu caixa e que muitas correm risco de falência? Como irão pagar o tributo? Vender ativos em meio à crise? E como ficarão seus empregados e fornecedores?

O populismo vai coletar pouco, mas pode causar grande dano. Os dados de 2018 indicam um potencial de arrecadação de R\$ 37 bilhões, menos de 10% do que o governo já está a gastar nesta crise.

Será que vale a pena pôr em risco a solvência de grandes empresas que empregam muita gente e viabilizam cadeias produtivas?

Outros elegem os bancos como vilões e propõem medidas sem avaliar as condições de contorno. Não sabem que as linhas externas de financiamento escasseiam, que o custo do capital aumentou e que deve ocorrer uma expansão generalizada das perdas de crédito?

Parceiro ignorar que bancos emprestam os recursos dos depositantes, que podem ser perdidos em caso de descontrole.

Em meio à crise, que ganha novos contornos, as lideranças do Congresso e do Supremo deveriam suprir, dentro do possível, o vazio do Executivo. Deve-se garantir a consistência e a coordenação das medidas, além de avaliar seus efeitos colaterais.

O país precisa sair desta turbulência de pé, e não de joelhos.

mercado

Economistas temem populismo e agenda desenvolvimentista

Crise política deflagrada pela saída de Moro sinaliza volta da instabilidade e piora cenário de retomada pós-pandemia

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O enfraquecimento político do presidente Jair Bolsonaro deve enterrar de vez a agenda liberal do ministro Paulo Guedes (Economia) e levar o governo a adotar uma posição mais intervencionista para promover a recuperação da atividade econômica.

Essa é a avaliação de economistas ouvidos pela Folha, que discordam, no entanto, sobre a viabilidade de uma estratégia que aumente a presença do Estado na economia, por meio, por exemplo, do plano de investimentos em infraestrutura com recursos públicos.

Alessandra Ribeiro, diretora da área de Macroeconomia e Análise Setorial da consultoria Tendências, afirma que os sinais são os de que o país tende a caminhar novamente para uma política econômica nacional desenvolvimentista.

Ela diz que a projeção de queda do PIB (Produto Interno Bruto) de 4,1%, traçada até agora pela Tendências, com a possibilidade de que a economia só volte ao nível de 2019 no fim de 2021, já se mostra otimista diante do novo ambiente político criado com a saída de Sergio Moro do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Para Ribeiro, com Bolsonaro mirando a eleição de 2022, haverá uma tentativa de trazer crescimento a qualquer preço. É grande o risco de se repitirem políticas que não deram certo no passado.

No caso de um processo de impeachment, que começa a ser defendido por alguns partidos, também há dúvidas em relação a como seria o alinhamento de um eventual novo presidente com os demais Poderes e o peso da agenda liberal do ministro Paulo Guedes.

"Difícilmente o ministro continuaria no governo com esses sinais de que não vai ter espaço para executar a agenda dele. Se ficarem cada vez

mais fortes as vozes dentro do governo, do presidente e da ala militar que o apoia, de que a política econômica tem de ser diferente, numa linha nacional desenvolvimentista, o ministro não deve permanecer. Os outros bons nomes da equipe saem também. Ninguém chancela um projeto como esse", afirma Ribeiro.

Piora o cenário o lançamento, na semana que passou, do Pró-Brasil, plano da área de infraestrutura apelidado pela equipe econômica de novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), numa alusão à política de Dilma Rousseff. O projeto prevê investimentos de R\$ 30 bilhões em três anos com a proposta de gerar de 500 mil a 1 milhão de empregos após o fim da pandemia do coronavírus.

"O nosso receio maior é que a política econômica pode ser alterada, de como fica a política fiscal, de mexer na regra do teto, para acomodar esse tipo de gasto. Isso traria um custo muito grande para a atividade econômica, aumentaria a percepção de risco dos agentes em relação ao Brasil, limitando a reação da atividade econômica e do emprego."

A economista Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute for International Economics, afirma que o Brasil experimenta a junção de um problema de saúde pública e econômico com uma crise política, o que dificulta uma resposta rápida do país aos seus desafios.

"Isso dificulta a resposta à crise agora, que já está atrasada, e prejudica muito o que vem depois. A gente está caminhando para um colapso total do sistema de saúde. Não sei como fica a capacidade de gestão após essa crise", diz ela.

O impeachment, avalia, pioraria tudo, pois prejudicaria a capacidade de resposta imediata à crise. "Esse não é um argumento anti-impeachment, é uma realidade

“A gente vai ter uma agenda de estímulos para a economia com intervenção estatal e distribuição de cargos para tentar dar suporte a um governo fraco. Se havia dúvidas antes das acusações de que o governo poderia mudar a rota, agora tem uma certeza de que isso vai acontecer, mesmo com o Guedes

Solange Srour
economista-chefe da gestora ARX Investimentos e colunista da Folha

—se é que existe alguma capacidade de resposta neste governo. Por outro lado, a gente também pode pensar que, se houver uma forma rápida de mudar as lideranças, talvez as coisas saiam do papel."

Solange Srour, economista-chefe da gestora ARX Investimentos e colunista da Folha, afirma que o governo já sinalizava que abandonaria a política de austeridade e as reformas de Guedes.

"Mesmo após o início da crise do coronavírus, havia dúvidas sobre a volta para a situação inicial de tentar aprovar algumas reformas. O mercado já estava vendo a possibilidade de um estrago econômico maior. Já estava tendo impacto no dólar, nos juros, na Bolsa. Agora, a situação se agrava muito. O governo vai precisar ir para o populismo para se sustentar. Não é mais uma dívida", afirma.

"A gente vai ter uma agenda de estímulos para a economia com intervenção estatal e distribuição de cargos para tentar dar suporte a um governo fraco", diz Srour.

"Se havia dúvidas antes das acusações de que o governo poderia mudar a rota, agora tem uma certeza de que isso vai acontecer, mesmo com o Guedes lá. Ele vai ser enfraquecido. Isso atrapalha muito o Brasil, justo em um momento em que a gente começa a sair do isolamento, e aprofunda a recessão."

Sobre o plano Pró-Brasil, encampado pela ala militar do governo e que causou contrariedade na Economia, ela diz que R\$ 30 bilhões, dentro do Orçamento, é até um valor pequeno, mas que a medida é simbólica, porque mostra o isolamento da equipe econômica.

"Indica que o governo quer acabar com o teto de gastos. Já se discute fazer isso com um orçamento paralelo. É uma sinalização de que a equipe econômica está perdendo força porque não está entregando e não vai conseguir entregar crescimento", afirma Srour.

"O Brasil só consegue financiar infraestrutura com setor privado e capital externo. É por isso que a agenda de concessões de privatizações era tão importante. Para fazer financiamento público, teria de ter alguma reforma para diminuir o gasto obrigatório. Vai imprimir dinheiro? O Banco Central vai financiar essa dívida? Usar reservas?"

Segundo ela, todas as alternativas levam a soluções mirabolantes, que provocam a fuga do real. "É perda de confiança", afirma.

Argentina suspende negociações no Mercosul

Sylvia Colombo,
Ricardo Della Coletta
e Bernardo Caram

BUENOS AIRES E BRASÍLIA A Argentina anunciou na sexta (24) à noite que irá deixar de participar das negociações de acordos comerciais do Mercosul, com a exceção dos dois mais importantes em andamento, o da União Europeia e o com a Efta (Associação Europeia de Livre Comércio).

O governo afirmou que essa decisão se deve ao fato de que a prioridade argentina agora é o combate ao coronavírus e às emergências econômicas internas causadas pela pandemia. A Argentina encontra-se, neste momento, em fase de negociação de suas dívidas, interna e externa, e realocando fundos para o enfrentamento da doença.

No comunicado do enviado ao governo paraguaio, que por ora exerce a presidência pró-tempore do Mercosul, o governo argentino diz que "não será obstáculo para que os demais países prossigam com seus diversos processos de negociação".

A oposição reagiu de forma dura e pediu que o chanceler, Felipe Solá, compareça nesta segunda (27) ao Congresso, para apresentar as razões da

decisão. Segundo o Juntos por el Cambio, bloco liderado pelo ex-presidente Mauricio Macri, "uma crise global faz com que seja ainda mais necessária a cooperação internacional e a integração regional".

A decisão mostra que o distanciamento entre Brasil e Argentina segue ocorrendo.

Ambos os países, que têm a seus dois presidentes de costas um para o outro — até hoje, Jair Bolsonaro não conversou com seu par argentino, Alberto Fernández —, vêm adotando políticas diferentes em relação ao enfrentamento da pandemia e também têm divergências entre si sobre qual deve ser o papel do Mercosul.

Oficialmente, o Ministério das Relações Exteriores tratou o movimento dos argentinos como positivo. O Itamaraty informou que a decisão do país vizinho dá transparência aos processos de negociação e facilitará a busca por melhores resultados a todos os membros do Mercosul que estão interessados na abertura comercial com o mundo.

Atualmente, o Brasil descarta abrir qualquer tipo de disputa judicial com o país vizinho sobre o tema.

Segundo interlocutores ouvidos pela Folha, os quatro países do bloco vão se reunir a

partir da semana que vem para discutir quais dispositivos nos tratados e acordos que constituem o bloco podem ser invocados para permitir que Brasil, Paraguai e Uruguai sigam nessas negociações sem a Argentina.

A avaliação é que é preciso encontrar uma modelagem que dê liberdade para que os três países prossigam nas negociações com outros parceiros — como Coreia do Sul, Canadá, Singapura e Líbano —, mas que, na implementação, seja acordado algum tipo de barreira intra-Mercosul para que não haja triangulação ou perfuração, via Argentina, de um possível acordo futuro.

Indústria brasileira pede proteção contra invasão externa

BRASÍLIA Representantes da indústria veem a retomada econômica que começa a ser observada na China e em outros países como ameaça para a recuperação do Brasil após a pandemia do coronavírus.

Temendo uma invasão de produtos estrangeiros, entidades buscam ajuda do governo. Em reunião na quinta (23)

com a Coalizão da Indústria, que reuniu representantes de 14 setores, o ministro Paulo Guedes (Economia) ouviu apelos para que o governo se prepare e busque estratégias para minimizar esse impacto.

Por enquanto, embora o ministro tenha sido receptivo ao pleito, técnicos da pasta minimizam a preocupação, sob o argumento de que o real desvalorizado beneficia o produtor brasileiro e de que o país não sofrerá forte impacto por ser uma economia relativamente fechada.

Participantes do encontro dizem que, por um lado, a chegada tardia da pandemia deu tempo para que o país se antecipe à adoção de medidas de saúde, mas, por outro, a saída da pandemia depois de outros países — principalmente da China — pode colocar o Brasil em uma armadilha.

A avaliação é a de que esses países começaram a superar a fase mais aguda da crise com suas empresas avidas por um alívio financeiro, já que estão com estoques parados, prejuízos acumulados e necessidade de recompor o caixa.

Por isso, estariam dispostas a vender produtos a qualquer custo, mesmo que seja a preço menor que o de mercado. BC



Rodovia dos Bandeirantes (SP-348), administrada pela CCR, que teve queda de cerca de 60% na circulação de veículos de passeio em abril

Eduardo Knapp/Folhapress



Concessões de rodovias sofrem com recorde na queda do tráfego

Retração supera a vivida na greve dos caminhoneiros; setor espera que governo cubra perdas com pandemia

Ivan Martínez-Vargas

SÃO PAULO A crise econômica desencadeada pela pandemia do coronavírus já tem impactos no setor de concessões rodoviárias e demandará uma revisão de contratos, segundo especialistas do setor.

O movimento das estradas concessionadas recuou em média 18,4% em março na medição do índice divulgado mensalmente pela ABCR (associação das concessionárias de rodovias) e da consultoria Tendências. O indicador exclui efeitos das variações sazonais.

O dado foi o pior desde a criação do indicador, em 1999, superando a queda observada durante a greve dos caminhoneiros de 2018.

O fluxo de veículos de passeio registrou a maior queda: 22,7%. Já o trânsito de veículos de carga teve redução de 4,1%.

Como a maior parte das rodovias operou normalmente até o início da segunda quinzena de março, os dados referentes a abril deverão mostrar um quadro de retração ainda mais aguda, de acordo com o presidente executivo da associação, César Borges.

Em ofício à AGU (Advocacia-Geral da União) em que pede um parecer sobre a possibilidade de a pandemia "ser capaz de embasar eventual reequilíbrio econômico-financeiro" de contratos, o Ministério da Infraestrutura cita estimativa da ABCR de retração de 57% no fluxo de veículos leves e de 29% no de pesados.

Em parecer emitido no dia 15, a AGU admitiu que a pandemia pode ser classificada como evento de força maior, o que poderia "justificar o reequilíbrio de contratos de concessão de infraestrutura de transportes", mas afirmou que esses casos devem ser analisados individualmente.

Borges estima que as concessionárias têm tido redução de até 40% em seu fluxo de caixa. "Não se esperava nada nessa abrangência. A crise se agonizou em razão do necessário isolamento social, e não sabemos como será a retomada e em que velocidade. É preciso manter as concessionárias saudáveis", afirma.

Para ele, o reequilíbrio dos contratos, que pode postergar obrigações das concessionárias, autorizar aumentos de tarifa ou estender as concessões, é uma opção na mesa.

Borges diz que solicitações de flexibilizações regulatórias mais simples já têm sido pedidas e concedidas, como as relacionadas a cronogramas de atividades como implementação de sinalizações e roçagem de mato em torno de rodovias.

"São tarefas que não podem ser cumpridas agora por falta de mão de obra com o isolamento social, mas a realização de investimentos demandará capital em um momento de redução de receitas", diz.

"Se não houver nenhum tipo de intervenção do governo, as empresas não sobreviverão à crise", diz Rodrigo Bertocelli, do escritório Felsberg.

Segundo ele, cada contrato prevê uma matriz de risco diferente, e há acionistas com mais fôlego financeiro e outros em dificuldade. De maneira geral, afirma, o setor inteiro tem sido afetado e deverá haver pedidos de revisões

de metas de investimento e prerrogativas de prazo.

"O parecer da AGU reforça que o coronavírus é um risco alocado ao governo, diferentemente das eventualidades que as concessionárias podem se proteger por meio de seguros", diz Lucas Sant'Ana, sócio do Machado Meyer.

"Tenho aconselhado as concessionárias a apresentar o mais rápido possível uma alternativa de postergação de obra, por exemplo, ao observar queda de receita. Acho que existe espaço para soluções consensuais com os órgãos reguladores", diz ele.

Letícia Queiroz, do Queiroz Maluf, afirma que os custos também têm subido na pandemia devido à alta do dólar e à dificuldade para obter materiais e insumos para pavimentação, por exemplo.

Alem disso, o vírus já influencia nas negociações de devolução de concessões, segundo João Paulo Pessoa, sócio do Toledo Marchetti. "São processos lentos e que demandam aditivos contratuais para que a concessionária que está devolvendo o ativo continue a prestar o serviço até que haja um novo leilão".

A possibilidade de relicitação foi regulamentada em agosto do ano passado, e o primeiro pedido foi o da Viao4c, controlada pela Invepar. A concessionária administra os 936 km da BR-040 entre Brasília e Juiz de Fora (MG).

O pedido foi aprovado pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) em novembro de 2019, mas governo e concessionária ainda negociam o termo aditivo do contrato. A concessionária havia pleiteado que o contrato fosse revisado trimestralmente para estimar os impactos da pandemia em sua receita.

A ANTT tem rechaçado a proposta, mas analisa a possibilidade de deixar explícito que os termos do contrato não levariam em conta a pandemia.

Há mais dois pedidos em análise na agência para devolução de concessões: o da MSVia, da CCR; e o da Triunfo Concebra. A primeira assinou o contrato para administrar um trecho da BR-163 em Mato Grosso do Sul que compreende 847 km entre os municípios de Sonora e Mundo Novo. A segunda toca desde 2014 um lote de 1.176 km das rodovias BR-066, BR-153 e BR-262 entre Brasília e Betim (MG).

Segundo Borges, há mais duas concessionárias que avaliam pedir devolução de concessões. Para ele, a pandemia também deve afetar o cronograma de novos leilões.

"O governo tem dito que vai manter os leilões de infraestrutura previstos para este ano, mas os projetos foram modelados com uma expectativa de demanda que não é mais a atual. É preciso fazer adaptações para manter a atratividade dos ativos", diz.

Procurada, a ANTT diz manter diálogo com as concessionárias e que avalia caso a caso os pedidos de flexibilização de "obrigações contratuais relativas à manutenção, conservação e operação rodoviária".

A agência afirmou que até agora recebeu demandas simples de extensão de prazos e que, na maioria das concessões, as ações estão sendo realizadas normalmente.

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

Oração ao tempo

Há exatamente um mês, Janguê Diniz, dono da Ser Educacional, dizia em uma live transmitida pela XP que as medidas de restrição de circulação não poderiam durar mais de 30 dias porque provocariam caos social. Hoje, o empresário divulga o lançamento de um aplicativo patrocinado pela Uninassau para o teleatendimento de pessoas com sintomas do coronavírus em estados do Nordeste. Ele defende o uso de cloroquina e azitromicina para tratar os pacientes leves.

ÁGIL "Não sei por que os governos federal e estadual ainda não mandam às pessoas que já têm sintomas: detectou, leva ambulância, faz o teste, já dá o remédio no início para evitar que chegue à gravidade. Eu não sou médico, mas, como empreendedor, sou um solucionador de problema. Minimizará assim", diz.

INTERMITENTE Diniz defende um modelo que ele chama de "isolamento vertical gradativo", inspirado no movimento proposto por Jair Bolsonaro, que pressiona pelo fim da quarentena. Mas elogiou o anúncio de um plano de relaxamento feito na semana passada pelo governador de São Paulo, João Dória, adversário político do presidente.

AULA Questionado se acha que o movimento para encerrar a quarentena poderá perder força com o enfraquecimento de Bolsonaro na esteira da demissão de Sergio Moro, Diniz afirma que não quer entrar em questões políticas.

ESTETOSÓPIO "Temos de achar uma solução para resolver o problema econômico, senão as mortes invisíveis serão muito maiores. As pessoas já estão morrendo de fome, de falta de emprego. É o vírus da miséria, é o vírus da fome", afirma o empresário.

BIFE Após dois meses ausente no mercado, a China voltou a comprar carne do Brasil, e a alta na demanda chinesa cobriu a queda de vendas a países europeus, segundo Miguel Gularte, diretor-presidente da Marfrig. "A China vai ser o grande carro-chefe das exportações no próximo trimestre", afirma ele.

FACA O executivo prevê mudanças nos hábitos de consumo do brasileiro após a pandemia. Os cortes para cozinhar em casa devem ser priorizados, enquanto o recreativo, usado no churrasco, deve cair.

CARDÁPIO Gularte afirma que a Marfrig está diversificando a oferta para atender a nova demanda. "Não subestimamos que estamos em um mundo mais pobre, todo ele vai ser mais pobre", afirma.

BATUQUE Quando Bolsonaro começou seu discurso sobre a saída de Sergio Moro do governo na sexta (24), o investidor Lawrence Pih concluiu: "O melhor negócio hoje em dia é fabricar painéis". Era uma referência ao volume dos painéis contra o presidente.

CPF NA NOTA A Afresp, associação de auditores fiscais de SP, propôs a suspensão provisória dos créditos da Nota Fiscal Paulista a pessoas físicas para destinar os recursos à população de baixa renda na crise. A medida enviada ao governo faz parte de um conjunto de propostas que somam até R\$ 3 bilhões para apoiar o estado.

ARARA Tito Bessa Junior, dono da rede de moda TNG e presidente da associação de lojistas de shopping Ablos, ficou aborrecido com uma das restrições impostas nos centros comerciais que foram liberados da quarentena em algumas cidades nos últimos dias.

ESPELHO MEU "As lojas foram autorizadas a abrir, mas não podemos usar os provadores. Como vamos vender roupa sem provar? É um absurdo", afirmou Bessa Junior.

PAPEL A Paper Excellence, do setor de celulose, vai doar R\$ 1 milhão em equipamentos de proteção individual para hospitais e profissionais de saúde em Mato Grosso do Sul.



PROSA

“As medidas do governo não foram suficientes mas foram satisfatórias. Não resolve mas quebra o galho”

Janguê Diniz
presidente do conselho da Ser Educacional

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

A HORA DO CAFÉ | Fabiane Langona



coronavírus mercado



Machilde Missionheiro/Folhapress

Fábio Terra Agenda ultraliberal de Paulo Guedes foi jogada a nocaute

Para economista keynesiano, tombo pode ser tão grande quanto o de 1929

ENTREVISTA

Fábio Zanini

SÃO PAULO O economista Fábio Terra, 35, tem acompanhado as medidas do governo federal para tentar amenizar os efeitos do coronavírus sobre o PIB com um certo sentimento pessoal de desforra.

Presidente da AKB (Associação Keynesiana Brasileira), Terra, 35, e seus colegas dessa escola de pensamento, que prega a presença forte do Estado na economia, passaram grande parte da década na defesa, apossados pela onda liberal.

Agora, veem governos no Brasil e no mundo se renderem à necessidade de liberar recursos públicos e empreender grandes projetos de infraestrutura para tentar evitar uma depressão econômica.

"A agenda ultraliberal do Paulo Guedes está sendo jogada para nocaute, contra as cordas", afirma ele, professor da Universidade Federal do ABC da Universidade Federal de Uberlândia.

Fundada em 2008 e contando com 130 integrantes, a AKB segue a linha celebrizada pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946).

Autor intelectual do "New Deal", conjunto de obras e programas sociais que foi a resposta dos EUA à Grande Depressão nos anos 1930, Keynes defendia que a atuação do Estado é fundamental para criar demanda e reanimar a economia.

Está provada a frase atribuída ao economista liberal Milton Friedman, de que, na crise, somos todos keynesianos? Sim. Mas talvez isso seja um problema, ser keynesiano apenas na crise. Keynes era, mais do que um teórico, um homem prático. Era um grande investidor, gestor de fundos, e isso fazia com que tivesse contato com a economia muito além do âmbito teórico. Crise significa que o setor privado está saindo de cena.

Nesta hora, o Estado precisa balançar. É ele que vai coletar os prejuízos e tomar atitude. A importância do Estado não é quando a crise acontece, é evitar que aconteça. É muito importante que o Es-

Fábio Terra, 35

Professor da Universidade Federal do ABC e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFU (Universidade Federal de Uberlândia), Presidente da Associação Keynesiana Brasileira, é graduado em economia pela UFU, com mestrado em desenvolvimento econômico pela UFPR (Universidade Federal do Paraná) e doutorado pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

tado tenha bala na agulha. O que é bem diferente do que aconteceu até agora no Brasil. A gente está muito atrasado.

Vivemos nos últimos anos uma onda liberal. Esta crise veio para arrefecer esse movimento, ou é apenas um espasmo keynesiano? Agente agora vai ter uma disputa ideológica. Já se começa a perceber ruído no governo, com esse plano de investimentos em infraestrutura do Braga Neto, esse Plano Marshall brasileiro, de demanda efetiva estatal a pleno vapor.

O eixo da discussão mudou? Acho que sim. A disputa de narrativas se abriu. O governo Dilma tentou fazer um dirigismo estatal muito forte, que eu não considero de maneira nenhuma keynesiano. Desde então se tentou fazer o avesso do governo Dilma, essa prática mais liberal e se acentuou muito profundamente com Bolsonaro.

A agenda ultraliberal do Guedes está derrotada? Ela está de certa forma sendo jogada para nocaute, contra as cordas. Mas não quer dizer que tenha saído de cena.

O intervencionismo estatal não funcionou com Dilma, por que funcionaria agora? Ele precisa ser cíclico. O Estado precisa sair quando a iniciativa privada vai bem. Não pode de maneira nenhuma forçar o acelerador, e foi isso que a Dilma fez a partir de 2012. É preciso estabilidade das medidas de política econômica, seja a política monetária ou a fiscal. Se ela é muito instável, acaba destruindo um horizonte de longo prazo.

A Dilma teve um voluntarismo muito grande. Ela determinou taxa de retorno que empresário deveria ter para participar de concessão, por exemplo, fez mudança muito brusca no mercado de energia, entre outras coisas. Emitiu informações muito turvas. As informações têm que ser transparentes e combinadas com o setor privado, porque o setor privado que de fato faz o PIB do país.

Quando tempo esse movimento intervencionista deveria durar na atual crise? Eu só começaria a retirar as medidas de estímulo quando o setor privado mostrasse recuperação. Não daria um deadline, porque não sei quando os empresários vão estar diminuindo estoques, elaborando planos de investimento, tomando financiamento. É como lidar com um paciente em terapia intensiva e prevenir tirar o tratamento daqui a três semanas. Não sei se ele vai estar em condições.

Os sr. tem expectativa de quando começa a recuperação da atividade econômica? Agente vai bater no fundo do poço e deve permanecer lá até o final do ano. E, no primeiro trimestre do ano que vem, se não tivermos novas ondas de contaminação pela Covid-19, talvez comecemos a sair. Mas tem uma condição, que é o setor público já neste instante estar participando da atividade econômica de maneira mais intensa.

Qual sua avaliação sobre as medidas do governo até agora? A resposta é muito tímida. Os R\$ 600 significam 6% de renda que 60% dos brasileiros recebem. É alguma coisa, mas é muito modesto. Na minha avaliação, a gente precisa ir caminhando com um salário mínimo e de forma mais alastrada, incluindo pagamento de folha de salários de micro e pequenas empresas. Isso significaria mais ou menos um salário mínimo para 80 milhões de pessoas. Parece muito assustador, mas são R\$ 80 bilhões por mês. Se pagar por quatro meses, são R\$ 320 bilhões. Isso significa três vezes da receita corrente líquida do Brasil.

Não é cavar um buraco grande demais nas contas públicas? O Estado tem três meios de financiamento: endividamento, tributação ou impressão de moeda, que é só em última instância. Temos a conta única (do Tesouro), que tem R\$ 1,4 trilhão disponíveis. Temos os ganhos das reservas internacionais. Não significa a venda delas, significa usar os fluxos de rendimento, os ganhos. Neste ano,

o agente teve de janeiro a 20 de março R\$ 312 bilhões de rendimentos. Só esse recurso já daria para custear essa política de pagamento de renda básica para 80 milhões de pessoas.

O que a gente precisa neste momento é diminuir o tamanho de regramentos, porque o momento é excepcional, atípico. Esse recurso da reserva internacional não pode ser usado. Tem que flexibilizar. E a gente, além disso, vai ter um aumento de endividamento. Precisamos ter uma boa coordenação de expectativa, o governo precisa convencer os investidores de que isso é necessário agora para reanimar a economia.

O governo tem dito que o momento seguinte é preciso retomar a agenda de reformas privatizações. Qual sua opinião? Algumas são fundamentais e já passaram da hora, como a tributária e alguma reforma administrativa, sobretudo para tornar mais justas as remunerações, gratificações e distribuição de carreira no setor público. Privatização logo após uma crise é muito ruim para o setor público, porque o preço das empresas vai estar muito baixo. Imagina vender agora uma Eletrobras, que tem ação em Bolsa. Tem que esperar um pouco.

É o caso de flexibilizar o teto de gastos? A gente tem visto que meramente fazer o ajuste fiscal não vai levar a crescimento. Aprovamos a PEC do Teto em 2016 e o crescimento não saiu de 1%. Defendo reogar, mas isso não quer dizer que eu seja a favor de irresponsabilidade fiscal. Uma meta de primário correlacionada com a arrecadação tributária é forma mais racional de administrar as finanças públicas. A PEC do Teto é muito miope, só buscou contingenciar gasto público primário. Não permitiu válvula de escape nenhuma.

Como os sr. compara esta crise com a de 1929, que levou à era de ouro do keynesianismo? O tombo pode ser tão grande quanto o de 1929, mas a permanência dessa queda não será. Agente aprendeu a enfrentar crises. Na de 1929, houve uma demora para uma resposta. O New Deal só veio no meio dos anos 1930. Agora, os Estados já estão atuando, como Japão, Alemanha, Itália, França, Espanha, tomando medidas equivalentes a 20% do PIB.

O sr. tem amigos econômicos liberais? Sim.

E como está sendo saborear este momento, depois de tantos anos apanhando? Tem sido legal (risos). Eu percebo que vários colegas de fato agora dizem: "O Estado tem que agir, não tem jeito, é o Estado que vai ter que gastar". E eles carregam uma preocupação que a gente tem de ter mesmo, que é de qual o momento em que o Estado deve começar a diminuir a sua atuação.

Conseguiu converter algum liberal ao keynesianismo? Isso não consegui ainda. Até demais, é a mesma coisa que tentar convencer palmeirense a virar corinthiano.

Real estate advertisement for ZUKERMAN BANCO Inter, featuring details about a property sale in Uberlândia, MG, including contact information and legal notices.

mercado **coronavírus**

Princípios básicos

Se garantirmos a solvência do Estado, poderá haver algum impulso fiscal

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Estamos enfrentando uma epidemia. A dívida pública irá se elevar muito. Como pagar? Não há mágica. Teremos que retomar a estratégia de ajuste fiscal.

Outro tema é a necessidade ou não de política fiscal expansionista para estimular o crescimento da economia. A ideia é que um estímulo fiscal associado a um plano de investimento público em infraestrutura é essencial para recuperar o dinamismo da economia.

Esse é um debate que existia antes do desembarque da Co-

vid-19 entre nós.

Nos três anos subsequentes à nossa grande crise, o desempenho da economia brasileira vinha sendo muito ruim. Por três anos — de 2017 até 2019 —, crescentes ao ritmo de 1% anual.

Há duas teorias para explicar o desempenho ruim. Diversos analistas mais ortodoxos, entre os quais me incluo, argumentavam que os desequilíbrios produzidos por muitos anos antes da crise explicam o baixo crescimento.

Dois eram as fontes dos desequilíbrios. Primeira, o dese-

quilíbrio fiscal estrutural. Isto é, o crescimento do gasto público incluindo transferências, por determinação legal, a taxas sistematicamente superiores às taxas de crescimento da economia.

Segunda, baixíssima taxa de crescimento da produtividade. Além das questões de mais longo prazo de nossa economia — a produtividade em tido um desempenho ruim há décadas —, o longo ciclo de investimento liderado pelo setor público, entre 2006 e 2014, produziu má alocação gene-

ralizada do capital, agravando o problema.

Ambos os desequilíbrios demandam reformas estruturais de natureza fiscal e microeconômica: previdenciária, administrativa, tributária, abertura da economia, entre tantas outras.

Assim, o diagnóstico ortodoxo prioriza temas da oferta agregada. Questão: o baixo crescimento entre 2017 e 2019 foi fruto exclusivamente de nossos problemas estruturais?

Penso que não. Apesar de as

questões estruturais serem de longe nosso maior problema, é verdade que houve no triênio 2017 a 2019 carência de demanda agregada. Nesse triênio, a inflação esteve sistematicamente aquém da meta. Há uma verdade heterodoxa.

Olhando retrospectivamente, a política monetária poderia ter sido mais frouxa. Não sou engenheiro de obra pronta. Se lá estivesse e com a informação disponível à época, não teria feito melhor.

Voltamos aqui ao início da coluna: faz sentido, dado que sairemos da pandemia com ociosidade ainda maior do que nela entramos, algum ativismo fiscal?

Se aprovarmos reformas que garantam solvência do Estado, condição necessária para que as taxas longas de juros caliam, penso que sairemos da crise com juros de equilíbrio para prazos de até dez anos próximos das ta-

xas de crescimento que observaremos ao longo de alguns anos. A elevada ociosidade garantirá taxas de crescimento maiores por alguns anos.

A economia brasileira operará por alguns anos em condições próximas ao que chamarei de moto perpétuo — que ocorre quando o gasto público se autofinancia —, permitindo alguma flexibilização fiscal.

No entanto tenho certo ceticismo. Como mais de uma vez tem apontado meu amigo Marcos Lisboa, há inúmeras obras paradas, e não por falta de recursos. Em muitos casos, problemas regulatórios e gerenciais do Estado brasileiro impedem que as obras avancem.

De qualquer forma, se na saída da atual epidemia avançarmos na construção da solvência do Estado brasileiro, haverá algum espaço fiscal para elevação do investimento público em infraestrutura.

| DOM. Samuel Pessôa | SEC. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Facebook cria rival do Zoom e amplia videochamada do WhatsApp

TEC

SÃO PAULO O Facebook anunciou na sexta-feira (24) uma ferramenta de videochamadas para rivalizar com aplicativos como o Zoom, cuja popularidade explodiu durante o isolamento social imposto pela pandemia de coronavírus.

Chamada de Messenger Roms, a aplicação poderá ser usada por pessoas que não tenham conta na rede social e deve estar disponível em todos os países nas próximas semanas. Não há data definida

para o lançamento no Brasil.

A companhia, que deve registrar perdas publicitárias com a restrição de investimento em anúncios por diversos setores impactados pela Covid-19, acelerou o trabalho em ferramentas de vídeo com a mudança de hábito da população confinada em casa.

Desde o início da crise de coronavírus, chamadas de vídeo e áudio no WhatsApp e no Messenger mais que dobraram em comparação com a mesma época de 2019 em alguns paí-

ses afetados pela doença.

Segundo o Facebook, cada sala virtual permitirá a presença de até 50 usuários, e a chamada não será encerrada depois de um tempo, como acontece a não pagantes do Zoom. Não será necessário fazer download de nenhum aplicativo para usar o serviço.

O recurso permitirá a criação de salas que podem ser divulgadas no feed, em grupos ou eventos, possibilitando a participação de diferentes contatos da rede.

A companhia também divulgou novas opções de vídeo para jogos, para o Messenger Kids, aplicativo para crianças, e para o Facebook Dating, seu app de namoro.

No pacote de anúncios, entram videochamadas no Instagram Direct (área de mensagens privadas do app de fotos), mudanças no WhatsApp e no Portal, o aparelho físico de vídeo chamada do Facebook, pouco popular no Brasil.

A empresa enfatizou que as configurações de privacidade

serão fáceis de manejar. O organizador de um chat poderá bloquear ou remover pessoas da videochamada.

O Zoom, que bateu 300 milhões de participantes diários em reuniões, precisou fazer adaptações para proteger sua plataforma e diminuir o risco de invasões indesejadas nas reuniões. A empresa foi criticada por desproteger a privacidade dos usuários.

Para o WhatsApp, a empresa diz que disponibilizará a opção de grupos de videocha-

madas com até oito pessoas. Hoje, são permitidas quatro.

O Facebook também trouxe de volta o Live With, recurso de transmissão ao vivo que permite adicionar outro contato para participar. O modelo é semelhante às lives do Instagram, mas no Facebook.

Outra mudança no Instagram é a permissão para assistir a transmissões pelo desktop, para abarcar quem está trabalhando em casa pelos seus computadores pessoais.

Paula Soprana

folhajus★

Notícias, análises e informações jurídicas na palma da sua mão.

A Folha, em parceria com a OAB, lança a Folhajus, uma assinatura que dá acesso a todo o conteúdo do jornal e conta também com uma newsletter exclusiva sobre as tendências e debates do cenário jurídico, além de uma seleção das principais reportagens e colunas da semana. Leia conteúdos especiais com entrevistas, infografias, os novos rumos da tecnologia e o futuro da carreira, e se programe com as agendas e calendários de concursos. Tudo isso para ler no seu computador, tablet ou celular.

Apenas
R\$ **1,90**
(no primeiro mês)

+
5x de
R\$ **9,90**
(depois R\$ 29,90/mês)

Inscritos na
OAB têm
**6 meses
grátis**

Oferta válida para novos assinantes, uma vez por CPE. Após período promocional, R\$ 29,90/mês.



Assine em
assinefolha.com.br/folhajus



mercado

Mercado vê risco para Guedes com saída de Moro, e dólar supera R\$ 5,70

Com ação do BC, moeda ameniza alta e fecha a R\$ 5,66; Bolsa chega a cair 9,6% no pior momento

Isabela Bolzani e Júlia Moura

SÃO PAULO A queda do agora ex-ministro da Justiça Sérgio Moro faz o mercado financeiro traçar, nesta sexta-feira (24), cenários de total instabilidade política e econômica. O contexto é agravado pela crise econômica causada pela pandemia do novo coronavírus. Analistas e economistas apontam desde o risco de que Paulo Guedes será o próximo a cair até chances de que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), decida abrir um processo de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro (sem partido). O retrato dessa incerteza é a alta do dólar, que chegou a ser cotado a R\$ 5,745, após o pronunciamento de Moro sobre sua demissão. A Bolsa brasileira teve forte queda e chegou a flertar com um novo circuito breaker — mecanismo de proteção a investidores acionado quando o Ibovespa cai mais de 10%.

O dólar encerrou o dia em alta de 2,5%, a R\$ 5,6610. Na semana, a moeda americana acumulou valorização de 8%. O real teve a maior desvalorização semanal desde 2008, segundo a CMA e a Vitreo. No ano, a alta é de 4%. Dentre todas as moedas do mundo, o real é a que mais perde valor em 2020.

O dólar desacelerou alta com intervenções do Banco Central. Foram vendidos US\$ 3,175 bilhões das reservas, US\$ 2,175 bilhões em quatro leilões à vista e US\$ 1 bilhão em duas operações extraordinárias de swap cambial.

O Ibovespa, que chegou a cair 9,6% depois da fala de Moro, reduziu suas perdas ao longo da tarde e terminou a sessão com queda de 5,45%, a 73.330 pontos.

“O cenário é nebuloso, é complicado. Acho que a tendência é que isso se escale, é difícil encontrar alguma maneira de Bolsonaro reverter esse quadro. Ele está sem apoio tanto político quanto popular, e temos alguns pontos-chave que é como vai ser a reação de Maia, que pode abrir um pedido de impeachment e isso pode acelerar”, afirma Luís Sales, analista da Guide.

A gente pode ter uma abertura de investigações com relação ao Bolsonaro”, disse ele, em referência a afirmações feitas por Moro em entrevista em que anunciou sua demissão.

O ex-juiz da Lava Jato afirmou que Bolsonaro pretende fazer uso político da Polícia Federal e queria acesso di-

reto ao chefe do órgão.

A troca de Maurício Valeixo no comando da PF foi o estopim para queda de Moro, que afirmou ainda que o presidente estava incomodado com investigações do STF (Supremo Tribunal Federal).

“É um cenário já de crise. Em razão da pandemia, [Bolsonaro] já vinha perdendo bastante apoio popular e também credibilidade mesmo no âmbito político”, acrescentou Sales.

“É uma crise que pode ser uma crise de saúde que se caminha para uma crise política e econômica por perda de credibilidade também.”

Para os economistas Tony Volpon e Fabio Ramos, do banco suíço UBS, o impeachment é improvável no momento.

“É possível que a demissão e as acusações de Moro aumentem os pedidos de processo de impeachment contra o presidente Bolsonaro, mas, para isso acontecer, em nossa opinião, terá que haver um forte apoio popular; e a oposição a Bolsonaro, principalmente da esquerda política, sempre criticou Moro, que investigou muitos membros do Partido dos Trabalhadores quando era juiz da Lava Jato”, dizem em relatório.

Além disso, eles apontam que Maia não deve abrir um processo de impeachment enquanto o país sofre os impactos econômicos e de saúde da pandemia de Covid-19, “a menos que haja prova concreta interferência política nas investigações judiciais em andamento”, dizem.

Cassiano Leme, presidente da Constância Investimentos, afirmou que a queda da Bolsa reflete não apenas a saída de Moro mas os riscos que as afirmações feitas trazem ao país.

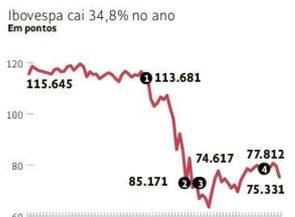
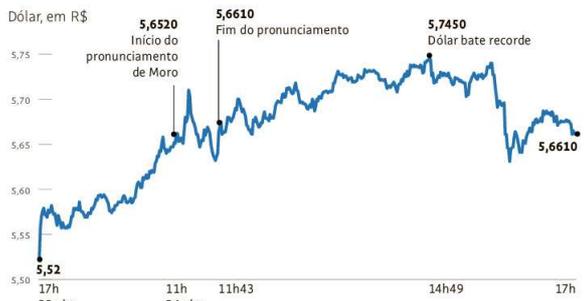
“O que faz preço na Bolsa não é propriamente o combate à corrupção [associado a Moro], mas talvez em um sentido de mais longo prazo da instabilidade geral do país”, afirmou Leme.

Ele pontuou que será difícil prever o próximo movimento do governo.

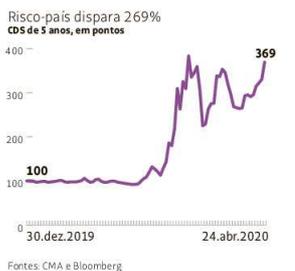
Consenso entre analistas é que a permanência de Guedes, o fiador econômico de Bolsonaro desde a campanha eleitoral, está sob questionamento. “Poderá haver outra instabilidade nos outros ministros, importantes para a própria caminhada econômica”, disse Leme.

“O desafio do presidente de rearticular e criar uma nova base política se renova. É algo que vem desde a saída [do presidente] do PSL, Justiça e Economia eram os baluartes do governo. Essa saída levanta

Bolsa amplia perdas e dólar acelera alta após pronunciamento de Moro



- 1 Primeiro caso de coronavírus é confirmado no Brasil
- 2 OMS declara pandemia do coronavírus
- 3 Brasil tem primeira morte pelo coronavírus
- 4 Mandetta sai do Ministério da Saúde



As dez maiores altas semanais do dólar durante o Plano Real

Data	Dólar, em R\$	Valorização semanal, em %
11.jan.1999	1,54	27,05
18.jan.1999	1,80	17
23.set.2002	3,88	13,95
6.out.2008	2,31	13,1
29.set.2008	2,05	10,53
20.abr.2020	5,66	8
1º.set.2008	2,50	7,8
16.set.2002	3,41	7,75
31.ago.2015	3,86	7,58
7.nov.2016	3,44	7,36

Fontes: CMA e Bloomberg

rumores sobre a saída de Guedes, e isso é muito negativo”, afirma Ilan Arbetman, analista da corretora Ativa.

Para ele o discurso do presidente ao fim do dia foi inconclusivo e “ineficaz no sentido de mitigar o atual nível de volatilidade do mercado brasileiro”.

A leitura de André Perfeito, economista-chefe da Necton, é que a queda de Moro dificulta a aproximação de Bolsonaro com o centrão. Nas últimas semanas, o presidente vinha articulando uma coalizão para tentar isolar Maia.

Isso colocaria sob risco a agenda econômica, ainda mais em um cenário já complicado pelos efeitos econômicos causados pela pandemia do novo coronavírus.

“Guedes não está disposto a fazer isso porque ele é um cara coerente. O problema é que o que o presidente vai exigir dele é muito mais do que talvez ele esteja disposto porque ele acredita que existem questões fiscais de longo prazo que ele precisa controlar”.

“As pressões políticas que culminaram [na demissão de] Valeixo e Moro são as mesmas que vão para cima do ministro Paulo Guedes”.

Sales, da Guide, tem avaliação semelhante. “Fica também a dúvida com relação a Guedes, porque a principal causa dele são as reformas. Não temos nenhum tipo de ambiente para isso, e o que sobra são estímulos fiscais, que são contra a política e a visão do ministro e também contribuíram para uma deterioração das contas públicas.”

Para George Wachsmann, sócio da Vitreo, a saída de Moro coloca em xeque a tese do mercado de que o “presidente poderia ter defeitos, mas tinha uma equipe técnica”, algo que teria se sustentado na troca dos ministros da Saúde, com Nelson Teich, visto como técnico, no lugar de Luiz Henrique Mandetta, tido pelo mercado como mais político.

“A saída de Moro é muito ruim e piora o cenário para segunda parte do governo Bolsonaro. É quase como a gota d’água para o mercado colocar na sua frente o agravamento político no Brasil”, diz Wachsmann, que também vê risco de Guedes sair do governo.

“O presidente não dá poderes aos ministros, e há um medo do mercado de que o mesmo aconteça com Guedes. É um risco real, mas apostamos na resiliência do ministro. Se pessoas tivessem certeza de que a saída do Moro fosse isolada, talvez a reação do mercado seria diferente. Moro, com Guedes, fazia parte do tripé de sustentação do governo. Se uma perna cai, as outras ficam bambas.”

Segundo Sales, a tensão política deve trazer mais insegurança a curto prazo, situação que continuará a pressionar o dólar para cima e o Ibovespa para baixo na próxima semana.

Leia mais na pág. A17

Empresários minimizam impacto na economia de demissão de ex-juiz

Bruna Narcizo

SÃO PAULO Empresários dizem acreditar que a economia não será afetada pelo pedido de demissão do ex-juiz Sérgio Moro do Ministério da Justiça.

“Pode afetar no curtíssimo prazo com relação ao risco-país e por um ruído no mercado, que já está histórico. Mas a médio e longo prazo o que é mais importante é o capital político que [o presidente Jair] Bolsonaro está construindo”, diz o empresário Flávio Rocha, da Riachuelo.

O presidente da Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), Synésio Batista, também não acredita que a saída de Moro terá impacto na economia.

“Economicamente não vai ter efeito. O país está parado

em razão do coronavírus. Não há o que fazer”, disse ele.

A opinião do presidente da Abrinq encontra eco em outras associações industriais. Um dos presidentes ouvidos pela reportagem, que pediu anonimato, disse que o longo prazo da cadeia industrial não se afeta com a queda da Bolsa e a alta do dólar. Segundo ele, a economia industrial não é de especulação.

A dissociação econômica, no entanto, não é unanimidade. O presidente da Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico), José Ricardo Roriz Coelho, reclamou da falta de foco do governo.

“Ele desviou a atenção para onde tem um problema que não existe, que é a área da Justiça e da segurança pública. O foco deveria ser combater a

pandemia com o menor risco econômico possível.”

Para Roriz, as ações do presidente com seus ministros são inadequadas.

“Os dois grandes esteios do governo Bolsonaro no início foram Paulo Guedes (Economia) e Moro. Depois da pandemia, surgiu o [ex-ministro da Saúde Henrique] Mandetta. E, justamente com os três ministros que têm a maior popularidade porque estavam fazendo bom trabalho, o presidente faz esse tipo de ação inadequada e fora de hora”, afirmou Roriz.

Rocha, da Riachuelo, também lamentou a saída do ex-juiz. O ministro Moro era um ícone de uma faceta importante do projeto Bolsonaro do combate à corrupção. Ele fez uma faxina ética nas estatais

e no governo. Isso é um fato.”

Segundo ele, a etapa seguinte será protagonizada pelo ministro da Economia.

“O desgosto do Guedes é com essa coisa de Plano Marshall”, diz ele em referência ao plano de retomada da economia chamado de Pró-Brasil.

O plano foi apresentado na quarta-feira (22) pelo ministro da Casa Civil, o general Walter Braga Netto, e é sustentado na reativação de obras públicas com recursos do Tesouro, como forma de evitar uma escalada do desemprego.

Inspirado no “Plano Marshall”, em referência ao programa dos EUA de recuperação de países aliados após da Segunda Guerra Mundial, o plano deve durar dez anos. “Estava sendo entendido como reestatização, o que desa-

“ [A saída de Moro] pode afetar no curtíssimo prazo com relação ao risco-país e por um ruído no mercado, que já está histórico. Mas a médio e longo prazo o que é mais importante é o capital político que [o presidente Jair] Bolsonaro está construindo”

Flávio Rocha, da Riachuelo

grada a Guedes. Mas não vai ser isso. Braga Netto já deixou muito claro que não é a volta do protagonismo do estado”, afirmou Rocha.

Batista, da Abrinq, também não vê Guedes ameaçado. “Não teve ataque ao ministro Paulo Guedes. Não acho que tenha ficado magoado. É só um planejamento. E é um plano como militar pensa. E o plano não é ruim para o Brasil!”

Um industrial, no entanto, disse que é brincaadeira apresentar um plano de retomada sem alinhar com a equidade da Economia. Outro presidente de associação disse que o plano foi um factóide para tirar o holofote da coletiva da Saúde. Leia mais sobre a reação de empresários na coluna Painel S.A., na pág. A16

Chamado de desleal, Marinho tenta minar a agenda liberal de Guedes

Ministro se indigna com ex-secretário por dizer a colegas de Esplanada que era 'hora da ganstança'

Julio Wiziack, Fábio Pupo e Thiago Resende

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) partiu para o ataque contra Rogério Marinho, ex-secretário especial de Previdência e Trabalho e ministro do Desenvolvimento Regional. Eles eram aliados.

Contrariando como o que chama de deslealdade, Guedes alertou Jair Bolsonaro e o ministro Braga Netto (Casa Civil) para o fato de que o Pró-Brasil não sairá do papel. O plano não avança pelo menos da forma como foi apresentado.

O ministro da Economia se indignou com as articulações de Marinho. Com a crise do coronavírus, o ex-parceiro de Ministério da Economia, responsável por coordenar a reforma da Previdência, passou a procurar colegas de Esplanada, especialmente militares. Nas conversas, Marinho dizia que "era hora da ganstança".

Essa estratégia seria uma forma de estimular a economia em meio à crise do coronavírus. Guedes então se viu entu duplamente traído.

Primeiramente, porque, até horas antes do anúncio do plano de retomada, não havia sido consultado.

A gota d'água, no entanto, foi a proposta de Marinho. O ministro do Desenvolvimento Regional prevê 21 mil empreendimentos, um custo total de R\$ 185 bilhões até 2024.

Desse total, são R\$ 157 bilhões em novas obras. A ideia seria complementar o Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Regional em R\$ 33 bilhões — dos quais R\$ 7 bilhões a mais neste ano.

Para Guedes, a manobra seria uma tentativa de Marinho de se cacifar ao lado de Bolsonaro e militares. Estariam no horizonte, na visão dele, vos mais altos, como até tomar sua cadeira.

À Folha Marinho negou estar distante de Guedes.

"Só se ele estiver de mim. Eu não", afirmou. Ele reconheceu, porém, possíveis desacordos. "Se existirem divergências, elas são de visões de Estado, ou algo parecido. Nada pessoal", disse.

A irritação de Guedes com Marinho ocorreu porque, conhecedor da situação orçamentária e fiscal por tocar a reforma da Previdência, ele não poderia ter apresentado um plano bilionário com dinheiro novo. Mesmo assim, o chefe da Economia se mostrou aberto ao debate sobre o Pró-Brasil — que, até agora, não apresentou prioridades, cronograma efetivo e obras a serem executadas.

O programa, no entanto, para Guedes, é um novo "PAC da Dilma" — referência ao Programa de Aceleração do Cres-

cimento capitaneado pela então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em conversas com Bolsonaro e Braga Netto ocorridas na quinta-feira (23), Guedes obteve sinalização de que o Pró-Brasil será submetido ao crivo do Ministério da Economia.

Guedes até concorda com que obras públicas sejam aceleradas. Mas ele não aceita uma conta que, de partida, prevê mais R\$ 215 bilhões no Orçamento no momento em que as despesas bateram em 96% do planejado.

Para o ministro da Economia, isso levará o país à insolvência no pós-crise, o que inviabilizaria a retomada.

Nas análises preliminares da equipe econômica, sem a confirmação do plano de obras e sem a demissão de Sergio Moro (Justiça e Segurança Pública), a curva futura de juros estava em 2,5%, ante uma taxa básica (a Selic) de 3,75% ao ano.

Moro se tornou ex-ministro e provocou uma crise política que afetou o mercado. Caso o Pró-Brasil seja viabilizado como está, o Copom (Comitê de Política Monetária) será obrigado a elevar os juros.

Para Guedes, o custo de capital no país ficará muito maior. Isso frearia qualquer tentativa de atrair capital estrangeiro para o programa de concessões ou investimentos diretos.

Técnicos do governo já ressaltam a mudança na direção do ministério de Marinho, com abandono de uma pauta liberal. O titular, contudo, chegou lá com apoio de Guedes, um liberal convicto.

Inicialmente, os dois estavam alinhados. Discutiram até a reformulação do Minha Casa Minha Vida.

A ideia era criar um programa habitacional com baixo custo para os cofres públicos por meio da regularização de bairros carentes. As famílias ganhariam a escritura e registro de suas propriedades.

Como documento de posse, os beneficiários do programa poderiam também ter acesso a recursos do governo para fazer melhorias nas casas.

Mesmo agora, com o viés de expansão das despesas públicas, Marinho mantém a proposta. No entanto, ele passou a defender obras de mobilidade, saneamento (mercado que Guedes defende abertamente) e gestão de recursos hídricos, como barragens e adutoras no Nordeste, região onde o governo tem pouco apoio político.

Esse tipo de ação é comumente usado em negociações com o Congresso por meio de liberação de emendas parlamentares. Nesses casos, deputados e senadores se tornam

padrinhos das obras.

Nesta sexta-feira (24), o Palácio do Planalto amenizou o conflito com a Economia. Braga Netto, a quem Bolsonaro delegou o Pró-Brasil, reafirmou o compromisso do país com o teto de gastos.

A regra, definida em lei, estabelece critérios para o crescimento das despesas. Elas só podem ser corrigidas pela inflação do ano anterior.

No contexto da pandemia, Guedes entende que parte da agenda liberal teve de ser suspensa para que seja resolvido o problema emergencial do novo coronavírus.

Para isso, ele aceita, por exemplo, os argumentos apresentados pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, que pretende aumentar os gastos com obras, mas dentro do teto estabelecido.

Quem acompanhou as conversas afirma que a ideia de Tarcísio é remanejar recursos da Infraestrutura. Ele espera ainda uma complementação de R\$ 10 bilhões por ano ao longo de três anos.

Com algum esforço, esse plano poderia ser avaliado, dentro dos limites estabelecidos pela regra do teto — que autoriza o aumento de despesas só para investimentos.

Marinho foi além, contudo, ao propor o aumento de gastos, na visão do time de Guedes.

Aliados do ministro temem pressão por sua saída

BRASÍLIA A saída de Sergio Moro (Justiça) do governo gerou preocupação entre aliados de Paulo Guedes. O temor é que o ministro da Economia possa passar pelo mesmo calvário do antigo colega.

Há apreensão em uma possível persistência de Bolsonaro na estratégia de aproximação de partidos do centrão. Seria uma forma de evitar um processo de impeachment.

A avaliação neste momento é que, no limite, Guedes poderá ser obrigado a abandonar a agenda austera. No cenário mais pessimista, teria de deixar o governo para que fatia expressiva do Congresso seja agraciada com recursos públicos.

No entorno de Bolsonaro, há demandas para destravar o uso de dinheiro do Tesouro enquanto o governo busca apoio no Legislativo.

Nesta semana, o governo anunciou um plano de retomada, o Pró-Brasil. O programa prevê o uso de recursos públicos para obras de infraestrutura.

Na visão de aliados de Guedes, trata-se de uma oportunidade do mundo político de usar a crise do coronavírus para

destravar o gasto público. Essa estratégia pode fidelizar sobretudo o apoio do centrão. O movimento por mais recursos já estava em curso antes da saída de Moro e agora poder ser acelerado.

Caso o plano vá adiante, a avaliação desses aliados é que a agenda de Guedes poderia ser atacada a ponto de inviabilizar sua permanência no governo.

Apesar de no discurso o governo defender a importância de regras fiscais como o teto de gastos (que impede o crescimento dos gastos acima da inflação do ano anterior), a avaliação é que, na prática, o Planalto pode abrir os cofres para assegurar 171 votos via centrão para evitar um processo de impeachment.

Ao lançar um plano de obras públicas, o ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) estaria acenando com obras para a base eleitoral de partidos do centrão. Bolsonaro poderia cobrar essa fatura com apoio político no Congresso.

O problema, ainda segundo assessores do governo, é que, nessa disputa, o governo terá de medir forças com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Com as obras, Bolsonaro tentaria provocar um racha no centrão para não só conter um impeachment mas também para conseguir eleger o próximo presidente da Casa.

Bolsonaro já foi do PP, partido investigado pela Lava-Jato e um dos principais representantes do centrão. Dessa sigla, o presidente pediu desfiliação em 2015 em busca de uma sigla que sustentaria a candidatura dele à Presidência da República.

Grupo de partidos independentes ao governo e que, juntos, reúnem a maioria do Congresso, o centrão é a ala política a ser conquistada para a aprovação dos principais projetos no Legislativo.

Foi também o grupo responsável por garantir o impeachment de Dilma Rousseff (PT). O Planalto retomou o contato com esses congressistas neste mês. Bolsonaro até se reuniu e tirou fotos com o líder do PP, Arthur Lira (AL), um dos principais líderes do centrão.

O partido, que critica a Lava-Jato, não se posicionou sobre a demissão de Moro. Esse foi o mesmo comportamento do PL, Republicanos e Solidariedade, que passaram a defender a estabilidade nesse momento de crise no governo.

Apesar das incertezas sobre os próximos passos do governo, interlocutores de Guedes dizem que a saída de Moro não causa um impacto direto no titular da área econômica neste momento e não faz o chefe da equipe econômica pensar em desistir do cargo. Guedes não se demite, dizem eles.

O ministro vê sua função no governo como uma missão para transformar o Estado por meio de uma visão liberal, e não como uma oportunidade de para ganhar dinheiro, dizem interlocutores.

Se depender de Guedes, afirmam, ele continua no cargo na defesa de sua agenda, sobretudo a da austeridade fiscal.



Guedes com o então secretário de Previdência, Rogério Marinho, hoje no Desenvolvimento Regional. Pedro Ladeira - 30.jul.19/Folhapress

Ala do DEM defende que ministra da Agricultura deixe o cargo

Julia Chaib e Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Depois da demissão de Sergio Moro (Justiça) nesta sexta (24), cresceu dentro do DEM uma ala que defende a saída da ministra Tereza Cristina (Agricultura) do governo.

A avaliação de integrantes da cúpula do partido é que a ministra é uma das estrelas do governo e deve deixar a Esplanada antes para que não seja atrelada a notícias negativas em torno de Jair Bolsonaro, como as acusações que Moro fez nesta sexta de que o presidente teria a intenção de interferir no trabalho da Polícia Federal.

Tereza Cristina também tem sido alvo de ataques por parte de bolsonaristas por ser do partido de Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, a quem Bolsonaro definiu como adversário.

Ela própria já disse a seus correligionários estar incomodada com a ofensiva virtual de apoiadores de Bolsonaro.

A ministra também tem atuado para manter pontes com a China, principal consumidora do agronegócio brasileiro, após seguidas críticas do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) ao país.

Diante dos ataques e da escalada na crise do governo

com sucessivas demissões, integrantes do DEM têm a avaliação de que não são pequenas as chances de ela pedir para deixar o ministério.

Dirigentes do DEM repitam que Tereza assumiu a pasta da Agricultura sem ser uma indicação do partido e que por isso a sigla não deverá condicionar a sua permanência na legenda à saída do ministério.

Mas consideraram que o ideal para preservar a sua imagem e também para afastar a figura do DEM do governo seria que ela pedisse demissão. Essa posição é defendida principalmente por aliados de Maia.

A avaliação de que talvez um desembarque esteja próximo não é exclusividade do partido e foi feita pela própria ministras a aliados.

Ela considera que, nas últimas semanas, teve seus esforços para impulsionar as exportações do Brasil sabotados pela ala ideológica do governo, que desencadeou uma série de ataques contra a China. O momento mais crítico desse desgaste ocorreu quando Eduardo Bolsonaro responsabilizou o país asiático pela Covid-19, causando uma crise diplomática com a embaixada da China no Brasil.

Depois do episódio, Tereza se queixou diretamente a

Bolsonaro sobre os disparos dos olavistas contra a China e disse que eles estavam prejudicando sua atuação.

Os aliados da ministra argumentam ainda que ela tem mandado na Câmara, é uma liderança reconhecida no setor e que, portanto, não deve atuar por muito tempo um processo de frittura nos moldes do que ocorreu com o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta.

Na quinta (23), o presidente do DEM, ACM Neto, esteve reunido com Bolsonaro. Segundo relatos, o dirigente do partido considerou que a conversa foi "mais do mesmo", com gestos do presidente de que

quer manter um bom diálogo com a sigla.

Na ocasião, porém, Bolsonaro voltou a criticar Maia. O presidente da Câmara mandou sinais de que quer ter diálogo institucional com o Planalto e que não tem a intenção de ficar "batendo boca".

Por ora, segundo dirigentes do DEM, o partido não partirá para o confronto com Bolsonaro, mas também não deverá integrar a base dele, como outras siglas do chamado centrão, como PP, PL, Republicanos e PSD deverão fazer.

Em troca, indicados dessas siglas serão acomodados em órgão do governo.

mercado coronavírus



Embraer E-190 em exposição em feira em Singapura; acordo transfere linha comercial para a Boeing

Impasse entre Embraer e Boeing pode travar acordo

Empresas tinham pendências até esta sexta, prazo final para negociações

PARIS | REUTERS O acordo de US\$ 4,2 bilhões para a Boeing comprar o controle da divisão de aviação comercial da Embraer atingiu um obstáculo para implementação, criando incertezas sobre o negócio a menos que um avanço seja obtido rapidamente, disseram fontes à

agência Reuters. As companhias mantêm conversas para determinar se várias condições contratuais foram cumpridas para

a implementação da venda, incluindo a forma pela qual a joint venture 80% controlada pela Boeing vai ser criada e financiada. As partes

tinha até o fim desta sexta-feira (25) para resolver a questão.

O acordo também depende de aprovação da União Europeia, que afirmou anteriormente que precisa aguardar até agosto para completar uma análise sobre a transação. Mas a aprovação das autoridades europeias não é considerada o principal obstáculo para a conclusão do negócio.

Representantes das duas empresas não comentaram o assunto.

Sob um acordo preliminar assinado no início do ano passado, Boeing e Embraer tinham até esta sexta-feira 15 meses após a assinatura inicial — para concluir o acordo e implementar uma série de termos e condições de ambos os lados.

Pessoas familiarizadas com o assunto enfatizaram que o prazo terminaria à meia-noite de São Paulo e que ainda poderia ser alcançado um acordo para resolver diferenças pendentes, embora duas fontes tenham dito que as negociações não estavam avançando rápido. A Embraer disse nesta semana que negociava com a Boeing para estender o prazo de 24 de abril para fechar o acordo e que não havia garantias sobre se ou quando poderia ser concluído.

No mês passado, a Folha publicou que mercados fracos levantaram questões urgentes sobre o rumo do acordo da Boeing com a Embraer. A queda nas ações da brasileira e as preocupações com o caixa da americana, na esteira do impacto da epidemia de coronavírus nas viagens aéreas, minaram os fundamentos econômicos da transação.

Uma fonte familiarizada com as negociações disse à Reuters que a Boeing segue comprometida com o negócio e que seria complexo reverter a divisão do braço comercial da Embraer, cujos jatos regionais E2 competem com o Airbus A220.

Analistas não descartam uma segunda tentativa de concluir o acordo estratégico se o negócio fracassar. O contrato tem uma multa de rescisão de US\$ 75 milhões, subindo para US\$ 100 milhões se for por motivos antitruste, de acordo com uma cópia do acordo enviado às autoridades dos Estados Unidos.

O acordo Boeing-Embraer é um acordo que se desenrola desde o fim de 2017. No começo de 2019, o modelo que agradou a todos foi acertado: a área comercial brasileira terá 80% de controle americano (os US\$ 4,2 bilhões), enquanto a divisão de defesa e jatos comerciais seguirá com Embraer nacional.

Os acionistas da Embraer ganhariam com o negócio US\$ 1,6 bilhão em dividendos.

A nova fabricante passou a ser chamada de Boeing Brasil - Commercial, e durante todo o ano passado foi feito um intrincado trabalho para separar as empresas.

Além do foco na linha hoje chamada de E2, que ainda deve ser renomeada se o negócio sair, já há planos para o desenvolvimento de um novo modelo turboélice para rotas curtas.

Também foi criada uma joint venture para explorar a venda do cargueiro C-390 Millennium, que busca avançar no mercado hoje dominado pelo antigo C-130 Hercules.

Senado aprova crédito de R\$ 15,9 bi para micro e pequenas empresas

BRASÍLIA O Senado aprovou nesta sexta (24) o projeto que cria linha de crédito de R\$ 15,9 bilhões destinada a micro e pequenas empresas durante o período da pandemia do coronavírus. O recurso será concedido por bancos, cooperativas e fintechs. O projeto pretende estimular a concessão de créditos ao setor durante a crise. A proposta será agora encaminhada para sanção da Presidência. O texto estabelece o Pro-

nome (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte). A ideia é que o programa de apoio a essas empresas seja permanente, não apenas no período de pandemia. Os valores destinados serão definidos a cada ano, no mesmo modelo do que ocorre com o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Na votação, os senadores acataram as mudanças aprovadas pela Câmara. Uma delas prevê que o Fundo Garantidor, que é operado pelo Banco do Brasil, passe a atuar como operador do programa.

Dessa forma, a expectativa é que o governo consiga injetar cerca de R\$ 15,9 bilhões nas operações, recurso que estará disponibilizado por meio do FGO (Fundo Garantidor).

Bancos públicos e privados, além de bancos estaduais, cooperativas de crédito, fintechs e demais instituições autorizadas pelo BC e que façam parte do Sistema de Pagamentos Brasileiro poderão aderir ao Pronampe. Iara Lemos

STF suspende repasse de dados de teles ao IBGE

SÃO PAULO A ministra do STF Rosa Weber suspendeu na noite desta sexta (24) os efeitos da medida provisória 954, que determinava que operadoras de telecomunicações repassassem dados de clientes da telefonia fixa e móvel ao IBGE.

O instituto realizaria a Pnad Contínua, que mede o nível de desocupação no país, por telefone, diante do contexto do coronavírus.

Os dados pessoais — nome, endereço e telefone — também seriam usados para a realização da Pnad-Covid, que irá investigar casos da doença no país.

A liminar de Weber é baseada na defesa da prevenção de "danos irreparáveis à intimidade e ao sigilo da vida privada de mais de uma centena de milhão de usuários dos serviços de telefonia".

Dessa forma, as operadoras não estão obrigadas a compartilhar informações até que seja julgado o mérito de ação direta de inconstitucionalidade. PS

Advertisement for Top FM 104.1, featuring the text 'A MAIOR RÁDIO SERTANEJA DO BRASIL!' and 'TOP FM, VOCÊ EM PRIMEIRO LUGAR!' along with social media icons and the website TOPFMSP.COM.BR.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2020. Tjpa Menor Preço. O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Central de Compras da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, realizará a licitação para aquisição centralizada de serviços de reserva, emissão, remarcação ou alteração e entrega de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais e rodoviárias nacionais em atendimento à demanda de diversos órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais.

IMPERDÍVEL LEILÃO DE IMÓVEIS E VEÍCULOS EXTRAJUDICIAL ONLINE. 28 e 29 DE ABRIL DE 2020 A PARTIR DAS 13H E 13:30. Informações: (11) 2366-9273. EDITAL LEILÃO DE IMÓVEL - 28 de Abril às 13h. Apartamento nº54, localizado no 5º andar do Edifício Bloco B-5, situado à Rua Tiradentes nº 110, Diadema, com 2 dormitórios, sala, cozinha, banheiro, com área útil de 60,40m², com uma vaga de garagem, área total de 70,75m².

Cidades paulistas recorrem a STF e estudos para deixar quarentena

Em diferentes fases da pandemia, municípios sofrem pressão de comerciantes locais

Thiago Amâncio

SÃO PAULO Em momentos diferentes da pandemia do novo coronavírus, municípios do interior de São Paulo avaliam a possibilidade de reabrir comércio e tentar voltar à normalidade, traçando diferentes estratégias para isso.

Prefeituras do mais populoso estado do país, onde vivem quase 45 milhões de pessoas, se dividem entre a pressão de comerciantes para retomar a atividade econômica e a preparação do setor da saúde para atender aos contaminados pelo novo coronavírus.

O governador João Doria (PSDB) avalia a reabertura gradual a partir de 11 de maio, com diferentes critérios de acordo com o quadro de cada região ou município. Por enquanto, a determinação estadual é de proibição do atendimento presencial nos comércios e restaurantes, além de escolas fechadas.

Manter as pessoas distantes umas das outras é tido como a medida mais eficaz para evitar a disseminação sem controle do novo vírus, que, até esta sexta (24), já havia matado 1,512 pessoas no estado.

Algumas cidades pressionam para adiantar esse momento, como São José dos Campos, no Vale do Paraíba, que pretende ir ao Supremo

Tribunal Federal para poder retomar suas atividades. Outras, como Santos, esperam o resultado de estudos científicos para decidir o que fazer.

Em Ribeirão Preto, a 313 km ao norte da capital, o prefeito Duarte Nogueira (PSDB) anunciará nesta segunda-feira (27) se pretende reabrir ou não o comércio da cidade.

Embora diga que a decisão será tomada de acordo com critérios técnicos e científicos, a tendência é de reabertura, e diretrizes para isso já estão sendo preparadas, como obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção e luvas, número máximo de pessoas por metro quadrado e disponibilidade de sabão e álcool em gel em comércios.

O governo estadual, seguindo a Organização Mundial da Saúde, afirma prever a testagem da população, para acompanhamento da evolução da pandemia, o monitoramento contínuo da capacidade hospitalar e o planejamento para que a abertura seja gradual e controlada.

Figura importante no tucanato paulista, a decisão do prefeito de Ribeirão Preto pode criar conflito com o governador correligionário, que ainda defende o isolamento.

Até esta sexta-feira, a cidade somava 241 infecções confirmadas, com seis mortes, se-

gundo números da prefeitura.

A letalidade da doença, em 2,4%, equivale a um terço da registrada pelo estado, algo que o prefeito usa como argumento para uma possível abertura. Além disso, a taxa de ocupação de leitos tem se mantido em torno dos 20%.

“Não faz muito sentido você estabelecer um permanente altar de sacrifício para as pessoas, se você tiver condições seguras e com respaldo da ciência para fazer adequações. Aí é um contrassenso não fazê-las. A decisão do norte da Itália são diferentes do sul da Itália”, disse ele à Folha.

Nogueira pretende manter escolas fechadas e impedir cultos e assembleias em igrejas e templos — que estão funcionando para atendimento individual.

Segundo o monitoramento estadual, a taxa de isolamento em Ribeirão tem caído, e ficou em 41% na última quinta (23). É muito abaixo do cenário considerado perfeito pelo estado, de 70%, ou mesmo do razoável, entre 50% e 60%.

No Vale do Paraíba, São José dos Campos tentou garantir a reabertura comercial por decreto, que valeria a partir da próxima segunda, a despeito da determinação estadual. A cidade tem 174 infecções confirmadas, com seis mortes, e,

segundo boletim epidemiológico, somente 1% dos leitos de UTI estão ocupados nesta sexta. O isolamento na cidade ficou em 48%, média do estado.

Além da disponibilidade alta de leitos, o prefeito Felício Ramuth (PSDB) usa como argumentos a baixa densidade populacional, a distribuição etária mais jovem e a rotina de higiene da população.

A decisão desagradou o governo paulista e depois foi barrada pela Justiça. A prefeitura diz que vai ajuizar medida no Supremo Tribunal Federal.

Já Santos é uma das cidades mais afetadas pelo novo vírus, com 433 casos confirmados, 31 mortes, e cerca de 40% dos leitos hospitalares ocupados.

Na avaliação do prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), o alto número se deve à grande quantidade de testes que o município fez. “Contratamos 20 mil exames particulares, nossa capacidade de testagem é ampla. Mostramos um número de mortes real, o que, por suas limitações, o Brasil não faz”, afirma.

Ali o isolamento na quinta (23) também foi de 48%. Para elaborar as diretrizes de reabertura, a prefeitura vai participar de um estudo em que testará o mil pessoas, definidas por amostragem.

A pesquisa será feita em quatro etapas: a cada 15 dias,

vai testar 2.500 pessoas dos municípios da Baixada Santista, proporcionalmente ao número de habitantes de cada cidade. Além de testes com amostras de sangue, vão avaliar o comportamento e o isolamento dos participantes.

A ideia é medir o percentual de infectados, saber a proporção de assintomáticos, a letalidade e a velocidade de expansão do coronavírus. “Isso nos dá um quadro real da situação”, disse Barbosa à Folha. “A região da Baixada está três semanas atrasada em relação à capital. Portanto devemos estar preparados [para quando a situação piorar].”

“O objetivo é rastrear o vírus na Baixada para identificar

“

Não faz sentido você estabelecer um permanente altar de sacrifício para as pessoas, se você tiver condições seguras e com respaldo da ciência para fazer adequações

Duarte Nogueira (PSDB)
prefeito de Ribeirão Preto

pessoas imunes, que poderiam retomar as suas atividades, com base científica”, afirma. “Óbvio que há uma preocupação com a flexibilização”, afirma ele, que diz que a decisão será tomada em 10 de maio com base no estudo.

Campinas, uma das maiores cidades do país e com uma região metropolitana com mais de 3 milhões de pessoas, soma até a tarde desta sexta 242 casos e 11 mortes por Covid-19, e tem mais da metade dos leitos de UTI ocupados. O isolamento na quinta foi de 46%.

Segundo Andrea Von Zuben, diretora do Departamento de Vigilância em Saúde da prefeitura, a ideia é elaborar um plano de abertura com diretrizes claras sobre o que pode funcionar. Ela diz que a decisão será tomada em consonância com o governo estadual.

“Vamos capacitar os comerciantes, fazer um plano com um certificado para reabrir, com aula virtual e perguntas e respostas, onde o comerciante precisa ser aprovado. Terá que ter uma etiqueta respiratória, pensar em higiene adequada, uso correto de máscara, tamanho máximo de pessoas no comércio. Estamos começando a pensar nisso”, diz.

Pelo tamanho da população da região metropolitana, é preciso que essas medidas sejam tomadas em consonância com os municípios vizinhos.

“Vamos supor que a gente autorize a abertura do comércio. As pessoas que trabalham e frequentam as lojas, muitas vezes, são de outras cidades da região. É uma parte importante dos pacientes internados também não reside em Campinas. A gente quer fazer um plano de ação conjunto”, afirma Von Zuben.



MORRO DO VIDIGAL, NO RIO, PASSA POR DESINFECÇÃO

Trabalhadores aguardam para começar o trabalho de limpeza do morro na zona sul do Rio de Janeiro onde fica uma favela, nesta sexta (24) Carl de Souza/AFIP

SP tem pelo menos 24 municípios que já reabriram comércio

Marcelo Toledo

RIBEIRÃO PRETO O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), ameaçou adotar medidas legais para flexibilizar o funcionamento do comércio em meio à pandemia do novo coronavírus, mas nos últimos dias cresceu o total de cidades que permitem a abertura parcial ou integral de seu comércio.

São ao menos 24 os municípios do interior e do litoral paulista que adotaram medidas de flexibilização, abrindo cultos religiosos, hotéis, salões de beleza, óticas e assistências técnicas, entre outras atividades.

Dessas, 16 permitiram a abertura dos estabelecimentos na quarta-feira (22) e na quinta (23), o que mostra uma

onda crescente de flexibilização no estado, que já teve 1,512 mortes devido à Covid-19.

Entre as cidades estão Sorocaba, São José do Rio Preto, Jaboticabal, Franca, Barretos, Campinas, Ilhabela e Araçatuba. E outras podem entrar na lista, como Ribeirão Preto, que pode flexibilizar o comércio a partir de segunda (27).

Os graus de permissibilidade são variáveis. Há locais, como Campinas, que permitiram só a abertura de óticas e estacionamentos perto de unidades de saúde, enquanto em outros municípios até LAN houses foram abertas, como é o caso de São Vicente.

Franca abriu seu comércio, no sistema delivery ou drive-thru, na quinta-feira, mesma data em que o comércio de Cravinhos e Barretos adotou

medidas liberatórias.

Em Barretos, com 57 casos e 2 mortes por Covid-19, foram liberados cabeleireiros, profissionais liberais, ambulantes, oficinas e clínicas, enquanto em Cravinhos o comércio foi dividido em setores, que abrirão em dias alternados.

Já em Araçatuba, salões de beleza, profissionais liberais, serviços e lojas de departamento que tenham um caixa para recebimento de contas também podem abrir. Donos de academias se reuniram com a prefeitura para pedir a inclusão na flexibilização, mas o governo alegou não ser possível para não descumprir a decisão estadual de quarentena.

Ao justificar a decisão de abrir atividades para comerciantes, profissionais liberais, prestadores de serviço

autônomos, o prefeito de Laranjal Paulista, Alcides de Moura Campos Junior (PTB), afirmou que o município foi pioneiro nas medidas de restrição e que, agora, sairá na frente da solução do “gravíssimo problema econômico ocasionado pelo Covid-19”.

O processo de flexibilização é gradual e seguro, segundo ele afirmou em live. A cidade tem cinco casos confirmados da doença, com duas mortes. “Conseguimos definir o quadro epidemiológico do município, com estudo sério e bastante profundo [...] Todos os nossos leitos hospitalares para receber pacientes com sintomas de infecção estão desocupados”, afirmou o prefeito, que é médico.

Já em Garça, o prefeito João Carlos dos Santos (DEM),

em vídeo, disse que sabe do momento difícil que a economia está enfrentando, razão pela qual decidiu pelo decreto, válido desde quinta.

Estão liberadas na cidade atividades comerciais desde que operem com o mínimo de portas abertas e restaurantes, desde que com delivery ou drive-thru. Academias seguem proibidas.

Outras cidades que definiram medidas de flexibilização são Amparo, Jaguariúna, Boituva, Guaratinguetá, Jales, Araçoiaba da Serra, Jundiá, Brodowski, Guarujá, Sertãozinho, Batatais e Indaiatuba.

Nesta sexta (24), havia 124 cidades em São Paulo com ao menos uma morte provocada pela doença, 10 a mais que na véspera. O estado tem 17.826 casos da Covid-19, em 269 de

seus 645 municípios.

O governo paulista afirmou, sobre o descumprimento de prefeituras pelas medidas definidas pelo estado, que o decreto de Doria é claro ao determinar a suspensão de atendimento presencial em comércios ou serviços não essenciais e que diariamente é recomendada a população que fique em casa e respeite o isolamento social.

“E espera-se o mesmo dos municípios”, diz o estado.

Segundo a gestão Doria, o estado “considera inadmissível e pouco razoável que alguns prefeitos atuem de forma isolada para alterar radicalmente o decreto da quarentena e que, entre os dias 1 e 23 deste mês, o total de mortes pela Covid-19 cresceu 21 vezes no interior, litoral e Grande São Paulo.

Senado aprova ajuda para micro e pequenas empresas

Aporte de R\$ 15,9 bi do Tesouro para Fundo Garantidor de Operações vai bancar parte dos empréstimos em caso de inadimplência

O Globo · 25 abril 2020 · ISABELLA MACEDO email@oglobo.com.br

O Senado aprovou, na manhã de ontem, o projeto que garante aporte de R\$ 15,9 bilhões do Tesouro Nacional para que micro e pequenas empresas façam empréstimos durante a crise do novo coronavírus. O projeto, de iniciativa da própria Casa, foi aprovado na Câmara na quarta-feira, tendo como principal alteração dos deputados o aumento no valor que a União injetará no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para bancar parte dos empréstimos em caso de inadimplência. O projeto agora segue para sanção presidencial. O aumento no aporte do Tesouro foi articulado com o governo, que aceitou a ampliação do valor, inicialmente aprovado pelos senadores em R\$ 10,9 bilhões. O empréstimo às micro e pequenas empresas terá taxa de juros máxima de 1,25% ao ano, acrescida da variação da Selic (taxa básica de juros). As empresas que contratarem o crédito também terão carência de oito meses e prazo de pagamento de até 36 meses.

GARANTIA DE 85%

O Tesouro vai garantir até 85% das operações pelo FGO, maneira encontrada para estimular os bancos a concederem os empréstimos às empresas. Além dos bancos públicos (Caixa Econômica,

Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia), cooperativas de crédito, bancos cooperativos e fintechs também poderão realizar as operações. O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), como foi batizado o projeto, poderá beneficiar mais de três milhões de empresas, que precisam estar enquadradas no Simples e com as contas em dia. Poderão requisitar o crédito microempresas que tenham faturamento bruto anual de até R\$ 360 mil e empresas de pequeno porte com faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano. Os empréstimos terão limite correspondente a até três vezes o faturamento mensal. Para solicitar o crédito, as empresas interessadas terão que se cadastrar no site da Receita Federal. Ao analisar as mudanças propostas pela Câmara, os senadores decidiram manter o controle de jornada para operadores de crédito. Kátia Abreu (PP-TO), relatora da proposta, considerou que os dispositivos que permitiam que esses profissionais não tivessem controle de horas trabalhadas tratavam de legislação trabalhista e não alteravam a política de concessão de crédito.

“Se esse profissional não tem controle de jornada, poderá trabalhar 10, 12, 14 horas por dia, sem horas extras. Consideramos que a supressão dos referidos artigos não altera em absolutamente nada a política para microcrédito”, afirmou Kátia, em seu relatório.

A estabilidade da economia está em jogo na crise do presidente

A depender das concessões de Bolsonaro para sobreviver, o país voltará a viver a história de sempre

O Globo · 26 abril 2020

Soma-se às avarias políticas sofridas pelo presidente Bolsonaro na saída de Sergio Moro do seu ministério os danos que podem ocorrer na economia. Mas se as primeiras recairão apenas sobre o presidente, família e grupo, equívocos cometidos na política econômica, determinados, por exemplo, pela busca de apoio no Congresso por um Bolsonaro enfraquecido, desabarão sobre a população, principalmente a parcela mais pobre, esmagada pela recessão que se inicia em decorrência da crise do coronavírus. Mas ninguém escapa do descontrole econômico.

Em condições normais, o governo estaria preparando um plano pós-Covid-19, de que constaria a retomada de reformas necessárias com a finalidade de dar as condições de se retornar ao final do ano passado, quando alguns indicadores apontavam para a possibilidade de uma tendência de retomada do crescimento ganhar tração. A agenda já existe, mas foi paralisada pela crise do coronavírus: PEC Emergencial, para conter o crescimento de gastos públicos obrigatórios; reforma administrativa, visando a dar eficiência à máquina burocrática; reforma tributária. De fato não havia sentido tocar esta pauta quando se tratava, e ainda se trata, de abrir o Tesouro para que dinheiro público evite uma depressão econômica, uma tragédia social e um grande desastre na saúde. A contabilização dessas despesas extraordinárias no “Orçamento de Guerra” ajudará a gestão da volta à normalidade, por separar as despesas, com obediência ao teto constitucional de gastos, que impede seu crescimento acima da inflação. Criado por proposta de emenda constitucional no governo Temer em 2016, este limite serve de freio à tendência atávica de elevação das despesas públicas.

O Brasil deverá sair da crise do coronavírus com uma dívida pública na faixa dos 90% do PIB, um aumento de cerca de 15 pontos percentuais em relação ao ano passado. Um endividamento muito elevado. Já era o maior no bloco das nações emergentes. Vai ser necessário continuar a conter pressões populistas por mais gastos. Será possível, com os arranjos políticos de Bolsonaro no Congresso para sobreviver? Outra ameaça de idêntica característica—mais despesas—é o “Plano Pró-Brasil”, nascido no grupo degenerais do governo. É o plano desemprego, desenvolvido para retomar ou acelerar o crescimento. No passado, já se chamou UPND (ditadura militar) e PAC (PT/ Lula e Dilma), entre outros nomes. Mas é o mesmo. O Estado banca investimentos executados pela iniciativa privada, vem um ciclo de euforia seguida por inflação, baixos crescimento e recessão. É o que está em jogo na crise política do governo Bolsonaro.

RETOMADA DE PÉ ATRÁS

ALEMÃES VOLTAM ÀS RUAS COM TIMIDEZ E OLHO NA ECONOMIA

O Globo · 26 abril 2020 · BRUNO ABBUD Especial para O GLOBO internacional@oglobo.com.br BERLIM

O shopping Schönhauser Allee Arcaden, no bairro de Prenzlauer Berg, em Berlim, costumava ser bastante movimentado na hora do almoço. Na tarde de segunda-feira, 20, primeiro dia de funcionamento de pois de quase um mês fechado por causa da pandemia do novo coronavírus, estava às moscas. Mesmo com a reabertura gradual do comércio, anunciada pela chanceler Angela Merkel na semana passada, os sinais da retomada da economia e da vida social são tímidos na capital alemã.



Com 151 mil casos de Covid-19, 106 mil recuperados e pouco mais de 5 mil mortos, o país viu a taxa de contágio cair de três para menos de um infectado por transmissor. A diminuição encorajou o governo a autorizar a reabertura gradual do comércio. Com restrições.

Bares, restaurantes, hotéis e cafés continuam fechados, mas lojas de até 800 metros quadrados, escolas, igrejas e creches voltam a funcionar parcialmente. A partir de amanhã, máscaras serão obrigatórias no transporte público. Em alguns estados, a exigência se estenderá a supermercados. Ao anunciar as medidas de relaxamento, Merkel enfatizou a importância de as pessoas se manterem a 1,5 metro de distância umas das outras e de usarem máscaras.

Desde 22 de março, a quarentena paralisou parte do comércio na Alemanha, com exceção de serviços considerados essenciais, como padarias e farmácias. Nesses locais, filas longas e espaçadas, quase sempre formadas por clientes que usam máscara, não raro transbordam para as calçadas. Acena, agora, se repete em outros estabelecimentos.

As pessoas conversam nas ruas em círculos, mas sempre à distância. A praça Alexanderplatz, cartão-postal berlinense, está praticamente deserta. O acesso a shoppings também é controlado. A recomendação do governo é para que o número de clientes seja limitado a uma pessoa por loja. Na manhã de quarta-feira, cerca de 50 pessoas esperavam em média 20 minutos na calçada para entrar em um deles.

— Acho muito cedo para ter todas as lojas abertas. Farmácias e lojas essenciais, tudo bem, mas lojas de roupas? — questiona a estudante Jule Spieckesmann, de 16 anos, que iria a uma farmácia. — Temos tudo sob controle agora, mas a pandemia pode voltar com mais força.

Ela também critica a reabertura das escolas para casos especiais, como o de alunos em fase de conclusão do Ensino Médio. Seus amigos, que em circunstâncias normais fariam uma prova por semana, estão tendo de fazer três.

As creches só abrem para filhos de médicos, policiais, enfermeiros ou pais solteiros que precisem trabalhar. Para a designer Valeria Buzun, 31, as restrições são bem-vindas.

—Meu filho não vai à creche há dois meses, minha família parou de contrair os vírus que ele trazia de lá —conta ela. — Acho escolas e creches os lugares mais perigosos.

DESINFETAR CORRIMÃOS

Igrejas e cabeleireiros devem abrir em 4 de maio. Cultos, no entanto, precisam respeitar o limite de até 50 pessoas, assim como passeatas. Casamentos e funerais, só com menos de 20 participantes. Aglomeração, entretanto, até agora, só se vê no metrô — mesmo que o número de passageiros e o ritmo de frequência dos trens tenham diminuído. A companhia de transporte público de Berlim, BVG, registra perdas diárias de 500 mil euros.

— Estamos fazendo nossas reuniões on-line, mas já estamos nos preparando para abrir diariamente — diz o pastor português Bruno Lopes, da Igreja Universal do Reino de Deus em Berlim.

As empresas de catering e os hotéis são os mais prejudicados no ramo de serviços. Ambos viram as vendas encolherem quase 85%. Os restaurantes, que ainda mantêm serviço de delivery, sofreram um baque de 73% nas vendas desde o início das medidas de restrição, segundo a consultoria Statista.

Niels Schmidt, de 43 anos, morador de rua que vende jornais, lamenta a quedanas doações de dinheiro e alimentos que ele costumava receber dos empregados dos restaurantes de Prenzlauer Berg:

— Eu estava acostumado a vender jornais em bares e cafés, agora nem isso. Também parei de ganhar esmolas. As novas medidas de contenção ao vírus mudaram a rotina de Lorena Lahrem, vendedora de uma livraria no bairro de Mitte. Acostumada a catalogar livros e a registrar as compras no caixa, ela agora passa as tardes desinfetando cestos de compras. Os clientes são obrigados a carregar um se quiserem entrar. Há 12 cestos, exatamente o número de clientes que a gerente, Christine Krause, deseja manter na loja. Segundo ela, a livraria teve de investir em grades, paredes de acrílico, estações de álcool em gele muito desinfetante.

— O mais difícil é lembrar, todos os dias, de todas as regras de segurança —conta.

Para evitar demissões, muitos estabelecimentos remanejaram seus empregados para funções novas. O segurança Thorsten Klein, por exemplo, deixou de fazer rondas pelos andares para desinfetar corrimãos das escadas rolantes.

— Os clientes estão felizes com o que fazemos —afirma.

Crise impõe cortes nos privilégios da alta burocracia

Empresas fecham, população perde renda, mas não há menção aos supersalários do serviço público

O Globo · 27 abril 2020

Governo e Congresso travam dura batalha sobre como compensar a abrupta queda de arrecadação tributária dos estados. A maioria dos governos estaduais já se encontrava em insolvência, mas a situação foi agravada pela confluência das crises provocadas pela pandemia do novo coronavírus e pelo colapso dos preços do petróleo no mercado mundial. O impasse está na definição dos limites do socorro financeiro da União.

O governo federal vê riscos em atender aos estados, sem garantias efetivas sobre o uso dos recursos na emergência sanitária. Equivaleria a um “cheque em branco” aos governadores. Por isso, quer impedir alterações na legislação tributária estadual (no caso, ICMS) durante a etapa de socorro e congelar os gastos com efeito continuado, como reajustes salariais, por dois anos, ou seja até final do ano eleitoral de 2022.

Os governadores, naturalmente, insistem em que a União compense os estados na proporção do desastre tributário, como prevê o regime federativo, sem imposições exageradas nessa aguda crise. Argumentam com a queda significativa na receita própria (na média, 20% em abril) quando há necessidade de preservar serviços essenciais, como os de saúde e segurança pública.

É preciso reconhecer: os dois lados têm razão. Se é necessário gastar, também, não é admissível uma política fiscal isenta de contrapartidas de eficácia no controle dos gastos. Existe, de fato, potencial risco de explosão da dívida pública.

Na realidade, essa crise está demonstrando que o custo operacional do setor público brasileiro já havia chegado a um ponto muito além da capacidade de pagamento da sociedade. O quadro das principais despesas da União, dos estados e dos municípios é revelador. Elas se concentram no pagamento de juros da dívida do setor público (juros em queda, pelo menos), na folha salarial civil e militar e na previdência do funcionalismo. Têm sido crescentes e impeditivas aos investimentos eficientes em áreas críticas como a rede pública de saúde.

Inverteu-se, na prática, o princípio de que o Estado serve ao povo. A catástrofe da pandemia empobrece a todos. A população perde renda, empresas fecham, mas o que ainda não se viu é disposição política para desmontar a trama de privilégios tecida nas folhas de pagamentos do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Por semanas discutiu-se o auxílio de R\$ 600 aos mais vulneráveis. Porém, em momento algum se mencionaram os 35 tipos de parcelas remuneratórias (além do salário, vencimentos, subsídio, soldo, 13º e indenizações) que transformaram alta burocracia em casta. Também não se ouviu menção aos supersalários no serviço público, como os de juízes e procuradores que recebem até 720 salários mínimos num único mês, a título de “vantagens eventuais”, rubrica pa-

ra verbas indenizatórias. Falta aos líderes do três Poderes dar a sua necessária contrapartida à sociedade.

Carf derruba autuações fiscais sobre planos de venda de ações

Decisões, que discutem momento da tributação, beneficiam Itaú, B3 e ex-ministro

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

27/04/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

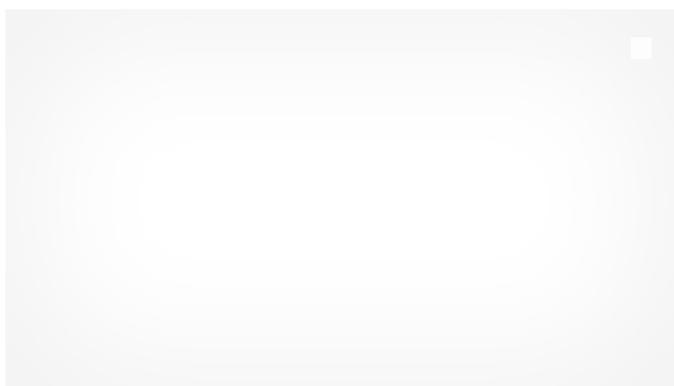


Procurador Moisés de Sousa Carvalho: "O fato gerador só ocorre com o exercício pela pessoa que recebeu a opção" — Foto: Ruy Baron/Valor

O Itaú Unibanco, a B3 e um ex-ministro da Fazenda conseguiram derrubar, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), autuações sobre planos de opção de compra de ações - as chamadas "stock options". Em todos os casos, a vitória não foi obtida por meio da discussão do mérito, mas por um erro comum nos autos lavrados: o momento da tributação dos rendimentos obtidos.

Normalmente, a Receita Federal cobra Imposto de Renda a partir do momento em que o beneficiado por um plano pode exercer o direito de venda das ações. Os contribuintes, porém, defendem que, se houvesse a tributação, só deveria ocorrer após a efetiva comercialização dos papéis. Entendimento que foi acatado pelos conselheiros nos três casos julgados.

No mérito, a jurisprudência é contrária aos contribuintes. Nas autuações fiscais, o entendimento da Receita Federal é o de que



Ads by Teads

Os planos de stock options são usados para reter ou atrair empregados. Muitas vezes são oferecidas ações com valores inferiores aos de mercado. Os papéis só podem ser adquiridos após um período de carência. Em alguns casos, após a compra, o funcionário deve ainda aguardar um período para vender.

Nem o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan escapou de ser autuado. Porém, em março, quando o Carf ainda realizava julgamentos presenciais, a 1ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção cancelou a cobrança (processo nº 13855.722675/2013-27).

O julgamento durou menos de dez minutos. O caso envolve certificados de depósito de ações (Units). Não é indicado no processo qual empresa ofereceu os papéis ao ex-ministro, nem o valor da autuação fiscal.

Em seu voto, o relator, conselheiro Savio Salomão de Almeida Nóbrega, representante dos contribuintes, afirmou que a jurisprudência no Carf é a de que só haveria tributação com a efetiva venda das ações. Os lançamentos que consideram o dia imediatamente posterior ao fim do prazo de carência, acrescentou, são julgados improcedentes.

Segundo o relator, no fim do prazo de carência, o beneficiário não tinha a disponibilidade jurídica, que só ocorre quando ele exerce a opção de venda das ações. É nesse momento, destacou, que deve ser considerado o aumento de renda. O caso é um dos primeiros a envolver pessoa física.

Na decisão, a turma se baseou em alguns precedentes do Conselho. O mais famoso deles é o da B3. O caso foi analisado em 2016 por turma baixa e agora tramita na Câmara Superior.

Foi justamente na última instância do Carf que o Itaú Unibanco conseguiu derrubar autuação de R\$ 162 milhões sobre o assunto. O caso foi julgado pela 1ª Turma, em dezembro. Por unanimidade, os conselheiros decidiram que o fato gerador do IRRF ocorre quando apurado ganho pelo trabalhador, no momento em que ele exerce o direito de opção em relação às ações outorgadas (nº 16327.721362/2012-37).

O caso da B3 ainda será julgado pela Câmara Superior. Em 2016, a 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção considerou que os planos caracterizam remuneração, mas ponderou que não há como atribuir ganho se não for demonstrado o efetivo exercício do direito sobre as ações. O valor da cobrança é de R\$ 54 milhões.

A autuação acabou sendo derrubada por erro na base de cálculo do tributo. Para os conselheiros, ela deve ser a diferença entre o valor de mercado das ações e o valor efetivamente pago pelo beneficiário. O fiscal usou a parcela assumida como despesa pela empresa. A decisão foi unânime (processo nº 16327.720152/2014-93).

O momento da tributação é uma discussão secundária nesses julgamentos, segundo o procurador Moisés de Sousa Carvalho, da Fazenda Nacional. O aspecto central é se há caráter remuneratório e, neste ponto, acrescenta, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vence na maior parte dos julgados.

A própria Fazenda Nacional considera que o momento da autuação deve ser quando há disponibilidade econômica de fato. “O fato gerador só ocorre com o exercício pela pessoa que recebeu a opção. Essa é nossa posição”, diz Carvalho. Ainda de acordo com o procurador, a maioria dos lançamentos eram feitos no momento do exercício, quando recebiam a opção, mas

Para o advogado Ronaldo Apelbaum, ex-conselheiro do Carf e sócio do APGI Advogados, a pessoa física deveria ser tributada quando tem a disponibilidade econômica do valor, quando entra no seu patrimônio. Como não existe uma legislação específica de stock options, acabam sendo usados os conceitos gerais de renda, para efeitos de Imposto de Renda, e de salário, para a contribuição previdenciária.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Anti-calvície da Anvisa! Fórmula ativa matriz capilar pró-folículos
FENODIL | ANTI-CALVÍCIE

LINK PATROCINADO

MacGyver tem quase 71 anos, tente não sorrir ao vê-lo agora
LIFE EXACT

LINK PATROCINADO

Sufrimento de dores articulares em idosos, podem ser tratados através desse método chinês
VMD³

LINK PATROCINADO

Abra sua conta digital agora gratuita e sem anuidade
BANCO INTER

LINK PATROCINADO

03 pares por R\$ 219,90. Corra e compre agora, antes que acabe a promoção.
EU AMO CALÇADOS

LINK PATROCINADO

Agricultores descobrem evidências pré-históricas em sua propriedade
BOBS HIDEOUT

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Após crítica de FHC, Huck vai às redes sociais defender governadores e prefeitos

VALOR INVESTE

Via Varejo: conselho propõe chapa sem Michael Klein, e empresário diz que saída era 'planejada'

VALOR INVESTE

JBS fecha frigorífico de suínos nos EUA por tempo indeterminado

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

Petroleira portuguesa Galp tem prejuízo de 257 milhões de euros no 1º tri

Devido às incertezas geradas pela pandemia do novo coronavírus, a empresa cancelou projeções para 2020 e 2021

27/04/2020 09:23 — Em Empresas

Implicações contábeis e fiscais da covid-19

Por qualquer ângulo que se examine, um aumento da carga tributária nesse momento é totalmente desaconselhável

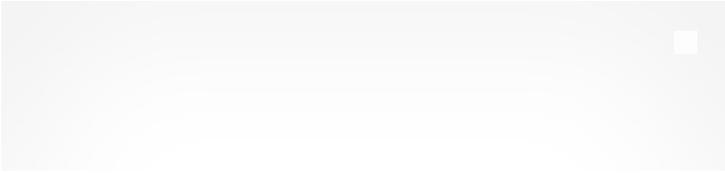
Por Plínio J. Marafon

27/04/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) se apressaram em alertar para as providências contábeis que deverão ser observadas ainda nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 (eventos futuros conhecidos), e nas subsequentes, relativamente à covid-19.

Na verdade, o Ibracon foi muito mais abrangente e didático, enfrentando as principais variáveis que podem influenciar essas demonstrações, inclusive a própria continuidade da entidade.

Por qualquer ângulo que se examine, um aumento da carga tributária nesse momento é totalmente desaconselhável



Dentre delas se destacam as perdas esperadas de ativos, o impairment do imobilizado e intangível, o valor realizável dos estoques, os valores justos de ativos e passivos, impactos em receitas e despesas futuras, contingências, falta de matérias primas, inadimplências, falta de liquidez etc.

Será um teste decisivo para essas novas regras contábeis, dado que não há critérios confiáveis para valorar, por exemplo, justos valores ou impairments de ativos e passivos, numa situação atípica como estamos vivendo, onde a própria continuidade da entidade pode estar em jogo.

Em apoio desses novos regramentos contábeis, a lei permitiu o adiamento da publicação das demonstrações de 31 de dezembro de 2019, havendo mais tempo para avaliar os impactos e informá-los ou registrá-los.

Contudo, do ponto de vista de IR e CSLL, tributos sobre os resultados, infelizmente esses registros contábeis são inócuos, dado que essas bases de cálculo são insensíveis a reduções de valores de ativos, ainda que justificáveis por uma “pandemia”.

Daí resulta que se está a tributar um lucro fortemente comprometido com desvalorizações e riscos de continuidade, contabilizados mas indedutíveis.

Mas algumas obrigações trabalhistas decorrentes das medidas legais (férias antecipadas com adicional e abono pecuniários, por exemplo) serão plenamente dedutíveis, incluídos os encargos sociais sobre elas, como INSS e FGTS, sem contar custos de eventuais demissões.

A depreciação dos bens produtivos parados pode continuar a ser registrada, porque eles sofrem a ação do tempo e da obsolescência. Se a depreciação for suspensa, para minimizar as perdas contábeis, não poderá ser “recuperada” posteriormente.

Nas empresas que pararam as atividades, os salários e encargos sociais da mão de obra produtiva, bem como os demais custos de fabricação, deverão ser diretamente

“despesados”, uma vez que não há estoques em fabricação, ou serviços em execução (working in progress).

Embora as perdas com devedores duvidosos possam ser deduzidas dentro das regras fiscais, se houver moratória nos vencimentos a eventual provisão não será aceita fiscalmente, porque faltará o requisito do “vencimento da obrigação”. Será diferente se a devedora pedir recuperação judicial, fato que enseja o abatimento do crédito habilitado.

Nesse período poderá haver momentos de perdas fiscais, razão pela qual é importante a apuração da redução/suspensão do pagamento de tributos sobre o lucro, com base em balanços/balancetes, em detrimento da estimativa.

Aqueles que apuram lucro real trimestral deverão estar arrependidos, pois estarão sujeitos à trava de 30% para os prejuízos fiscais desses períodos, quando estes puderem ser compensados no futuro.

As holdings poderão receber balanços de coligadas e controladas com prejuízos e até patrimônios líquidos negativos.

A avaliação pela equivalência patrimonial exigirá que o investimento seja ajustado e, no limite, zerado, podendo implicar provisão para perdas, se a investidora tem a expectativa de cobrir o déficit da investida.

Essas e outras situações similares recomendam que as empresas tenham prudência na distribuição de lucros neste ano, para preservarem a continuidade de suas atividades e evitem um endividamento, cujas consequências futuras são imprevisíveis.

Até mesmo os IR/CSLL diferidos ativos sobre prejuízos fiscais deverão ser registrados com prudência, pois não há segurança na perspectiva de recuperação econômica.

Não poderíamos deixar de comentar as notícias que abordam possíveis empréstimos compulsórios e até mesmo tributos sobre fortunas e dividendos.

A União tem um histórico bastante desfavorável sobre empréstimos compulsórios. Houve no passado cobranças sobre combustíveis, viagens, veículos e até patrimônios (Decreto-lei nº 1.782/80). Todos sofreram judicialização e foram considerados inconstitucionais, por diversas razões.

No caso específico dos patrimônios, a lei de abril de 1980 pretendeu incidir sobre os ativos de pessoas físicas e jurídicas declarados em dezembro de 1979. Essa extemporaneidade entre o fato gerador e a base de cálculo foi questionada com sucesso.

Em favor dessa tese, neste caso, militaria ainda a evidente desvalorização dos ativos de dezembro de 2019 até a eventual cobrança desse empréstimo ou tributo neste ano.

E quanto aos dividendos distribuídos, como já ressaltamos, deverão ser pontuais, não se prestando a ser base tributável na magnitude de que a União necessita para fazer frente aos compromissos que a epidemia está a reclamar.

Ademais, o artigo 104, III, do Código Tributário Nacional (CTN) só permite cobrar IR de dividendos em 2021.

Os agentes econômicos importantes para satisfazer essa reivindicação ou já estão no limite de tributação suportável, ou estão sofrendo as consequências econômico/financeiras da covid-19, traduzidas na redução de receitas e inadimplência de recebíveis, dentre outros, não se prestando a serem sujeitos passivos de novos encargos tributários.

Por qualquer ângulo que se examine, um aumento da carga tributária nesse momento é totalmente desaconselhável.

Plínio J. Marafon é sócio de Marafon, Soares, Nagai e Marsilli Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Embraer irá à Justiça buscar ressarcimento

Companhia brasileira vai tomar todas as medidas cabíveis para reparo dos danos causados pela desistência da Boeing e por perdas de quase R\$ 500 milhões

Por Stella Fontes e Ivo Ribeiro — De São Paulo

27/04/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



A companhia ficou muito desapontada com a desistência da Boeing, afirmou Gomes Neto, presidente da Embraer — Foto: Divulgação

A Embraer recorrerá à Justiça ou a uma câmara arbitragem para ser recompensada pelos danos sofridos com a extinção do acordo comercial firmado com a Boeing, apurou o **Valor**. A fabricante de aviões americana anunciou no fim de semana o encerramento do contrato, que era costurado desde o fim de 2017. Ela alegou que a brasileira deixou de cumprir certas pré-condições. A empresa, por su vez acusa a americana de produzir falsas alegações para evitar o pagamento de US\$ 4,2 bilhões pelo negócio, num momento de grave crise financeira e de reputação.

“A empresa buscará todas as medidas cabíveis contra a Boeing pelos danos sofridos como resultado do cancelamento indevido e da violação do contrato. A realização dos termos do acordo exigiu investimentos significativos, em um complexo e

demorado processo iniciado há mais de dois anos”, informou a Embraer, em nota ao **Valor**, ao ser questionada se recorrerá à arbitragem ou à Justiça comum. Somente com a cisão da unidade de aviação comercial a empresa teve gastos de R\$ 485,5 milhões em 2019.

O fim do acordo, que avaliava em US\$ 5,3 bilhões a divisão de aviação comercial da Embraer, também lança incertezas sobre o futuro das duas companhias. O mercado teve uma grande mudança com compra de 51% do programa CSeries da Bombardier pela Airbus. Para a Boeing, a parceria representava um importante complemento de portfólio, com a oferta de jatos regionais. Já para Embraer, a aliança traria musculatura para enfrentar um concorrente revigorada em escala - a Bombardier lutava pela sobrevivência antes de se associar à Airbus em 2017.

Para analistas e executivos do setor, Embraer e Boeing perdem com o encerramento da parceria. E ambas sofrerão por algum tempo os impactos negativos da pandemia de covid-19 no mercado de aviação. A Boeing, que já vem bastante fragilizada com crise do 737 Max, deve encontrar amparo no governo americano. Já a Embraer “talvez” tenha a possibilidade de consolidar sua posição de liderança absoluta no mercado de jatos regionais, sendo este quase a única alternativa para as companhias aéreas que operem aviões menores que os de Boeing e Airbus.

O fracasso nas tratativas, porém, não elimina possibilidade de novas alianças. O fato de ser uma das líderes da indústria, diz a Embraer, certamente atrai o interesse de outros parceiros internacionais. “Não temos nada a comentar sobre novas parcerias”, informou, ao ser questionada sobre uma possível parceria com a China. Na última década, os chineses aceleraram o desenvolvimento do primeiro jato comercial totalmente desenvolvido no país, dentro do programa C919. O primeiro avião capaz de concorrer com Airbus e Boeing já foi construído pela Commercial Aircraft Corporation (Comac), mas segundo publicações especializadas, erros de cálculo de engenharia resultaram em problemas na fabricação dos motores, atrasando mais o programa.

O acordo Embraer-Boeing envolvia a constituição de uma joint venture controlada pela americana na área de aviação comercial, a Boeing Brasil-Commercial, e outra na área de defesa, para vender o cargueiro militar KC-390 (rebatizado C-390 Millennium) com, fatia majoritária da Embraer. Por US\$ 4,2 bilhões, a Boeing compraria 80% do negócio de aviação comercial da brasileira. Essa divisão, em 2019 representou 41% da receita líquida de R\$ 21,8 bilhões da Embraer. Apesar da extinção do acordo, as companhias devem manter o contrato em vigor desde 2012 de comercialização e manutenção do C-390 Millennium.

Como parte dos preparativos do negócio, a Embraer teve de separar a área de aviação comercial, incluindo pessoas e sistemas. Os custos, de quase R\$ 500 milhões contribuíram para o prejuízo de R\$ 1,3 bilhão registrado em 2019. Ao alegar que condições precedentes não foram cumpridas até 24 de abril, data limite para fechar o negócio prevista em contrato - e passível de prorrogação-, a Boeing não estaria sujeita a indenizar a Embraer.

O acordo já tinha obtido o aval de nove autoridades de defesa da concorrência - nos EUA, Japão, China e Brasil. Só faltava a Comissão Europeia, que estendeu sua análise até 7 de agosto. Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, as companhias ainda negociavam outras condições do contrato horas antes do fim do prazo.

O presidente da Boeing para a parceria com Embraer, Marc Allen, disse que a empresa “trabalhou diligentemente nos últimos dois anos para concluir a transação”. E lamentou como uma “decepção profunda” o naufrágio do negócio.

O presidente da Embraer, Francisco Gomes Neto, por sua vez, disse em mensagem de vídeo encaminhada a funcionários que a empresa ficou surpresa e muito desapontada com a decisão. “Sentimos muito pelo cancelamento da parceria, mas continuamos firmes e fortes”, afirmou e ressaltou que a Embraer tem liquidez suficiente e acesso a fontes de financiamento para alavancar a continuidade dos negócios. E que a empresa é estratégica para o Brasil.

“Isso não significa que será fácil superar os obstáculos. O cancelamento da parceria com a Boeing e o impacto da covid-19 na indústria aeronáutica não devem ser subestimados”, afirmou. A Embraer domina mais de 60% no mercado de jatos regionais

e crê que essas aeronaves vão puxar a recuperação do setor, duramente afetado por restrições de movimentação com a covid-19. A vem recebendo pedidos de prorrogação de entregas para 2021 e adotado medidas para preservar a liquidez.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Anti-calvície da Anvisa! Fórmula ativa matriz capilar pró-folículos
FENODIL | ANTI-CALVÍCIE

LINK PATROCINADO

Kit família, 03 sapatênis Polo somente hoje por apenas R\$ 219,90.
EU AMO CALÇADOS

LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!
SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora
LIFE EXACT

LINK PATROCINADO

O filho de Patrick Swayze é provavelmente o homem mais bonito do momento
WTFACTS

LINK PATROCINADO

11 alimentos que você precisa evitar colocar na geladeira a todo custo
CRUNCHPOSTS.COM

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Valor Investe na CBN: Efeito Moro

VALOR INVESTE

Após crítica de FHC, Huck vai às redes sociais defender governadores e prefeitos

VALOR INVESTE

Via Varejo: conselho propõe chapa sem Michael Klein, e empresário diz que saída era 'planejada'

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico



Bolsas europeias operam em alta com perspectiva sobre BCs e reabertura

BoJ anunciou apoio a empresas afetadas por pandemia; Federal Reserve dos EUA e BCE têm reuniões agendadas para esta semana

27/04/2020 09:10 — Em Finanças

Indústria leva a Guedes temor por ‘invasão’ chinesa após covid

Empresários pedem que governo tome precauções contra entrada de produtos “a preço de liquidação”

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

27/04/2020 05h00 · Atualizado há 3 horas

Enquanto avançam os planos para retomar a atividade das empresas, cresce um temor entre os industriais brasileiros: o de o mundo ser “inundado” com produtos chineses a preço de liquidação. O tema foi levado ao ministro da Economia, Paulo Guedes, pelos integrantes da Coalizão da Indústria na última quinta-feira.

O problema está no radar também da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Com estoques chineses elevados e a demanda mundial baixa, a disputa no mercado internacional será ainda mais difícil para as empresas brasileiras. “Vai ser agressivo”, prevê o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi. “A China não é uma economia de mercado, pois as empresas contam com benefícios e subsídios.”

“Estamos preocupados com a China voltando e nós, parados”, afirmou o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) Fernando Pimentel. “Corremos o risco de viver uma segunda pandemia.”

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O comércio exterior, porém, será fundamental para as empresas brasileiras retomarem a atividade. “Não terá um afluxo de repente de pessoas indo ao shopping”, disse Abijaodi. “Isso demora um mês a dois, para a coisa ir caminhando devagarinho.” Sem poder desovar a produção no mercado interno, a saída estará nas exportações.

A concorrência mais acirrada ocorrerá num momento em que, com as economias enfraquecidas, os países tendem a adotar medidas protecionistas no comércio. Essa tendência preocupa organismos internacionais. Recentemente, o Brasil foi elogiado pelo Banco Mundial por haver facilitado a importação de produtos relacionados ao combate ao coronavírus.

Outro risco espera pelas empresas brasileiras na retomada: em função do acordo fechado com os Estados Unidos com a China, o Brasil poderá perder fatias de seu comércio com a Ásia. Não é certo o que ocorrerá com o acordo no pós-pandemia, admitiu Abijaodi. Mas seu cumprimento, ainda que em parte, poderá trazer repercussões negativas para o Brasil.

Fechado em janeiro, o acordo pressupõe, no capítulo que trata do comércio, um incremento de US\$ 200 bilhões nas importações, pela China, de produtos americanos. “Muitos produtos vão interferir na pauta de exportações do Brasil”, afirmou. A base de comparação são as importações ocorridas em 2017. A meta deve ser atingida até 2021.

Estudo da CNI mostra que, dos produtos abrangidos pelo acordo, o Brasil respondeu por 3% das importações realizadas pela China em 2017. Essas vendas geraram receitas de US\$ 32,3 bilhões e representam 68,1% das exportações brasileiras para aquele país.

O Brasil fornece para a China 20% dos produtos agrícolas cobertos pelo acordo, sendo que a principal mercadoria é a soja. As vendas alcançaram US\$ 20,3 bilhões em 2017. Em energia, representada pelo petróleo, são 4% das importações.

Um integrante da equipe econômica comentou que é cedo para determinar se, retomando antes a produção, a China terá vantagem sobre seus principais concorrentes. Na visão do governo, é bem provável que se acelere o processo de troca da China como o principal fornecedor de insumos para as cadeias produtivas. Países do Sudeste asiático já a substituíam como pontos de produção a baixo custo.

“É uma oportunidade para o Brasil também”, acredita Abijaodi. As indústrias nacionais podem pleitear uma posição mais vantajosa nesse novo desenho das cadeias globais. “A indústria metalmeccânica pode fazer componentes”, exemplificou.

Mas, para se candidatar a essa nova posição e a novos investimentos, o Brasil precisa melhorar sua imagem, afirmou o diretor da CNI. Ele aponta para a questão ambiental e para a paralisia da agenda de reformas como exemplos. “Temos de acertar a nossa casa primeiro para dar oportunidade de crescimento e para que o comércio se estenda.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tem um jeito fácil para os aposentados quitarem suas dívidas
PB CONSIGNADO DO PARANÁ BANCO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera anti-calvície que combate DHT ativando matriz folicular
FENODIL | ANTI-CALVÍCIE

LINK PATROCINADO

Descubra de onde você veio sem sair do conforto da sua casa com esse teste!
MEUDNA

LINK PATROCINADO

MacGyver tem quase 71 anos, tente não sorrir ao vê-lo agora
LIFE EXACT

LINK PATROCINADO

Invenção europeia genial relaxa os músculos do pescoço em 10 minutos
NECK MASSAGER

LINK PATROCINADO

Capital de giro acima de R\$500 mil, simule gratuitamente.
RETORNOCERTO

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Valor Investe na CBN: Efeito Moro

VALOR INVESTE

Após crítica de FHC, Huck vai às redes sociais defender governadores e prefeitos

VALOR INVESTE

Via Varejo: conselho propõe chapa sem Michael Klein, e empresário diz que saída era 'planejada'

Mercado teme derrocada da política de Guedes

Após saída de Moro, investidor vê risco de novas mudanças nas diretrizes do governo Bolsonaro

Por Lucas Hirata, Marcelo Osakabe, Rafael Vazquez, Ana Carolina Neira, Victor Rezende e Marcelle Gutierrez — De São Paulo

27/04/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

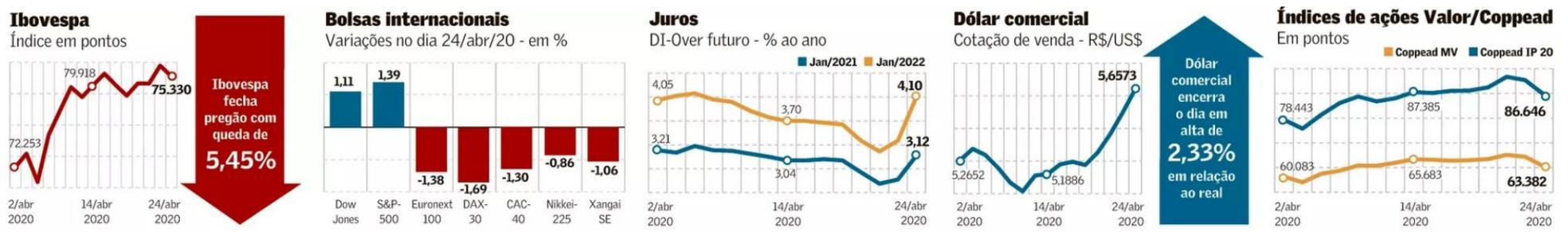


Silvio Campos Neto, da Tendências: "A saída de Moro pode indicar uma guinada de diretrizes do governo" — Foto: Regis Filho/Valor

Os mercados financeiros devem retomar os negócios hoje ainda sob pressão, de olho no noticiário político. Depois da saída

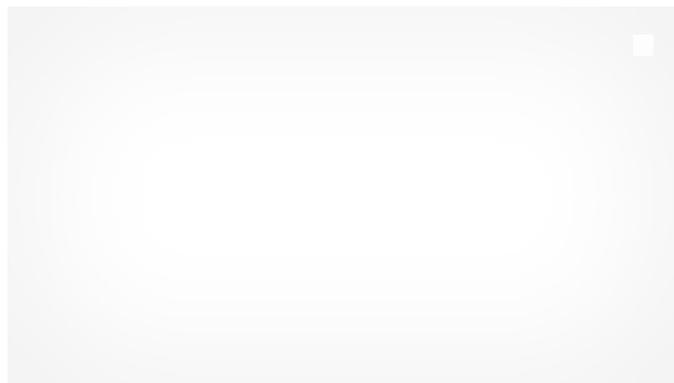
novas baixas no governo. O principal receio neste momento é que o ministro da Economia, Paulo Guedes, deixe o cargo, o que representaria uma grande ameaça para a continuidade da atual política econômica.

Para alguns analistas e gestores, o sentimento é que a equipe do presidente Jair Bolsonaro está ruindo e a frequência de conflitos torna o cenário muito nebuloso para o Brasil. Ao lado de Guedes, Moro era tido como “superministro”, tendo ambos ajudado a levar Bolsonaro ao Planalto e a trazer as garantias que o mercado gosta de ter.



O risco de o governo promover uma guinada populista na agenda econômica, abrindo mão de ajustes estruturais no futuro, já foi o argumento para a forte queda dos preços dos principais ativos financeiros na última sexta-feira, quando Moro anunciou sua demissão e fez duras acusações contra Bolsonaro. Isso deve manter ainda os investidores em uma postura bastante defensiva nos próximos dias.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O dólar comercial disparou e fechou em alta de 2,33% na sexta, negociado a R\$ 5,6573, depois de tocar os R\$ 5,7469 na máxima do dia. Além da própria cotação em patamar elevado, o nervosismo pode ser medido pelo número de intervenções do Banco Central no mercado. Para amenizar a pressão ao longo do dia, a instituição teve de atuar quatro vezes na sexta, com a venda total de US\$ 2,175 bilhões no mercado à vista, e mais duas operações equivalentes a US\$ 1 bilhão em swap cambial. Foi a maior intervenção para um dia só desde 9 de março, quando o mercado sofreu com a derrocada do petróleo.

O Ibovespa caiu 5,45%, para 75.330 pontos, num movimento puxado pelas ações de empresas ligadas à economia doméstica e que dependem de aprovações regulatórias. Já o Credit Default Swap (CDS) de cinco anos chegou a 373 pontos, maior nível desde 18 de março, data do pico da piora dos ativos com a pandemia da covid-19, quando o spread chegou a 382 pontos.

“Agora, o mercado coloca no preço uma realidade bem mais dura, que implica em perdas no câmbio e na bolsa. A saída de Moro pode indicar uma guinada de diretrizes do governo”, diz Silvio Campos Neto, economista da Tendências, que vê risco na continuidade até de Guedes no Ministério da Economia. “Se não teve cerimônia com a saída de Mandetta, nem com Moro, por que seria diferente com Guedes? A situação pode caminhar nessa mesa direção”, afirma.

“Bolsonaro foi eleito com Guedes e Moro à frente deste time dos sonhos, com garantia de que iria cada um trabalhar de maneira autônoma. Mas, pela fala do Moro, não foi isso que aconteceu. Cada vez mais um presidente que acha que é rei vai se desgastando com todos ao redor, ministros e parlamentares, tornando o ambiente político muito ruim”, afirma Jefferson Laatus, sócio e fundador do grupo Laatus.

Para analistas do J.P. Morgan, o momento de incertezas políticas atingiu um novo pico na manhã de sexta com a demissão de

para pior nos últimos dias, comprometendo potencialmente a capacidade do Brasil de navegar coerentemente pelo choque econômico”, dizem os economistas Cassiana Fernandez e Vinicius Moreira em relatório.

A saída de Moro deflagrou um novo capítulo da crise, com acusações de interferência política de Bolsonaro na escolha de cargos da Polícia Federal, o que tende a aumentar os pedidos de abertura de processos de impeachment contra o presidente. O estopim da crise teria sido a demissão de Maurício Valeixo da diretoria-geral da PF. No entanto, o desgaste do presidente já ocorria de forma acentuada nos últimos meses, em meio a episódios como a demissão de Luiz Henrique Mandetta do comando do Ministério da Saúde, críticas públicas da equipe econômica ao plano “Pró-Brasil” e a participação do presidente em protestos contra o isolamento social e até pelo fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF).

“Como observamos anteriormente, a capacidade do Brasil de enfrentar a crise econômica por meio de políticas não convencionais depende crucialmente da estabilidade política e da credibilidade política de que o governo retornará à disciplina fiscal e monetária da estrutura pré-coronavírus assim que a crise terminar”, dizem os economistas do J.P. Morgan.

No fim da tarde de sexta, Bolsonaro fez um pronunciamento ao lado dos demais ministros, inclusive Guedes. O presidente adotou uma postura combativa e disse que Moro queria a exoneração de Valeixo da PF só após sua indicação para o Supremo Tribunal Federal.

Para Enrico Cozzolino, analista de investimentos do banco Daycoval, mais do que os desafios imediatos impostos pela crise do coronavírus, tanto na saúde quanto na economia, é no longo prazo que o país deve ser penalizado pela atual situação política. “O pânico que chegou ao mercado não tem a ver com lucro de empresas, com um ciclo econômico ruim, nada disso. É pela crise política. Todas as manchetes, aqui e lá fora, mostram o líder da Lava Jato desembarcando do governo, isso não é positivo para o país e preocupa especialmente o investidor estrangeiro”, afirma.

Na avaliação Axel Christensen, estrategista-chefe de investimento na América Latina da gestora BlackRock, o impacto nos mercados é justificado pela importância de Moro dentro do gabinete e perante o público, mas a tendência é que a reação seja mais condicionada ao curto prazo e ao ambiente local.

Sobre o rumo na política econômica, com sinais de enfraquecimento da ala mais liberal em favor de uma mais desenvolvimentista liderada por militares, Christensen aponta que neste momento, no qual os efeitos da pandemia exigem respostas fiscais consistentes de todos os governos ao redor do mundo, ambas as linhas de pensamento terão que se aproximar.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Anti-calvície da Anvisa! Fórmula ativa matriz capilar pró-folículos
FENODIL | ANTI-CALVÍCIE

LINK PATROCINADO

Saiba como é possível quitar dívidas com desconto
RECOVERY

LINK PATROCINADO

MacGyver tem quase 71 anos, tente não sorrir ao vê-lo agora
LIFE EXACT

LINK PATROCINADO

03 pares por R\$ 219,90. Corra e compre agora, antes que acabe a promoção.
EU AMO CALÇADOS

LINK PATROCINADO

Agricultores descobrem evidências pré-históricas em sua propriedade
BOBS HIDEOUT



Pandemia dobra crédito do BID para o Brasil este ano

Aumento no país é maior que no restante da América Latina, onde recursos devem dobrar este ano

Por Marcos de Moura e Souza — De Belo Horizonte

27/04/2020 05h01 · Atualizado há 3 horas



Morgan Doyle: “Este ano tem esse incremento enorme principalmente porque a gente entende que o BID pode ter uma ação contracíclica em momentos assim” — Foto: Divulgação

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) refez seus cálculos e prioridades para este ano e prevê que, em função da pandemia, o volume créditos a ser concedido a governos e a empresas na América Latina poderá chegar a cerca de US\$ 15 bilhões. É quase o dobro do que estava sendo previsto antes da crise.

A previsão para o Brasil é que os recursos cresçam um pouco mais. Em 2019 o banco emprestou ao país US\$ 1 bilhão. Para este ano, a estimativa era baixar o valor para US\$ 880 milhões, mas, com as mudanças, o BID calcula que destinará US\$ 2,2 bilhões ao Brasil.

Esse número pode ser maior, dependendo do avanço de alguns projetos estratégicos e também do remanejamento da carteira existente.

“O Brasil tem uma demanda financeira que vai muito além daquilo que a gente pode fazer”, afirmou o representante da instituição no Brasil, Morgan Doyle, em entrevista ao **Valor**. “Mas temos, com certeza, alguns recursos que são relevantes para nossos parceiros e estamos trabalhando com eles para atender as suas necessidades de liquidez neste momento.”

Doyle não detalhou novas negociações que eventualmente estejam em curso com países da América Latina. Atualmente, está nas mãos de governos e de empresas no Brasil um total de US\$ 10,3 bilhões em créditos concedidos pelo BID e a instituição trabalha para que parte desses recursos possam ser redirigidos para áreas relacionadas à urgência do coronavírus.

Doyle disse que a direção do banco definiu quatro grandes áreas relacionadas à crise que passaram a ter destaque na política de concessão de financiamentos.

A primeira área diz respeito ao atendimento a populações mais pobres, cujo fardo da redução da receita tem um efeito particularmente dramático. “A crise vai ter uma série de consequências graves para essas populações”, disse.

A segunda área diz respeito a projetos e iniciativas ligados à saúde. Podem ser projetos relacionados a respiradores mecânicos, usados para salvar vidas de pacientes em UTI com quadros mais agudos de covid-19, ou relacionados a equipamentos de proteção pessoal ou ainda a projetos ligados a pesquisas.

Outra frente do BID é a proteção das empresas e, conseqüentemente, dos empregos, neste momento de retração econômica global. A ideia é ajudar as empresas a não entrarem em processos de insolvência e, assim, manterem a maior parte possível do seu quadro de trabalhadores.

“Uma quarta área tem a ver com a política fiscal, com a sustentabilidade no longo prazo”, disse o executivo do BID, referindo-se às contas dos Estados e à pressão por mais gastos com saúde.

“Há uma necessidade grande de fazer gastos extraordinários para atender a essa situação no momento em que se tem uma queda enorme de arrecadação. Isso traz uma série de desafios”, disse, acrescentando que o banco, com seus mais de 60 anos de operação, tem expertise para colaborar na definição de planejamentos fiscais.

Puxado por essas quatro prioridades, o banco prevê um salto no volume de desembolsos de empréstimos este ano.

“De modo geral, o banco vai quase duplicar seus desembolsos, que podem chegar a US\$ 15 bilhões este ano e para toda a América Latina”, afirmou Doyle.

Ele disse que as cifras e os projetos ainda estão sendo avaliados, mas que esse é o valor que norteia as expectativas. Em 2019, o volume total de desembolsos para América Latina e Caribe foi de US\$ 8,9 bilhões.

“Este ano tem esse incremento enorme principalmente porque a gente entende que o BID pode ter uma ação contracíclica em momentos assim, e esse é parte do nosso papel”, disse Doyle.

Ele diz que uma das vantagens do banco - dirigido pelo colombiano Luis Alberto Moreno - é o fato de ser uma entidade triple A em termos de avaliação de risco de crédito, mesmo neste momento de turbulência. “A gente pode acessar os mercados globais de uma forma vantajosa neste momento e essa é a razão de ser do BID: captar e emprestar com o mínimo spread possível.”

O BID financia, segundo informa sua página na internet, 583 projetos com garantia soberana em países da América Latina e Caribe. O Brasil aparece no topo da lista, com 79 projetos.

Doyle disse que a direção do banco não leva em conta na hora da concessão de créditos - para a enfrentamento da pandemia - as posições que presidentes ou governadores de Estado adotam em relação às políticas de isolamento social.

Na região, o presidente Jair Bolsonaro tem sido o crítico mais visível dessas políticas - posição que, por um tempo, chegou também a ser adotada pelo presidente do México, Manuel López Obrador.

“Isso não é assunto para opiniões pessoais de minha parte e não tem nenhum impacto sobre o acesso dos nossos países parceiros ao BID como fonte de recursos”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ir ao banco nunca foi tão fácil, é só clicar
BAIXE NA GOOGLE PLAY | BRADESCO

LINK PATROCINADO

SALVADOR chegou na cidade o chinelo que vai aliviar stress muscular.
ACUPUNCTURE REFLEX

LINK PATROCINADO

Anti-calvície da Anvisa! Fórmula ativa matriz capilar pró-folículos
FENODIL | ANTI-CALVÍCIE

LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!
SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Mãe suspeita que já tinha visto o noivo de sua filha antes, até que decide ver as fotos de um álbum antigo e se dá conta de algo totalmente inesperado
DO IT HOUSES

LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora
LIFE EXACT

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Após crítica de FHC, Huck vai às redes sociais defender governadores e prefeitos

VALOR INVESTE

Via Varejo: conselho propõe chapa sem Michael Klein, e empresário diz que saída era 'planejada'

VALOR INVESTE

Valor Investe na CBN: Efeito Moro

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

Bolsas da Ásia fecham em alta após aumento de estímulos do Banco do Japão

O BoJ disse que comprará mais 15 trilhões de ienes (US\$ 140 bilhões) em comercial papers e empréstimos bancários

27/04/2020 07:58 — Em Finanças

Peso da ação fiscal contra a crise é maior no Brasil, diz Rabello de Castro

Relatório mostra que as medidas com impacto fiscal no Brasil correspondem a 13,7% do PIB, e as de apoio financeiro chegam a 5,1%, enquanto nos EUA o total é de cerca de 10% e na Europa, de 5%

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

27/04/2020 05h00 · Atualizado há 3 horas



Rabello de Castro: “Enquanto continua emperrado do lado financeiro, o país está contratando excesso de déficit público” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O socorro econômico anunciado pelo setor público brasileiro reúne, até aqui, uma dosagem maior de medidas com impacto fiscal do que o praticado por outros países, que têm dedicado uma parte maior das medidas ao apoio financeiro (monetário e creditício, como empréstimos), avalia o ex-presidente do BNDES Paulo Rabello de Castro, presidente da RC Consultores.

Relatório da consultoria mostra que as medidas com impacto fiscal no Brasil correspondem a 13,7% do PIB, enquanto as medidas de apoio financeiro chegam a 5,1%. Cálculos da gestora BlackRock, citados no documento, mostram que, nos EUA, as medidas com impacto fiscal somam 10% do PIB. Nos países europeus, ficariam abaixo de 5%.

Para chegar aos números relativos ao Brasil, a consultoria fez um cálculo indireto, a partir do déficit fiscal adicional previsto para 2020 e 2021 no setor público, o que inclui gastos autorizados por União, Estados e municípios. “A maioria dos países está mais econômico na parte fiscal propriamente dita e generoso na parte financeira, com medidas de empréstimo, financiamento”, diz Rabello de Castro.



Ads by Teads

No relatório, a consultoria avalia que o remédio contra os efeitos econômicos do coronavírus estaria duplamente errado no país - ao supor que existe espaço fiscal para resgate de natureza keynesiana (aumentar o gasto deficitário) e ao não ousar mais no campo financeiro.

Para Rabello de Castro, existiria uma chamada “relutância neoliberal” nas medidas no campo monetário e creditício. O país permaneceria preso aos “fantasmas” de uma suposta fragilidade sistêmica das instituições financeiras. Assim, os bancos do país estariam empocando o crédito que deveria fluir para as micro e pequenas empresas.

“A questão do obscuro custo financeiro do crédito é esporadicamente lembrada no governo, para logo ser abandonada como meta de combate”, diz o documento da consultoria. “Com isso, a dosagem do remédio, do lado monetário e creditício, deixa de vir calibrada como deveria, assim como deixa de ser adequadamente contida no campo fiscal.”

A consultoria propõe a dosagem que considera adequada para as políticas de socorro econômico. Entre as medidas financeiras propostas, a de maior impacto é a repactuação integral de todas as dívidas federativas, no valor de R\$ 600 bilhões. Essa ação teria um impacto fiscal de cerca de R\$ 36 bilhões.

“O fato da dívida dos Estados ser 100% federalizada permite ao governo federal debater essa dívida e ter um novo começo. Seria uma forma de dar alívio aos Estados”, explica Rabello de Castro, sugerindo a criação de bonds que empacotem essas dívidas estaduais.

Outras ações sugeridas resultariam mesmo em ganho fiscal, como ajuste geral na despesa pública e contenção emergencial de despesas. Somadas, essas duas medidas possíveis do governo gerariam uma economia estimada de R\$ 155 bilhões. Compensariam, desta forma, despesas com programas de transferências diretas (R\$ 155 bilhões).

De acordo com o documento da RC Consultores, as medidas sugeridas fariam com que as ações de apoio financeiro respondesse por 15,1% do PIB, enquanto o desembolso fiscal representaria 3,8%. Essa recomendação não significa, contudo, que o país deva perseguir um recuo nominal dos gastos públicos no momento de combate ao coronavírus, alerta Rabello de Castro. Ele defende o aumento orçamentário na saúde pública e assistência social.

Ele pede cuidado, porém, com o endividamento que está sendo contratado pelo país. “Enquanto continua emperrado do lado financeiro, o país está contratando um excesso de déficit público, que já se projeta no futuro como uma tragédia da dívida pública explosiva”, finaliza.

O modelo de projeção da RC Consultores aponta que a dívida bruta do Brasil deve atingir 90% do PIB ao final de 2020 e 97% em 2021. “O déficit primário deve aumentar em 2020, mas o equilíbrio intertemporal do gasto deve ser perseguido entre 2020 e os anos seguintes”, frisa.



Por Alex Ribeiro

Cobriu o BC para o Valor, a Gazeta Mercantil e a Folha de S... ver mais

Saída de Moro deve limitar corte de juro

Foco do Banco Central deve ser a inflação para além do curto prazo, dizem especialistas

27/04/2020 05h00 · Atualizado há 3 horas

O pedido de demissão de Sergio Moro fez o mercado financeiro rever as expectativas - alimentadas pelo próprio Banco Central - de um corte mais forte de juros na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) da semana que vem. Mas a aposta é que, ainda assim, a Selic cairá.

Um experiente operador compara a situação atual com maio de 2017, o chamado "Joesley Day", quando o jornal "O Globo" revelou que o empresário Joesley Batista, da JBS, havia gravado um diálogo comprometedor com o presidente Michel Temer. Nos dias anteriores ao escândalo, o Banco Central vinha indicando a aceleração do ritmo de distensão monetária. O mercado de juros futuros precificava 73% de chance de um corte da Selic superior a um ponto percentual. Já havia consenso dentro do Banco Central para um corte de juros de 1,25 ponto percentual. O mercado reagiu no "Joesley Day" de uma forma muito semelhante à notícia da demissão de Moro, com uma forte inclinação da curva de juros futuros. O Banco Central divulgou uma nota dizendo que não havia "relação direta e mecânica com a política monetária" e "as informações recentemente divulgadas pela imprensa". Nos dias seguintes, o mercado se acalmou um pouco, e o Banco Central cortou os juros em um ponto percentual, mesmo ritmo das reuniões anteriores.

Foco do BC deve ser inflação para além do curto prazo

Na sexta-feira, o mercado de juros futuros precificava majoritariamente um corte de juros de 0,5 ponto na semana que vem, para 3,25% ao ano. Menor do que a baixa de 0,75 ponto que, anteriormente, era dada como certa e bem distante de um estímulo monetário de um ponto percentual que os mais otimistas sonhavam.

O argumento em favor de fazer uma baixa de juros, ainda que menor, é o Banco Central evitar colocar mais gasolina na crise. Manter os juros reforçaria a percepção de que o governo Bolsonaro acabou. Também desestabilizaria o mercado, que estava fortemente posicionado numa baixa mais forte da taxa Selic.

Alguns participantes do mercado argumentam, porém, que na atual situação o correto seria uma baixa de apenas 0,25 ponto percentual. Existe muita ansiedade sobre como o Banco Central vai reagir a um eventual processo de impeachment de Bolsonaro. Muitos notaram que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, estava presente no discurso de defesa feito na sexta no Palácio do Planalto.

Eles argumentam que, numa situação como essa, o comandante da autoridade monetária deveria manter certa distância do presidente da República. Num agravamento da crise, o Banco Central seria a única âncora para manter a estabilidade da economia. Um ex-integrante da equipe de Alexandre Tombini lembra que, no governo Dilma Rousseff, ele não comparecia ao Palácio do Planalto. Não havia dúvida, por outro lado, de que Ilan Goldfajn agiria de forma independente de Michel Temer.

O mercado tem acompanhado de perto também as intervenções do Banco Central na área de câmbio, que alguns consideram excessivas. A autoridade monetária vendeu US\$ 2,2 bilhões no mercado à vista na sexta, além de US\$ 1 bilhão no mercado futuro. Um participante do mercado argumenta que o Banco Central deveria deixar o câmbio encontrar um valor de equilíbrio mais alto, já que os fundamentos da economia doméstica mudaram. Não apenas pela saída de Moro, mas também pelo avanço da ala do governo que quer uma resposta mais keynesiana à crise, um sinal de enfraquecimento do ministro Paulo Guedes.

A postura do Banco Central inclinada a cortes mais agressivos de juros também está pressionando a taxa de câmbio. Há ruídos na sinalização do Banco Central de mais corte de juros, que foi feita em um evento fechado na última segunda, organizado pelo banco Morgan Stanley, com a participação de Campos Neto e do diretor de Política Econômica do BC, Fabio Kanczuk. Como não há um registro oficial desse evento, com o encadeamento lógico da nova estratégia de política monetária, as opiniões de mercado têm sido formadas a partir de versões conflitantes de quem foi admitido ao encontro.

A aceleração do corte de juros em maio - o que equivale a uma antecipação do ciclo de distensão - é vista por muitos especialistas como controversa. Em teoria, argumentam, há duas razões para o Banco Central antecipar um corte de juros. Uma delas é o Banco Central ter muita certeza do cenário econômico - sendo capaz de medir com uma razoável precisão o impacto da atual crise na inflação e a resposta adequada de política monetária. Outra razão para antecipar o ciclo é o BC ter um bom nível de segurança de que, agindo assim, vai evitar uma perda mais forte de atividade econômica e também a queda da inflação abaixo da meta.

Nenhuma dessas condições estariam presentes no momento atual, argumentam economistas ouvidos pelo **Valor**. As incertezas sobre o choque causado pela crise do coronavírus são muito grandes. Elas envolvem não apenas o choque em si, mas a reação do governo a essa pandemia, em especial na política fiscal, e sua interação com o Congresso, onde devem ser aprovadas as reformas. As incertezas são imensas, também, se o estímulo monetário vai ser de fato transmitido. A alta do dólar que se seguiu à indicação do BC de acelerar o corte de juros levanta sérias dúvidas. Também não é certo que o estímulo feito agora vai, de fato, chegar à economia no momento correto. Hoje, estímulos têm efeito mínimos - com o comércio fechado e incertezas sobre o futuro da economia, poucos vão tomar decisões ousadas de consumo e investimentos apenas porque os juros ficaram mais baixos.

A tese de corte de juros se apoia nas projeções de inflação de curto prazo, que são muito baixas e dão espaço para novos estímulos. Porém, nesse momento, dizem alguns economistas, o foco do Banco Central é zelar pelo controle de expectativas para além de 2021. Com o novo quadro fiscal, com déficits mais altos e persistentes e aumento da dívida bruta, os juros de equilíbrio tendem a subir. Já não estava fácil manter os ganhos da austeridade monetária dos últimos anos - e as dificuldades aumentaram depois que a demissão de Moro expôs a fragilidade política do governo Bolsonaro.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente

E-mail: alex.ribeiro@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Anti-calvície da Anvisa! Fórmula ativa matriz capilar pró-folículos
FENODIL | ANTI-CALVÍCIE

LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!
SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Mãe suspeita que já tinha visto o noivo de sua filha antes, até que decide ver as fotos de um álbum antigo e se dá conta de algo totalmente inesperado
DO IT HOUSES

LINK PATROCINADO

Lembra dele? Respire fundo antes de ver como ele está agora
LIFE EXACT

TJ-SP suspende pagamentos de precatórios

Decisão judicial a favor do Estado permite suspensão por 180 dias, a contar de março

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

27/04/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas





Desembargador Wanderley Federighi: não se conhecem ainda os efeitos da crise — Foto: Divulgação

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) permitiu ao governo estadual suspender os pagamentos de precatórios por 180 dias - contados desde março, quando as contas públicas começaram a ser afetadas pela crise do coronavírus. A medida atende parte do pedido feito pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que buscava a suspensão por todo o ano de 2020.

A decisão foi proferida pelo desembargador Wanderley Federighi, coordenador da Diretoria de Execução de Precatórios (Depre), o órgão que organiza a fila e emite as ordens de pagamento dos títulos. O magistrado afirma que não se conhecem ainda os efeitos da crise, “sequer a curto prazo”, e que modificações no plano de pagamento dos precatórios serão viáveis “conforme se sucederem os fatos daqui em diante”.

“A ninguém interessa atitudes alheias às circunstâncias que se apresentaram, mas prudência é necessária para que, conforme a situação se desenvolve, seja possível tomar as mais efetivas decisões, preservando da melhor maneira as finanças públicas e dos credores”, diz o desembargador na decisão.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O magistrado determinou ainda que o Estado mantenha os repasses sob a alíquota de 1,5% da receita líquida mensal quando os pagamentos forem retomados. A previsão para este ano, segundo consta no plano de pagamento original, é a de liberar entre R\$ 2,5 e R\$ 4 bilhões aos precatórios.

Esses valores, no entanto, não são integralmente retirados do caixa. O governo pode usar valores de depósitos judiciais para realizar os pagamentos. Em 2019, por exemplo, o Estado de São Paulo pagou R\$ 3,6 bilhões em precatórios - apenas R\$ 800 milhões com recursos próprios.

A decisão do desembargador Wanderley Federighi é do dia 7. No dia seguinte, a PGE e a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado enviaram, em conjunto, um ofício ao TJ-SP afirmando que “o quadro econômico é dramático”.

Não há notícia de uma nova decisão. Consta no ofício que as projeções da Assessoria de Política Tributária e Econômica indicaram, inicialmente, uma queda de R\$ 9,8 bilhões na arrecadação de ICMS, principal fonte de receitas do Estado. Com “a alta velocidade dos efeitos desta crise”, no entanto, “projeções mais recentes apontam cenários piores”. A perda de ICMS passou a ser estimada, então, em R\$ 11,9 bilhões.

Existem no país dois regimes de pagamento de precatórios. Um deles é o ordinário, que serve aos entes da federação que não têm dívidas de precatórios em atraso. As requisições de pagamento recebidas até 30 de junho são incluídas no orçamento do ano seguinte e pagas no curso do exercício.

O outro é chamado de especial e está voltado aos que têm dívidas de precatórios de anos anteriores. O Estado de São Paulo está inserido nesta modalidade. O regime é regido pela Emenda Constitucional nº 99, de 2017, e permite o parcelamento das dívidas até 31 de dezembro de 2024. Nesta data, todos deverão estar com os pagamentos em dia e migrar para o regime ordinário.

Medidas de suspensão dos pagamentos dos títulos são criticadas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A entidade tem atuado em gabinetes de deputados e senadores para tentar barrar projetos que tratem sobre esse tema. Um dos argumentos é de que os Estados utilizam muito pouco dos seus caixas. A maior parte da dívida, segundo advogados, vem sendo paga com os valores dos depósitos judiciais.

O advogado Marco Antonio Innocenti, membro da Comissão Especial de Precatórios do Conselho Federal da OAB, diz que há decisões do TJ-SP também a favor de

municípios - Santo André, São Bernardo, São Caetano e Cotia. O seu posicionamento, no entanto, é de que o tribunal não é competente e que os pagamentos são regidos pela Constituição Federal. Ele cita decisão do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), neste sentido.

Em nota, a PGE afirma que a suspensão dos repasses destinados ao pagamento de precatórios é medida peculiar devido à queda da receita e pandemia da covid-19. E acrescenta: “Isso não significa paralisação dos pagamentos, pois o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ainda dispõe de mais de R\$ 2 bilhões de recursos que, transferidos àquela Corte, foram provisoriamente redestinados para o pagamento da ordem cronológica, com prioridade a idosos, doentes e deficientes”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Essa fórmula ativa a matriz capilar combatendo a calvície nas entradas
FENODIL | MATRIZ CAPILAR

LINK PATROCINADO

MacGyver tem quase 71 anos, tente não sorrir ao vê-lo agora
LIFE EXACT

LINK PATROCINADO

Abra sua conta digital agora gratuita e sem anuidade
BANCO INTER

LINK PATROCINADO

03 pares por R\$ 219,90. Corra e compre agora, antes que acabe a promoção.
EU AMO CALÇADOS

LINK PATROCINADO

Bahia: 24 cursos sem mensalidades para a população
CAPACITANDO O BRASIL

LINK PATROCINADO

Você consegue identificar estas famosas figuras históricas?
BUQUIZ.COM

Dólar recua depois de Bolsonaro declarar apoio a Guedes

Aparição do presidente ao lado do ministro alivia temores de demissão na Economia; Bolsa brasileira recupera perdas e tem alta de mais de 2%

Silvana Rocha, O Estado de S.Paulo

27 de abril de 2020 | 09h58

Atualizado 27 de abril de 2020 | 10h29

O dólar tem queda nesta segunda-feira, 27, acompanhando a desvalorização predominante no exterior em meio à alta das Bolsas diante do otimismo dos investidores com a reabertura em breve de alguns países europeus e Estados americanos. Às 10h27, a moeda americana caía 0,63% R\$ 5,6265.

A Bolsa brasileira também se recupera nesta manhã e, no mesmo horário acima, tinha alta de 2,35%, aos 77.100,58 pontos.

O recuo na moeda americana também é reflexo da participação do ministro da Economia, Paulo Guedes, em entrevista na manhã desta segunda com o presidente

Jair Bolsonaro, a ministra da Agricultura, Teresa Cristina, e o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas.

Bolsonaro afirmou que **"o homem que decide economia no Brasil é um só e se chama Paulo Guedes"**. A demonstração de apoio do presidente ao ministro alivia **temores de que Guedes poderia deixar o governo**.

Cotação do dólar acumula alta de quase 40% este ano. Foto: JF Diorio/ Estadão

Além disso, dizem operadores do mercado financeiro, o risco de impeachment de Jair Bolsonaro diminuiu com a possibilidade de os pedidos seguirem sendo engavetados pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), diante da aproximação do presidente com o Centrão.

Ao lado de Bolsonaro, Guedes sugeriu aos trabalhadores que não peçam aumento por um ano e meio. Segundo ele, a política econômica segue a mesma, com a agenda de reformas estruturais, e que o ministro da Casa Civil, Braga Netto, integra ações de todos os ministérios.

O ajuste de baixa do dólar reflete ainda uma realização parcial de ganhos - até sexta-feira, 24, a moeda tinha valorização de 8,94% em abril e de 41,12% em 2020.

Divulgado na manhã desta segunda pelo Banco Central, **o relatório Focus traz mais uma queda na projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) deste**

ano: a estimativa passou de recuo de 2,96% para retração de 3,34%. A projeção para o dólar foi mantida em R\$ 4,80.

'Homem que decide economia no Brasil é um só: chama-se Paulo Guedes', diz Bolsonaro

Ministro da Economia expôs sua contrariedade com o plano econômico anunciado na semana passada pelo governo, sem a participação de sua equipe

Marlla Sabino, O Estado de S.Paulo

27 de abril de 2020 | 09h18

BRASÍLIA - O presidente **Jair Bolsonaro** afirmou nesta segunda-feira, 27, na saída do Palácio da Alvorada, que o "homem que decide a economia" no Brasil é o ministro da Economia, **Paulo Guedes**.

"Acabei mais uma reunião aqui tratando de economia. E o homem que decide a economia no Brasil é um só: chama-se Paulo Guedes. Ele nos dá o norte, nos dá recomendações e o que nós realmente devemos seguir", disse Bolsonaro.

Ele deu a declaração ao sair de uma reunião com Guedes, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Os ministros estavam ao lado de Bolsonaro durante a fala.

PUBLICIDADE

O presidente Jair Bolsonaro na porta do Palácio da Alvorada. Foto: Dida Sampaio/Estadão

Guedes afirmou que o governo segue firme em sua política econômica de responsabilidade fiscal. Segundo ele, os gastos extraordinários feitos pelo governo em decorrência da crise do novo coronavírus são uma "exceção" na condução da política econômica. "Queremos reafirmar a todos que acreditam na política econômica que ela segue, é a mesma política econômica", disse.

“Quando há um problema, como de saúde, o presidente fala: ‘Olha vamos para um programa de exceção’.”

Como mostrou o **Estado**, **o ministro da Economia entrou em atrito com colegas na Esplanada e expôs sua contrariedade com o plano econômico anunciado na semana passada para o período pós-pandemia do coronavírus.**

Guedes chegou a escalar o presidente do BC para alertar que o **Plano Pró-Brasil** - que prevê o aumento de investimentos públicos em infraestrutura - atrapalha atuação do BC na condução da política de juros.

Depois de Luiz Henrique Mandetta, demitido da Saúde, e da saída de Sérgio Moro do ministério da Justiça, Guedes entrou no processo de “fritura” deflagrado por uma ala do governo por insistir no discurso de manutenção da sua política de ajuste fiscal. **Integrantes da equipe econômica não estiverem presentes na cerimônia de lançamento do programa.**

As especulações no mercado sobre uma possível saída de Guedes aumentaram após as demissões de Mandetta e de Moro terem sido motivadas pela interferência do presidente nas duas pastas. A pergunta que agora se faz no meio político é se Guedes vai aceitar uma ingerência de Bolsonaro em suas ações. Os dois ex-colegas de Esplanada não aceitaram.

Apesar da pressão, o ministro tem dito a interlocutores que não há nenhuma intenção de deixar o cargo, mas também não pretende mudar sua política econômica de aumento dos investimentos via iniciativa privada.

“O programa Pró-Brasil, na verdade, são estudos justamente na área de infraestrutura, de construção civil, são estudos adicionais para ajudar nessa arrancada de crescimento. Isso vai ser feito dentro dos programas de recuperação de estabilidade fiscal nossa”, disse Guedes hoje. “Nós não queremos virar Argentina, nós não queremos virar a Venezuela. Estamos em outro caminho, estamos no caminho da prosperidade, e não no caminho do desespero”.

O Pró-Brasil foi criticado por integrantes da equipe econômica por envolver aumento de gastos públicos e chegou a ser apelidado de Dilma 3. **A referência “Dilma 3” é uma alusão ao que seria uma continuidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que teve duas etapas durante os governos do PT e cujos gastos podiam ser abatidos do esforço necessário para cumprir a meta fiscal.**

Segundo Guedes, o governo poderá ampliar investimentos próprios em infraestrutura, mas sem criar grandes planos de desenvolvimento, a exemplo dos criados em governos anteriores.

"O Tesouro não investe, o Tesouro é o caixa. Quem investe é o governo, se decidir. E o governo, sim, aumenta investimentos em infraestrutura.

Acabamos de conversar com ministro Tarcísio, não tem problema nenhum. O que não podemos fazer é justamente planos nacionais de desenvolvimento, como era antigamente, porque a nossa direção é outra. O excesso de gastos de governo corrompeu a democracia brasileira, estagnou a economia brasileira", afirmou.

Guedes voltou a defender o teto de gastos, regra da Constituição que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. "Se faltasse dinheiro para saúde, nós até poderíamos romper (o teto), mas não é o caso. Tudo que os governadores pediram, levaram. [...] Para que falar em derrubar o teto se é o teto que nos protege contra a tempestade", afirmou.

Presidente do BC pesa para lado de Guedes, que ganha desagravo do presidente

Ministro recebeu apoio explícito de Bolsonaro à manutenção de sua política econômica

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

27 de abril de 2020 | 10h24

Depois de ficar no olho do furacão e virar alvo de “fogo amigo” de ala do governo que quer aumentar a participação do Estado na fase pós-coronavírus, o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, conseguiu o apoio explícito do presidente Jair Bolsonaro à manutenção da sua política econômica.

Pesou na reação do presidente o alerta dado por Guedes de que o simples o anúncio do programa Pró-Brasil, de aceleração dos investimentos públicos, na semana passada, estava atrapalhando muito o trabalho do Banco Central para a redução dos juros.

Como revelou o **Estado** no domingo, **o ministro Guedes acusou, em conversa no Palácio do Planalto, o ministro do Desenvolvimento**

Regional, Rogério Marinho, de ter provocado um “estrago” na ação do presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Marinho é apontado por Guedes como o articulador da **tentativa de mudança na política econômica, simbolizada no plano Pró-Brasil.**

O alerta chegou ao presidente Bolsonaro, que chamou Campos Neto para a entrevista ao lado de Guedes no Palácio da Alvorada para mostrar coesão na equipe. Mesmo não sendo usual dirigentes do BC terem esse tipo de participação pública, Bolsonaro insistiu que Campos Neto também fizesse uma declaração.

Numa sinalização importante e simbólica para o momento delicado do País, Campos Neto endossou a política de Guedes de manutenção da rota atual. “Nós trouxemos a nossa preocupação de que é importante manter a disciplina fiscal. A disciplina fiscal é que vai nos manter em curso e fazer com que o País consiga viver com juros baixos e inflação controlada. O resto o ministro já falou”, disse Campos Neto, reforçando as fileiras de Guedes na guerra de bastidor contra a atual política econômica.

Na entrevista organizada na portaria da sua residência, Bolsonaro prestigiou Guedes, afastando o risco de o ministro da Economia deixar o governo nesse momento de crise econômica, depois de Luiz Henrique Mandetta (Saúde) e Sergio Moro (Justiça).

Esse risco estava no radar se o ministro não conseguisse continuar com a sua estratégia de buscar a recuperação da economia e fosse vencido pela ala militar e por Marinho, esvaziando seu poder de condutor da política econômica. Bolsonaro quer, no entanto, uma convergência de ideias nas próximas semanas.

Guedes avisou a Bolsonaro que há uma articulação no governo, com apoio dos parlamentares, para “arrombar” o cofre do País, numa alusão os recursos do Orçamento. E que para isso acontecer seria preciso derrubar o homem do Orçamento. No caso, ele próprio.

Quantas crises (ao mesmo tempo) o Ibovespa aguenta?

Instabilidade política trouxe novas incertezas à Bols

27/04/2020, 0:15 (atualizada: 25/04/2020, 10:37)

- No momento em que parecia haver um uma estabilização do mercado com o coronavírus, instabilidade política trouxe novas incertezas
 - O aumento de casos de Covid-19 já tinha sido digerido
 - Agora, investidor terá de interpretar os passos do ministro da Economia, Paulo Guedes, que pode ser o próximo a deixar o governo Jair Bolsonaro
-

(Márcio Kroehn e Thiago Lasco/E-Investidor) O pregão de sexta-feira 24 na Bolsa de Valores tinha todos os elementos para ser desastroso, após a confirmação da [saída de Sergio Moro](#) do ministério da Justiça. O Ibovespa, principal índice da B3, caminhava para acionar o [circuit breaker](#), o mecanismo que interrompe as negociações quando a queda passa de 10%, mas por menos de 0,5 ponto percentual o mercado se arrastou ao longo da tarde. A expectativa era o pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro e, principalmente, o futuro do ministro da Economia, Paulo Guedes. No fim do dia, o recuo de 5,6%, para 75.208 pontos, pareceu pequeno diante dos novos elementos que os investidores terão de lidar a partir desta segunda-feira 27. Além de olhar o gráfico dos casos confirmados de

coronavírus e de mortes causadas pelo Covid-19, será preciso interpretar os rumos desta nova crise política que se instalou em Brasília.

“Estamos numa pandemia e numa crise política bastante ruidosa. A economia já teria dificuldade por si só. Agora, com a instabilidade política associada, vai gerar mais e mais incerteza, trazendo volatilidade aos mercados”, diz Alexandre Aoude, sócio-fundador da gestora Vectis Partners. “A minha visão é negativa porque um presidente tresloucado no meio de uma pandemia e de uma crise econômica sem precedentes corre o risco de perder mais ministros de alta qualidade.”

A principal preocupação é com a saída de Guedes. Assim como Moro, o titular da pasta da Economia tem convicções caras para o mercado financeiro. Se o superministro Moro trazia os selos de combate à corrupção e de transparência na atuação do Estado ao governo Bolsonaro, o superministro Guedes é o guardião do ajuste macroeconômico, com a realização das reformas que ajudarão o País a corrigir seus graves problemas estruturais e engatar crescimento e desenvolvimento.

Bola com o Supremo

Como no mensalão, Judiciário assume o protagonismo da crise política

Vera Magalhães, O Estado de S.Paulo

26 de abril de 2020 | 03h00

Sairá do **Supremo Tribunal Federal** o caminho para que **Jair Bolsonaro** enfrente o terceiro processo de **impeachment** de um presidente eleito em 28 anos. A bola, mais do que nunca nos últimos anos, está com os 11 ministros da principal corte do País. E olha que desde o mensalão o protagonismo do STF tem sido grande. Mas a conjuntura leva a que, desta vez, algumas coisas sejam diferentes.

O primeiro componente inédito é a vigência, há um ano, de um **inquérito sigiloso**, sem prazo e com abrangência grande e escopo para investigar fake news contra ministros do próprio tribunal. É ele, **como escrevi na quarta-feira**, que dará o fio da meada para que se trace uma cadeia de comando na rede de destruição de reputações que grassa nas mídias sociais e alimenta o bolsonarismo.

Graças a ele Bolsonaro perdeu as estribeiras em plena crise do novo coronavírus e decidiu demitir o diretor-geral da Polícia Federal, **Maurício Valeixo**, assumindo inclusive o risco de perder **Sérgio Moro** e ganhar seu mais competitivo rival em 2022. O desespero com o inquérito foi maior que o medo de perder Moro.

Pouco ou nada vai adiantar Bolsonaro ter alguém “seu” no comando da PF para tentar esvaziar o inquérito-bomba: as provas coletadas até aqui estão em poder do ministro Alexandre de Moraes, seu relator, e ele também já se precaveu e também assegurou que os policiais e delegados designados para comandar a investigação não sejam trocados.

O segundo ineditismo do papel do Supremo nessa crise é que são muitas, e de diferentes magistrados, as decisões que tolheram os arreganhos autoritários de Bolsonaro nos últimos meses. O presidente viu caírem desde as tentativas de ditar a estratégia de combate à pandemia do novo coronavírus até as investidas para reduzir acesso da sociedade a informações públicas.

Não é obra do acaso. Que integrantes de blocos até ontem conflitantes dentro do STF passem a atuar de forma coesa na contenção do presidente é um divisor de águas político e pode ser determinante para que as investigações em curso – duas delas com Alexandre de Moraes e uma com Celso de Mello – deem ao

Congresso, ali do outro lado da Praça dos Três Poderes, o caminho jurídico do impeachment.

E aqui entra o terceiro fator inédito, a saideira do decano. **Celso de Mello** deixa o Supremo em novembro, depois de 31 anos. Dono de posições que foram paradigmáticas para a Corte em julgamentos como o do mensalão, desde o ano passado ele tem pontuado com ênfase os riscos à democracia representados por ações e palavras de Bolsonaro.

É dele a relatoria de um mandado de segurança questionando a demora da Câmara em analisar pedidos de impeachment e, desde sexta-feira, também está com ele o novo inquérito para apurar as denúncias de Sérgio Moro.

Candidato à sua cadeira em novembro, o procurador-geral da República, **Augusto Aras**, tentou dar uma no cravo e outra na ferradura ao colocar Moro na situação de co-investigado. Acabará por fazer do ex-ministro e ex-juiz da Lava Jato, ao lado do decano, peça fundamental de abrir a picada para o embasamento jurídico do processo de impeachment.

Não é por acaso o silêncio de **Rodrigo Maia** e Davi Alcolumbre. Os dois sabem que o enredo, agora, se desenrola no Judiciário. É de lá que sairá o roteiro para que a Câmara, e depois o Senado ajam. Até lá, há fatores políticos a alinhar. O principal é a definição de se o Centrão vai embarcar no governo ou fazer o que

fez no impeachment de Dilma: leiloar seu preço com os dois lados até a undécima hora.

Os prazos são exíguos: Mello pendura a toga em novembro, e Maia deixa a cadeira em fevereiro do ano que vem. Por isso, e porque há um vírus a combater e uma economia em frangalhos para tentar recuperar, o ritmo será intenso.

Veículo: G1	Economia
Data: 27/04/2020	



Concessão e renegociação de crédito somaram R\$ 265,6 bilhões desde início da pandemia, diz Febraban

Em março de 2019, valor foi de R\$ 218 bilhões, segundo levantamento da Federação Brasileira de Bancos. Entidade disse ainda que não há 'empocamento de liquidez'.

Por Bianca Lima, GloboNews — Brasília

27/04/2020 10h13 Atualizado há 21 minutos

A concessão, renegociação e suspensão de crédito por empresas, pessoas físicas e setor rural somaram R\$ 265,6 bilhões após o início da pandemia do novo coronavírus, segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

O valor é referente ao período entre 16 de março – data em que a Febraban anunciou a possibilidade de prorrogação de parcelas de dívidas – e 17 de abril, e diz respeito às cinco maiores instituições financeiras do país (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Santander).

De acordo com a federação, o montante é 22% superior quando comparado ao mês de março de 2019. No período, a concessão e a renegociação de crédito dos cinco maiores bancos, nos setores citados acima, somaram R\$ 218 bilhões.

De acordo com o presidente da Febraban, Isaac Sidney, não está havendo "empçoamento de liquidez" (termo usado para designar que os recursos estão disponíveis, mas não chegam ao tomador de crédito).

"As medidas de liquidez do Banco Central e as iniciativas dos bancos revelam que não há represamento de crédito ou empçoamento de liquidez. Ao contrário, os bancos estão dando vazão às demandas, tanto dos consumidores quanto das empresas, apesar do aumento do risco (de inadimplência)", afirmou o presidente da Febraban, Isaac Sidney.

- **Pedidos de renegociação aos bancos chegam a R\$ 200 bilhões, diz Febraban**

A demanda por crédito disparou em meio à paralisia da atividade econômica, e parte do empresariado tem reclamado da dificuldade em conseguir empréstimos. Pesquisa divulgada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) mostrou que 60% dos pequenos negócios que buscaram crédito desde o início da crise tiveram o pedido negado.

As grandes companhias também relatam entraves: "As empresas continuam com extrema dificuldade nesse sentido", afirmou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em nota.

"O governo e o Banco Central tentaram aumentar a oferta de crédito público. No entanto, há um empçoamento da liquidez nos agentes financeiros e os recursos não estão chegando às empresas. O Tesouro e o BNDES poderiam assumir o risco devido à complexidade do momento que vivemos hoje", disse o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade, em nota divulgada na última quinta-feira (23).

Contratos com parcelas prorrogadas

Do total de R\$ 265,6 bilhões, 176,9 bilhões são referentes a novas contratações, segundo a Febraban. A maior parte delas (57%) foi realizada por grandes empresas – porcentual que fica em linha com o patamar visto em março do ano passado.

Outros R\$ 66,5 bilhões são renovações, como por exemplo de linhas de capital de giro, que tiveram o vencimento adiado. E R\$ 22,2 bilhões dizem respeito às parcelas que foram prorrogadas.

De acordo com a federação, 3,8 milhões de contratos de pessoas físicas, empresas e do setor rural tiveram as parcelas suspensas por um período entre 60 e 180 dias. A maior parte das suspensões - 87% ou 3,3 milhões de contratos - foi realizada por pessoas físicas, nas modalidades de crédito consignado, imobiliário, pessoal e aquisição de veículos. No total, os bancos prorrogaram parcelas no valor de R\$ 13,7 bilhões para os consumidores.